



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

EDUARDO SÃO JOÃO PRADO

**PROCESSOS FORMATIVOS HÍBRIDOS: CONTRIBUIÇÕES À EDUCAÇÃO
INCLUSIVA NO ENSINO MÉDIO**

Presidente Prudente - SP
2023



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

EDUARDO SÃO JOÃO PRADO

**PROCESSOS FORMATIVOS HÍBRIDOS: CONTRIBUIÇÕES À EDUCAÇÃO
INCLUSIVA NO ENSINO MÉDIO**

Dissertação, apresentada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Oeste Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação. Área de Concentração: Educação.

Orientador: Prof. Dr. Ademir Henrique Manfré

Presidente Prudente - SP
2023

370
P896p

Prado, Eduardo São João.

Processos formativos híbridos: contribuições a educação inclusiva no ensino médio. / Eduardo São João Prado. – Presidente Prudente, 2023.
104 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista – Unoeste, Presidente Prudente, SP, 2023.

Bibliografia.

Orientador: Profº. Drº Ademir Henrique Manfré.

1. Educação inclusiva. 2. Ensino médio. 3. Educação democrática. I. Título.

EDUARDO SÃO JOÃO PRADO

**PROCESSOS FORMATIVOS HÍBRIDOS: CONTRIBUIÇÕES À EDUCAÇÃO
INCLUSIVA NO ENSINO MÉDIO**

Dissertação, apresentada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Oeste Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação. Área de Concentração: Educação.

Presidente Prudente, 18 de dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Ademir Henrique Manfré
Universidade do Oeste Paulista - Unoeste
Presidente Prudente - SP

Prof. Dr. Divino José da Silva
Universidade Estadual Paulista - Unesp
Presidente Prudente - SP

Profa. Dra. Elisa Tomoe Moriya Schlunzen
Universidade do Oeste Paulista - Unoeste
Presidente Prudente - SP

DEDICATÓRIA

Para os meus amados sobrinhos, e para todos aqueles que anseiam por mudança, este é um tributo a vocês, sonhadores, destemidos, visionários e arquitetos do futuro. Para os que olham o mundo não como ele é, mas como poderia ser. Para os que corajosamente desafiam o status quo e recusam-se a aceitar o “suficientemente bom”.

Meus sobrinhos, cada novo dia que vocês abraçam com entusiasmo, curiosidade e uma pitada de rebeldia, ilumina o mundo com possibilidades. Vocês são o sopro de esperança que insiste em dançar no ar, mesmo quando os ventos da adversidade sopram com força. Continuem explorando, questionando, aprendendo e crescendo. O futuro pertence a vocês.

Para aqueles que anseiam por mudanças, seja ela pequena ou monumental, agradeço a vocês. Agradeço por não se contentarem com a mediocridade, por exigirem justiça, igualdade, e por buscarem um mundo melhor. Vocês nos lembram que a mudança é o único constante verdadeiro, e que é o nosso dever participar dela, e não apenas sermos espectadores.

Que esta dissertação sirva como um farol, uma luz nas sombras da ignorância e do medo. Que possa inspirar vocês a perseverar, mesmo quando a mudança parece impossível, e a acreditar, mesmo quando ninguém mais acredita. Lembrem-se: são os pequenos passos que fazem a grande jornada. E cada passo, por menor que seja, é um passo em direção à mudança que desejamos ver.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, devido ao amor incondicional e apoio incansável. São a fundação da minha vida.

À minha querida esposa, cuja paciência e compreensão têm sido minha rocha e meu refúgio.

Aos meus orientadores, obrigado por me desafiar e inspirar a ir além do que eu pensava ser capaz.

À Daniele, sua contribuição inestimável e apoio no processo de revisão do meu projeto foram fundamentais para a sua concretização.

E ao respeitado corpo docente da UNOESTE, que proporcionou um ambiente propício para a aprendizagem e crescimento. Obrigado por compartilharem seu conhecimento e experiências comigo.

A todos vocês, minha sincera gratidão.

*“A educação é a arma mais poderosa
que você pode usar para mudar o mundo.
Ela é a chave para eliminar as diferenças de gênero,
para reduzir a pobreza, para prevenir doenças mortais,
para promover a paz. E, acima de tudo, a educação tem
um poder mágico de transformar vidas e sociedades em um
piscar de olhos, de criar soluções onde apenas existiam problemas.
Através da educação, podemos sonhar com um futuro melhor e, mais importante,
podemos realizar esse sonho. Portanto, acreditem no poder da educação e nunca
deixem de aprender, porque o dia em que paramos de aprender é o dia em que
paramos de viver” – (Nelson Mandela)*

RESUMO

Processos formativos híbridos: contribuições à educação inclusiva no ensino médio

O presente estudo foi desenvolvido na linha de pesquisa Políticas Públicas em Educação, Processos Formativos e Diversidade do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste Paulista. Este estudo se inicia com o caminhar pessoal, educacional, acadêmico e profissional do mestrando, onde demonstra as vivências e experiências que fundamentam o surgimento do problema e a fundamentação teórica da dissertação. No decorrer dessa vivência, surgiu a proposta de investigar a temática da inclusão na educação brasileira, mais especificamente no ensino médio. Diante do exposto, o objetivo geral foi analisar quais os benefícios de se ter docentes especialistas, como professores renomados de outras localidades, para o compartilhamento da expertise e didática, vez que é notável a facilidade didática dos profissionais em destaque, de forma virtual e presencial na escola média na tentativa de tornar o ensino mais democrático aos estudantes. Nesse sentido, a problemática se baseou no processo formativo híbrido com a inserção de um professor de forma virtual em sala de aula, de forma colaborativa, com o professor presencial, agindo em conjunto, com o intuito de promover um processo de ensino e de aprendizagem significativo. Por isso, buscou-se desenvolver esta proposta em duas etapas, sendo a primeira a partir da análise bibliográfica dos trabalhos desenvolvidos no processo formativo híbrido, verificando quais benefícios e desafios o referido processo enfrenta. No segundo passo, buscou-se efetuar a revisão de literatura como forma de linha de pesquisa, através de pesquisa sobre as políticas e diretrizes do ensino híbrido para o ensino médio, verificando as possibilidades de implantação do ensino híbrido a partir das políticas e diretrizes atuais definidas para o referido ensino. A metodologia desenvolvida na presente pesquisa é qualitativa. Este tipo de investigação conduz o estudo sobre contribuições para explicar o comportamento social humano dentro de seus conceitos, necessita abranger as condições contextuais do cotidiano da sala de aula. Com os estudos realizados, conclui-se que o ensino híbrido pode abrir possibilidades significativas aos estudantes da escola média brasileira.

Palavras-chave: ensino híbrido; ensino médio; educação democrática.

ABSTRACT

Hybrid formative process: contributions to an inclusive education in high school

The project begins with the personal, educational, academic, and professional journey of the graduate student, where it demonstrates their experiences that lay the foundation for the emergence of the problem and the theoretical basis of the dissertation. Throughout this experience, the problem of a lack of inclusion in Brazilian education emerges, with data presented to justify that quality education exists in Brazil, however, this education is for a select few. In this sense, the hypothesis is based on the hybrid formative process with the inclusion of a teacher virtually in the classroom and that the presence of specialist teachers, both virtually and in person, may bring benefits for the Department of Education of the state of São Paulo and for public education in general. For this reason, the methodology is developed in two stages, the first being a bibliographic analysis of the works developed in the hybrid formative process and to verify the benefits and challenges this process faces. The second step seeks to conduct a reflective documentary research on the policies and guidelines for hybrid teaching in high school, to thereby verify the possibilities of implementing hybrid teaching within the current policies and guidelines defined for this type of education. The methodology developed in the current research is qualitative. This type of investigation guides the study on contributions to explain human social behavior within its concepts, requiring an understanding of the contextual conditions of the everyday classroom. With the studies carried out, the aim is to face the challenges found and take advantage of the benefits to propose a public policy to the State of São Paulo and consequently open opportunities for new studies in the area of the hybrid formative process.

Keywords: hybrid teaching; high school; equitable education.

SUMÁRIO

1	MEMORIAL	10
2	INTRODUÇÃO	19
2.1	Problema da pesquisa.....	23
2.2	Objetivos	25
2.2.1	Objetivo geral	25
2.2.2	Objetivos específicos.....	25
3	METODOLOGIA.....	27
4	O QUE REVELA A LITERATURA SOBRE ENSINO HÍBRIDOS	31
5	ESTUDOS SOBRE OS PROCESSOS FORMATIVOS HÍBRIDOS NO BRASIL	37
5.1	Análise dos artigos selecionados	39
5.2	Análise das dissertações e teses selecionadas	56
5.3	Análise de similitude	62
6	ANÁLISE DAS LEGISLAÇÕES.....	70
6.1	Previsão constitucional	77
6.2	Análise legislativa do processo formativo híbrido	79
6.3	Análise legislativa da educação a distância	86
6.4	Análise comparativa do ensino a distância e o processo formativo híbrido	88
6.5	Análise e proposta de diretrizes para o processo formativo híbrido.....	90
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
	REFERÊNCIAS	98

1 MEMORIAL

Nasci em 12 de novembro de 1989, no município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo/Brasil, de uma família de classe média alta que sempre me proporcionou todos os tipos de recursos, em todas as áreas necessárias. Devido à tranquilidade financeira familiar, demorei muito para entender a importância de ter uma boa formação, apesar de ter sido sempre estimulado a estudar e aprender, pela minha família, que prezava pelo meu bem-estar, crescimento profissional e por desejarem que eu tivesse um futuro promissor.

Posso dizer que sempre vivi em uma “bolha”, ou seja, apesar dos estímulos familiares, não percebia as condições sociais que a maioria das pessoas se encontravam, com uma grande desigualdade social e estrutural, mesmo a minha família sempre querendo mostrar esta existência. Atualmente, vejo que eu não percebia as duras condições sociais que o mundo se encontra (va). Tal afirmação se deve a partir da história escolar que vivi, desde a minha infância, iniciando os estudos no Pré II em uma escola Municipal. Porém, naquela época, à rede estadual, no início do ano letivo de 1995, minha mãe foi designada vice-diretora de uma escola.

Posteriormente, no início de 1996, fui matriculado no Centro Educacional SESI 284, de Presidente Prudente, onde cursei até a quinta série. No início de 2002, fui transferido para a Escola Estadual de Itariri, pois minha mãe conseguiu a aprovação no concurso de Diretor de Escola, assumindo o seu primeiro cargo nesta escola. Com isso, mudamos de cidade e presenciamos condições totalmente diferentes. Era uma cidade humilde do Vale do Ribeira que fica próxima de Peruíbe, no Estado de São Paulo, com uma população pequena, de aproximadamente 15 mil habitantes. O que se percebia eram demonstrações de poder por cargos ocupados, tanto que o diretor de escola naquela cidade representava um cargo de *status* na sociedade. Além dessa diferença de avaliação social, também se percebia a diferença no tratamento entre as pessoas, onde umas buscavam conhecer as outras e socializar em forma de uma comunidade. Nessa cidade, não cheguei a ter contato com a miserabilidade, mesmo que, ao lembrar de histórias da secretária de minha mãe, que cuidava dos afazeres domésticos e de mim e de minhas irmãs, sabe-se que existiam essas condições.

As histórias referentes à perda de plantio e de busca de auxílio de alimentos para a distribuição a pessoas carentes estão guardadas em minha memória, mesmo

que na época era criança e não entendia a importância para tanto. Também havia costumes diferentes, pois o consumo de carne vermelha não era uma prática tão comum, a maior fonte de proteína eram os frutos do mar e peixes. Com isso, obtive uma experiência diferente de caráter social e costumes de uma sociedade que não se encontrava tão afastada, territorialmente, de Presidente Prudente.

Após quatro meses dessa mudança, houve um choque na família, porque a minha irmã, aos quatorze anos de idade, descobriu que estava grávida. Independente das consequências que este fato acarretaria, para a minha formação, foi muito bom. Pois meu sobrinho foi o primeiro grau de empatia que criei, tive a vontade de ver alguém prosperando, surgindo nesse momento um olhar mais maduro. Mesmo assim, permanecia “na bolha”, conforme já mencionado anteriormente.

Após seis meses laborando em Itariri-SP, minha mãe conseguiu remoção para a escola Tertuliano de Areia Leão, situada em Santo Anastácio/SP. A partir desse fato, voltamos a morar em Presidente Prudente. Neste município, ingressei na Escola Estadual Dr. Marrey Júnior, em julho de 2002, na qual cursei a segunda metade da sexta e a sétima série (nomenclatura usada naquela época). Nessa escola, foi o local que comecei a observar e a presenciar melhor os abismos sociais. Na época, havia amigos que gostavam de ir à minha casa após a aula, um dos fatores que ao refletir atualmente, considero que era para poder ter um pouco de paz e conseguir um almoço descente. Tal fato era diferente do que eu estava acostumado, sendo que jamais faltou comida em casa, sempre houve uma boa subsistência familiar.

O abismo social foi marcado por fatos que apresento e que aparenta ser surreal para alguém, que teve o apoio social, conforme a minha história, que não vivenciei, nem durante ou depois desse período, enquanto estudante de ensino fundamental e médio. Lembro-me de um amigo que tinha que contar os kilowatts de energia gasta, pois o uso da televisão em sua casa era limitado. Como também, nessa época, tive um amigo que necessitava trabalhar para auxiliar na renda de casa. Outro exemplo refere-se aos que viviam em casas que eu jamais imaginava que existiam, pois, no período chuvoso, havia goteiras em todas as partes da casa. Quando ia andar de skate com os amigos, tinham crianças assistindo, por várias vezes, pensei que elas estavam lá, por quererem andar de skate também, mas não era isso, pois mesmo que era oferecido o skate para elas andarem, essas não aceitavam. Hoje analisando, percebo que elas queriam a oportunidade, de que muitas pessoas que ficam na pista compram paçoca para utilizar a seda com a finalidade de utilizar o papel de seda como

aparato para o consumo de drogas, e essas crianças ficavam lá só para aguardar a oportunidade de ir buscar a paçoca, para poder comê-las.

O porquê isso é um abismo social é o fato de essas histórias sequer passar por minha cabeça de que existiam, àquela época eu não dava importância para tanto, apenas achava que os pais deles eram chatos com os filhos, aquilo não se encaixava na minha lógica de raciocínio, devido a nunca ter vivido tais circunstâncias.

A diferença de sociedade básica em que eu vivia e a que esses meus amigos viveram é um abismo que eu não percebia. Mesmo quando meu pai bebia demasiadamente, este jamais foi agressivo ou descontou seus problemas em mim. Por isso, por viver na lógica da vivência apenas, e não analisar os fatos ocorridos de forma crítica e reflexiva, gerava a falta de importância desses fatos, quando estes não me atingiam.

Assim, por perceberem a minha alienação, com intuito de me mostrarem condições sociais diferentes, meus familiares fizeram com que eu fosse trabalhar com meu pai, que era advogado e proprietário de um escritório de advocacia, a partir dos doze anos de idade. Para tanto, eles me pagavam uma mesada de R\$60,00 (sessenta reais), mas ao invés de dar o resultado imediato esperado, apenas me ensinaram a administrar o dinheiro e a executar um serviço, que consideravam bem feito, conforme requisitado.

Posteriormente, no ano de 2004, quando cursaria a oitava série, atual nono ano, fui matriculado no Colégio Adventista de Presidente Prudente no qual estudei até o final do ensino médio. Ir para um colégio particular tirou-me da vivência das condições sociais do ensino público novamente, que possibilitava a convivência com pessoas com condições financeiras inferiores às da minha família. Assim, voltei a viver em uma sociedade com as condições sociais parecidas com a minha novamente, mas ainda gostava de frequentar vilas mais carentes. A partir dessas experiências, construí amizades com todas as classes sociais, não conseguia enxergar qualquer diferença das dificuldades encontradas.

Esses acontecimentos são muito importantes, e marcam a minha história. Uma vez que a falta de observação e análise de diferentes condições sociais não eram percebidas por mim. Considero que esse fato ocorria devido à minha personalidade, da falta de empatia com os demais, de minha falta de ambição e já me contentava em passar na média, pois, para mim tudo era muito fácil.

Quando finalizei o ensino médio, no final de 2007, tinha interesse pelo curso de Matemática, mas meu pai não permitiu, pois disse que o curso não proveria um bom sustento caso me formasse professor. Por insistência de minha mãe, e esta saber que eu gostava de desafios e de conquistas, fez com que eu prestasse vestibular na Universidade Estadual Paulista (Unesp), de Presidente Prudente, no curso de Engenharia Cartográfica. Aprovado, iniciei o curso. Contudo, não dei qualquer valor, e após um ano cursando, desisti com a justificativa de que eu não gostava daquele conteúdo. Analisando hoje, percebo que não era verdade. Considero que o real motivo era a falta de interesse e dedicação. Minha mãe, como sempre, não me forçou a cursá-lo, permitiu meu ingresso em outro curso, mas informou que eu não ficaria sem fazer faculdade, que entendia ser a atitude correta.

No ano de 2009, ingressei no curso de Ciências Contábeis na Universidade do Oeste Paulista (Unoeste), de Presidente Prudente, e graças a este, consegui um estágio na empresa Autoeste Veículos e Peças, local que me dediquei e estava em ascensão. Mas, mesmo assim, a história se repetiu e abandonei o curso, ficando apenas trabalhando na empresa de meu pai (que tinha iniciado como estagiário).

Por iniciativa da minha mãe, fui inscrito em um concurso público para escrevente judiciário do Fórum de Presidente Prudente. Posso afirmar que este foi o início para que eu mudasse a minha mentalidade e chegasse à condição atual que me encontro. Com apenas vinte dias para estudar, dediquei-me e, de sorte, não passei. A nota de corte foi 7,5 aproximadamente, e minha nota foi de 7,3.

Isso despertou o meu interesse para o ramo do Direito, que é muito importante para mim e para a construção de quem sou hoje. Comecei a cursar o Direito, onde conheci minha esposa e comecei a namorar, que é mais uma pessoa, que me dá todo apoio e incentivo para a minha construção.

Em 2016, considero que é quando comecei a analisar diversas condições sociais diferentes. Meu pai, já com certa idade, não tinha mais disposição para trabalhar e encontrava-se prestes a aposentar. Assim, me chamou para trabalhar. Após seis meses trabalhando com ele, eu já estava administrando e cuidando do escritório, inclusive no atendimento a clientes. Foi um grande desafio, pois na advocacia, acaba-se encontrado todo tipo de história e de situações.

Foi também uma ocasião que me proporcionou contato com a política, pois, por advogar com prefeituras, tive o maior contato sobre a relação entre a política e a Ciência Social no contexto da funcionalidade.

Assim, comecei a me aprofundar em estudos e mais estudos, a analisar as diversas condições sociais em um contexto geral. Pois, nessa mesma fase, meu sobrinho entrava na adolescência, uma fase difícil. Nesse período, já tinha mais uma sobrinha. Vi meu sobrinho tomar decisões equivocadas, similares as que eu tinha tomado, e cada vez mais comecei a rever, verificar e analisar essas condições.

Hoje, tenho a visão clara de muitos amigos que passaram por dificuldades, que jamais eu imaginaria na época, busquei no ramo do Direito a ajudar muitos, inclusive tentando socializá-los. Comecei a ter um pensamento crítico sobre as condições sociais dessas pessoas, o que jamais foi ensinado no curso de Direito.

Decidi então cursar, em 2021, a faculdade de matemática, visto que era um curso que permanecia no meu interesse, e queria saber se cursá-la seria um erro, conforme o meu pai dizia. Além disso, se o problema fosse o curso não ser rentável, este problema já estaria solucionado, pois já possuía um outro curso, do qual, inclusive, provém a renda para pagamento da faculdade de matemática. Do qual não me arrependo, e aprendo muito no setor social com essa, tendo em vista que os estudos no Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR) são focados em um estudo crítico. Estudos que vejo de suma importância, e que não deveriam ser ensinados apenas ali, em uma educação vertical, e sim, deveria ser ensinado a todos.

Tenho um amigo que sempre estudou em escola particular, desde a educação infantil até o fim do ensino médio, através do sistema Anglo de ensino. Ao conversar com ele, percebe-se que o estudo era basicamente técnico, sem qualquer análise sobre a base social. Posteriormente, ele estudou Direito na Toledo Prudente, que tinha apenas um estudo técnico com aulas expositivas e que precisava saber as Leis e suas vertentes para ser aprovado na Ordem dos Advogados do Brasil, não tendo qualquer base social para visão de mundo.

Posteriormente, um amigo que laborou como Advogado em um escritório empresarial, que só teve contato com problemas de empresários e este, provavelmente poderá ser Promotor de justiça, em breve, que é um cargo de suma importância no cunho social para o nosso país. Ao conversar com ele, observa-se apenas um conhecimento relacionado ao neocapitalismo, pois fez um estudo focado em como empreender dinheiro, ele sequer conseguia compreender os problemas sociais emergentes que as pessoas enfrentam, era diferente a vivência dele com a minha, que tive a oportunidade de conviver com diferentes níveis sociais.

Hoje, concluo que para todos conseguirem enxergar a situação do nosso país, devemos desenvolver um pensamento crítico, vivenciar ou pelo menos enxergar essa situação e refletir sobre os fenômenos que acontecem na sociedade. Formar os estudantes para refletirem sobre os acontecimentos que ocorrem para mudar a sociedade, possibilitando uma sociedade mais justa, mais crítica e criativa, não sendo apenas técnica. Ter a base do pensamento crítico ao receber uma informação, principalmente pela internet, deve-se checá-la de forma mais profunda. Enxergar a situação do próximo, refletir sobre o tema para que possa chegar a uma política, que solucione esse problema de forma mais coerente e justa.

Para mudar a sociedade, deve-se investir em educação, mas para mudar é necessário mudar a política para investir mais nessa área, valorizar para atingir esse objetivo.

Comecei a verificar que a diferença entre as escolas públicas e particulares não é necessariamente em relação às políticas de formação de professores, inclusive, tive muitos professores que também lecionavam na escola pública, e lembro que estes diziam que não tinham condições de aplicar a mesma educação que aplicava na minha escola, pois as condições sociais dos estudantes eram muito diferentes. Ou seja, enquanto na escola particular, o estudante chegava apenas para assimilar o conteúdo, na escola pública o estudante trazia os problemas de sua casa, acumulados com as demandas da escola.

Na escola particular forma-se o conteúdo técnico, e por isso, garante resultados técnicos em uma educação vertical, deixa-se a parte social para que um dia de sorte possa mudar o pensamento. O que ocorre é que na escola pública não se pode contar com a formação prévia social dos estudantes, e isso é o que distingue uma da outra (Freire, 2013, p.12).

Não que as escolas particulares tenham uma formação melhor, pois tenho amigos que tiveram mais condições financeiras do que eu, e ainda vivem sem conseguir perceber a condição social que diverge da que viveu, sem conseguir perceber algo fora da vivência em que foram criados. Deixando clara a necessidade da mudança na Educação em geral, para que se tenha um pensamento crítico e reflexivo dos fatos, e não apenas um estudo técnico e expositivo.

Assim, comecei a refletir junto com a minha mãe, que é uma referência para mim, principalmente no que se refere à Educação, que comentou sobre proposições promissoras da educação da qual presenciou, inclusive a sua dissertação, que é

focada na educação social. Ao explicar o porquê a Educação não mudar, mesmo existindo tantas evoluções de estudo na área, comecei a pairar sobre a dificuldade de implantação e dificuldade dos professores por necessitar de uma ampla estrutura que o estado não fornece adequadamente.

Um professor assume uma classe sozinho, com 25 a 40 estudantes. Nessa sala, o professor teria que ter condições para entender os problemas dos estudantes, buscar uma forma de ensino que os auxilie a aprender apesar desses problemas. Assim, necessita conseguir ensinar o conteúdo e formar para além do científico, possibilitar enxergar o social, de forma crítica. Possibilitar que os estudantes compreendam a importância da Educação para eles e os professores lutem para mudar as condições dos educadores do nosso país. Pois, precisam, minimamente, ter uma remuneração que possibilite uma vida digna. Esta situação mostra que cada vez está menor o número de pessoas que buscam por uma licenciatura, como também as palavras de meu pai, tornam impossível que as pessoas procurem por cursos de licenciaturas.

Na disciplina **Políticas Educacionais e Formação de Professores para uma Escola Digital e Inclusiva**, que tem convidados internacionais, foi explicitado que o professor português recebe, em média, 2,5 salários mínimos de Portugal. Nessa perspectiva, em termos de equiparação, o salário base do professor brasileiro deveria ser, no mínimo, 9 salários-mínimos, situação que estaria fora das diretrizes orçamentárias do país.

Diante do exposto, vale destacar que, paralelamente ao estudo da faculdade, frequentei outros cursos, sendo que muitos deles foram no sistema semipresencial, nomenclatura esta utilizada pelos próprios cursos preparatórios. Dentro dos cursos preparatórios do Complexo Damásio de Jesus e Luiz Flávio Gomes (LFG), a experiência vivenciada é que nestes cursos tive aulas com professores considerados renomados na área do Direito, como: Pedro Lenza; Leone Pereira; entre outros. Considero que esta oportunidade não seria viável se o curso fosse oferecido, somente no formato presencial.

O interessante é que, apesar de ter especialistas renomados e de alta qualificação, o custo do curso era relativamente baixo, ou seja, o valor era de um terço do valor da faculdade que eu frequentava presencialmente. Além disso, os mesmos professores que ministravam o curso para mim, na cidade de Presidente Prudente/SP, por esse sistema, estavam ao mesmo tempo ministrando aula em Salvador-BA, ou

seja, as aulas eram transmitidas para todo o território nacional. O curso semipresencial viabilizava o custo, pois permitia aprender as matérias de Direito com os especialistas renomados, de uma forma mais didática e voltadas às especificidades que apresentavam causas práticas.

Valente (2014) sugere ser necessário a integração das tecnologias digitais de informação e comunicação para que o modelo possa ser utilizado na Educação Básica.

Esses cursos mostraram ser diferenciais, pois a nota de corte para a aprovação em concurso público está cada vez maior, observo que, após o surgimento desses pelo sistema semipresencial, proporciona-se mais oportunidades de aprendizagem. Esse fato afirmo porque tenho uma tia que é Juíza de Direito, que estudou durante dez anos para obter sua aprovação. Ocorre que ela, por mais da metade do percurso de dedicação, atingia resultados nas primeiras fases do concurso. Ocorre que, no último ano em que estudava, ela se mudou para Curitiba para fazer o cursinho preparatório. Naquela época, só existia presencial, e com um ano de cursinho, ela conseguiu passar nas provas e ser aprovada para o cargo. Esse sacrifício de dez anos, principalmente ter que se mudar de cidade, poderia ser por meio dos cursos semipresenciais, a educação para o referido concurso se tornou bem mais acessível, inclusive, aumentando a nota de corte drasticamente. A partir do depoimento dela, que afirma que se tivesse acesso ao cursinho em anos anteriores, teria conseguido a aprovação de forma mais rápida, pois se apropriaria do conhecimento sem ter que realizar a mudança de município.

Pelos dados apresentados, de momento e na situação que o país viveu, após o ensino remoto, e pela experiência com o ensino a distância, e por acreditar que a tecnologia pode ser usada para diminuir o tempo, distância e espaço, observei que, em todas as áreas do conhecimento, a tecnologia pode ser aproveitada após a urgência do ensino remoto. Aliado a esta questão, lembro a biblioteca que meu pai tinha para trabalhar, sendo que por estar desatualizada, vendi para reciclagem por peso de papel, e totalizou em 2016 mais de R\$ 800,00 (oitocentos reais), estando o preço do quilograma do papel R\$ 0,30 (trinta centavos), e vejo a minha hoje, que pode ser guardada dentro de um pen-drive, que cabe no meu bolso, além disso, para eu pesquisar nos ditos livros, a tecnologia facilita, com o famoso CTRL-F.

Então, a partir desses dados e vivências, comecei a compreender que as novas tecnologias poderiam melhorar o processo educacional a partir desses elementos e favorecer melhorias na educação.

As novas tecnologias se constituem em ferramentas importantes para o desenvolvimento de processos construtivos de aprendizagem, para a criação de novos espaços de aprendizagem, de novas formas de representação da realidade, para ampliação de contextos e maior incentivo aos processos cooperativos de produção do conhecimento. Favorecem também o desenvolvimento do pensamento reflexivo (VALENTE, 1999), da consciência crítica e o encontro de soluções criativas aos novos problemas que surgem (NEVADO, 1999). Essas possibilidades estão sendo geradas a partir do uso adequado e competente dessas ferramentas computacionais e da construção de ambientes de aprendizagem que privilegiam a construção do conhecimento compartilhado e o desenvolvimento de processos reflexivos e em função das novas perspectivas interacionistas geradas entre pessoas e objetos de conhecimento (Macedo, [2010?]. p. 13).

Assim, comecei a lembrar dos cursos semipresenciais, pensei que, com o uso da tecnologia, os estudantes poderiam ter uma destacada formação e, ao mesmo tempo, desenvolver um olhar crítico pela escola, sem contar que possuem habilidades com o digital. Após a apresentação da minha vivência e inquietações, apresento, a seguir, a relevância educacional e científica do problema a ser pesquisado.

2 INTRODUÇÃO

A justificativa do presente estudo se sustenta nas vivências e experiências profissionais do pesquisador de forma a buscar uma educação de qualidade ao Brasil, tendo como intuito que o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC's) não deve ser um privilégio para poucos.

Na avaliação internacional feita pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 2018, ficou demonstrado o abismo social existente no Brasil. Foram avaliados 10.691 estudantes brasileiros, destes, 1.381 de escolas particulares.

Considerando apenas as escolas particulares, não só o Brasil estaria dentro do índice de aprovação da OCDE, como também estaria entre os melhores rankings da educação do mundo.

Devido à pandemia da Covid 19¹, que destoou o ensino remoto² e o ensino a distância³, as TDIC's demonstraram ser uma ferramenta útil, tanto para a inclusão, como para a exclusão social na educação, dependendo da forma que é utilizada e as condições sociais de seus usuários. Então, justifica-se a pesquisa em pensar as tecnologias para possibilitar um processo de ensino e de aprendizagem significativo e colaborativo⁴, de forma inclusiva.

¹ No dia 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde foi informada de um surto de casos de pneumonia em Wuhan, na China, sendo descoberta a existência de um novo vírus da família dos coronavírus, o SARS-CoV-2, cuja doença relacionada foi nomeada covid-19. A partir dessa data, o surto dessa nova doença já foi considerado uma epidemia na China, em 20 de janeiro de 2020, e após dez dias, a doença espalhou-se pelo mundo a ponto de ser declarada emergência de Saúde Pública de importância internacional (OPAS, 2020).

² Importante o entendimento de que o Ensino Remoto não se configura como equivalente ao Ensino a Distância, já que este é fundamentalmente e intencionalmente elaborado na utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação e as atividades educativas não requerem a presença física e simultânea de alunos e professores (Brasil, 2018).

³ O ensino a distância é uma modalidade toda fundamentada e planejada para o ensino não presencial, além de ser realizada, em especial, com a utilização das aulas assíncronas, permitindo maior flexibilidade para professores e alunos (Brasil, 2018).

⁴ Para Friend e Cook (1990), um trabalho de colaboração precisa promover aspectos fundamentais: os professores necessitam ter um objetivo em comum, ambos precisam ter espaço e autonomia equivalentes quanto ao ensino, uma vez que a colaboração envolve a participação de todos, compartilhamento de responsabilidades e de recursos (didático-pedagógicos). Pressupõe-se, portanto, que, para o desenvolvimento de uma parceria, ambos os professores precisam estar dispostos a participar significativamente desse processo. Nesse sentido, Keefe, Moore e Duff (2004) propõem quatro passos essenciais para que os professores possam trabalhar com o ensino colaborativo. 1. conhecer a si mesmo, que consiste em reconhecer as próprias forças e fraquezas, questionar suas bases e estar aberto a mudanças. 2. conhecer o seu parceiro, com uma relação profissional

O ensino a distância possibilita que o conteúdo seja planejado de forma que a metodologia de ensino consiga ultrapassar os limites dos conteúdos geográficos e de tempo. No entanto, ainda encontra desafios para conseguir ser inclusivo e dialógico.

Assim como traz Branco, Conte e Habowski (2020, p. 42-43):

Há muitos diagnósticos sobre a evasão na EaD, dentre eles podemos destacar as seguintes tendências: a ausência de contextualização e conteúdos pré-programados, excesso de conteúdos e tarefas e falta de clareza sobre a importância dos professores e tutores manterem um diálogo aberto com os participantes para ouvir e conversar, aproximando e engajando o ensino híbrido de conteúdo digital com o universo dos estudantes. Nesse cenário da EaD, o debate, o contato, a interação, a mediação e a intervenção do professor e do tutor, o feedback dado ao estudante pode ser um fator motivacional para aprender com os outros no movimento formativo de (re) construção de conhecimentos ou para causar o processo de evasão. Além das causas relacionadas às falhas na comunicação, por meio das tecnologias digitais e da própria ausência de uma alfabetização/inclusão tecnológica, também perpassam pela questão financeira e emocional. Afinal de contas, estudar exige dedicação, equilíbrio para se manter em movimento nas pesquisas e metodologias ativas à elaboração coletiva, bem como acolhimento e preparo por parte da instituição quanto aos seus profissionais para que estes estudantes tenham o suporte técnico-pedagógico necessário para o processo formativo e à globalidade humana.

No ensino superior, há um tutor para complementar o trabalho do professor tendo em vista que se subentende que o estudante já possui um conhecimento básico da escola, diferentemente do ensino fundamental e médio, onde está construindo diversos conhecimentos, e por isso é necessário um professor presencialmente com o estudante para manter a dialógica e a inclusão na educação.

Aqui, é importante destacar que, em nosso estudo, o professor presencial não é um apoio do professor especialista. Cada docente possui uma especificidade dentro do processo de ensino e de aprendizagem no ensino médio. Em nosso entendimento, os docentes são protagonistas na formação dos discentes e também no próprio processo de formação continuada. Assim, o professor especialista é aquele que possui as competências digitais com conhecimentos específicos na área que

de confiança mútua, na qual cada um tem uma visão particular do aluno, visões que, integradas e discutidas, podem contribuir para o sucesso do processo de ensino e de aprendizagem. 3. conhecer os alunos em questão, apontando-lhes suas habilidades e reconhecendo suas dificuldades, tudo para poder oferecer oportunidades para que eles expressem seus interesses e demonstrem percepções, promovendo a comunicação entre professor e aluno. 4. conhecer seus materiais para melhor adaptá-los às necessidades do estudante é outra área essencial para o professor comprometido com a educação, de forma inclusiva.

ministrará. E o professor da sala de aula regular é aquele que apresenta boas práticas pedagógicas e metodológicas.

Portanto, podemos dizer que a novidade surge no processo de conhecer: quanto mais profundamente conhecemos algo, quanto maior for a rede de relações que conseguirmos criar, tanto maior serão as possibilidades de surgimento da novidade, o que pode provocar a inovação, justamente em função das diferenciações e das integrações presentes na constituição dessa rede de relações, a qual implica constantes rupturas paradigmáticas. A sinergia criada num determinado grupo, a partir das interações entre sujeitos de diferentes áreas do conhecimento, que resulte em cooperação, pode também se constituir em motor para a inovação. Isso implica um complexo processo que se dá no conhecer e no conviver, e não simplesmente pelo fato de existir uma tecnologia nova, um novo meio. Quando surge uma nova tecnologia, a sua apropriação e utilização estão subordinadas ao que o sujeito consegue perceber, estando, dessa forma, limitadas às suas estruturas cognitivas. Desse modo, pode ocorrer que o sujeito não perceba as potencialidades, por não serem suficientemente significativas para ele, a ponto de provocar desequilíbrios no seu sistema de significação. Outras vezes, isso é percebido pelo sujeito que tenta adaptar o novo ao que ele já conhece, consistindo na própria deformação do objeto, necessária para que o sujeito possa dar significado, e, portanto, aprender, conhecer. Pode ainda ocorrer que essa tecnologia, em função de seu desenho, características, possa ser suficientemente provocadora, de forma que o sujeito não encontre resposta no que já conhece, capaz de dar conta da apropriação do “novo”, provocando, assim, desequilíbrios no sistema de significação do sujeito, exigindo dele novos conhecimentos, novos paradigmas, o que pode implicar inovação (Schlemmer, 2013, p. 99).

Assim, não basta somente obter conhecimentos sobre as tecnologias e não saber utilizá-las como recursos didático-pedagógicos a favor da aprendizagem, pois essa fomentará o trabalho do professor na promoção da aprendizagem durante a formação do estudante, tornando o aprendizado mais contextualizado e significativo, conforme preconizam Schlünzen, Schlünzen Junior e Ferreira (2020).

Silva e Missagia (2021 p. 130) trazem a seguinte afirmativa:

Percebe-se o posicionamento de um profissional que se preocupa com a igualdade de acesso dentro de um cenário em que as desigualdades estão sendo ampliadas. No contexto de ensino remoto, é inegável que aqueles que possuem mais recursos tecnológicos e letramento digital estão prosperando, enquanto os digitalmente excluídos têm enfrentado um desafio diário.

E trazem como conclusão de seu artigo:

A importância da pesquisa relatada neste artigo está na valorização da voz de docentes brasileiros sobre suas experiências com o ensino de línguas na modalidade remota, bem como no entendimento da situação por eles vivenciada. O objetivo de pesquisar as avaliações desses profissionais sobre o ensino e a utilização de recursos tecnológicos e materiais didáticos permitiu nos, por meio de uma investigação sistemática, levar à comunidade posicionamentos dos profissionais sobre o uso desses materiais, de tecnologias no ensino de línguas, e a respeito de aulas remotas. A análise de dizeres desses docentes, por meio do sistema de Avaliatividade de base

sistêmico funcional, demonstra que a situação de ensino remoto parece ter provocado nos docentes sentimentos de angústia e insegurança, reflexões sobre sua capacidade de lidar com recursos tecnológicos, reações de cansaço, ao mesmo tempo em que reconhecem a complexidade da situação, os pontos positivos dos materiais didáticos que já utilizam, o valor do aprendizado promovido pela situação do ensino remoto, e ainda uma percepção da realidade complexa marcada pela desigualdade social (Silva; Missagia, 2021. p. 135).

O que demonstra a relevância científica de que o sistema remoto não é descartável. Dessa forma, busca-se trazer as novas tecnologias para garantir uma base formativa significativa no sistema de forma inclusiva. Nessa linha, definem Holanda *et al* (2021, p. 3):

As relações sociais e pedagógicas contemporâneas têm passado por transformações significativas impulsionadas pela apropriação das tecnologias digitais, reconfigurando ecossistemas e ambientes educacionais. Desse modo, a tecnologia amplia oportunidades de inovação, integração, inclusão e personalização de recursos pedagógicos, mas esta realidade exige uma mudança de paradigma. Uma mudança de difícil implementação e que, com a pandemia do novo Coronavírus, está acontecendo muito rapidamente (Moreira & Schlemmer, 2020). Assim, torna-se ainda mais urgente discutir os impactos do Ensino Remoto Emergencial para a rede básica de ensino no Brasil, visto que as experiências de uma Educação a Distância bem planejada diferem das aulas on-line oferecidas em resposta a uma crise ou a um desastre.

Holanda *et al* (2021) pontuam os problemas sociais para o ensino remoto, tais como as dificuldades de acesso a equipamentos de tecnologia, de acesso à internet pelos estudantes, ausência de políticas públicas específicas, entre outras.

Demonstram-se relevantes dificuldades sociais e políticas na implementação do ensino remoto devido às vulnerabilidades sociais emergentes.

No mesmo sentido, Macedo (2021) contextualiza a problemática no entendimento de o letramento digital ser desigual na sociedade brasileira, como também expõe que o letramento digital acaba se tornando um privilégio para poucos. A conectividade já deveria ser compreendida como um direito de todos, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU).

Por fim, traz como relevância social, a conclusão de Luria (2017, p. 217):

[...] as mudanças sócio-históricas não se limitam a introduzir novo conteúdo no mundo mental dos seres humanos; elas também criam novas formas de atividade e novas estruturas de funcionamento cognitivo. Elas promovem o avanço da consciência humana para outro estágio.

O que se busca é um aprimoramento do sistema e a forma de gerenciar os processos para uma educação inclusiva. Dessa forma, cada professor poderá

trabalhar com maior eficiência, respeitando suas singularidades e especificidades no processo formativo dos estudantes. É necessário pontuar que, em termos de planejamento pedagógico, este poderá ser desenvolvido de forma colaborativa, levando em consideração a demanda curricular. Aqui também entra o papel do coordenador pedagógico escolar, uma vez que este possui um perfil de promotor dos processos mais amplos de escolarização, trazendo problematizações a respeito das demandas curriculares e pedagógicas a serem desenvolvidas pelos docentes. Resumidamente, trata-se de um trabalho conjunto, visando aprendizagens significativas.

Por isso, propõe-se a inclusão de mais um professor na sala de aula de forma *on-line* para realizar um processo formativo híbrido, colaborativo, significativo e democrático.

Nota-se que o ensino é primordial para o desenvolvimento de uma nação, sendo discutível sua implantação pelo Estado, haja vista já existir legislação vigente que ampare a implantação, conforme o artigo 35 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96) (Brasil, 1996). Nesse sentido, a problemática se baseou no processo formativo híbrido com a inserção de um professor de forma virtual em sala de aula juntamente, de forma colaborativa, com o professor presencial agindo em conjunto, visando a aprendizagem significativa no ambiente escolar.

Para haver uma educação de qualidade e inclusiva, deve-se ter igualdade na oportunidade de acesso, permanência e uma educação pedagógica, metodológica e tecnológica bem elaborada e planejada. A educação *on-line* necessita passar por uma reflexão para que seja adequada, pois no próprio relatório de qualidade da OCDE da UNESCO (2020), demonstra-se que ocorrem exclusões nesse sistema, mesmo em países desenvolvidos.

2.1 Problema da pesquisa

A problemática se baseia na perspectiva de melhorar o ensino médio ao incluir um professor *on-line* em encontros (as) síncronos com todos os estudantes da rede do Estado de São Paulo por meio da interação entre este professor, as coordenações escolares e os professores presenciais, em um trabalho colaborativo. Nessa configuração, abre-se a possibilidade de ampliar o trabalho pedagógico e metodológico entre eles. Os professores presenciais colaborativamente, participariam

do planejamento junto com o professor *on-line*, que se encontra geograficamente distante, podendo desenvolver o trabalho metodológico e pedagógico em sala de aula para formar os estudantes valorizando suas individualidades e, dessa forma, favorecendo o êxito na sua formação escolar.

Este profissional, especialista tanto em conteúdo quanto em práticas pedagógicas e tecnológicas, desempenha um papel crucial na elaboração de métodos de ensino flexíveis e na promoção da avaliação formativa. Sua presença *on-line* permite superar limitações geográficas, proporcionando suporte e orientação aos estudantes, além de disponibilizar recursos educacionais de alta qualidade.

A colaboração entre o professor *on-line* e o presencial que atuará na sala de aula é crucial no ensino híbrido. Ambos desempenham um papel ativo no planejamento, considerando mudanças estruturais, necessidades individuais dos estudantes e feedback contínuo.

Vale destacar a importância da participação do coordenador pedagógico nesse contexto, desempenhando um papel orientador, assegurando a integração efetiva das diretrizes pedagógicas da escola com os métodos propostos pelo professor *on-line* e o da sala de aula. Sua supervisão contribui para o alcance dos objetivos de aprendizagem, garantindo a coesão entre as estratégias educacionais e a visão pedagógica da instituição. Essa parceria permite uma abordagem mais ágil e adaptável, possibilitando que o método de ensino atenda às necessidades específicas e desperte o interesse dos estudantes e promova um ambiente de aprendizado eficaz.

No tocante ao investimento estatal para inserção do professor *on-line*, se mostra justificável à luz de seus potenciais benefícios, no que se refere a contribuição com o seu conhecimento específico. Ao permitir que este professor atue em várias escolas simultaneamente, essa abordagem contribui para possibilitar a qualidade da educação, superando barreiras geográficas e proporcionando acesso ao ensino de alta qualidade, de forma mais equitativa.

Além disso, o professor *on-line*, devido a sua expertise, pode desempenhar um papel valioso na formação continuada dos professores presenciais. Caso sejam observados resultados promissores, o investimento necessário para instalar professores *on-line* em todo o estado pode ser relativamente baixo, tornando a proposta economicamente viável e estrategicamente vantajosa onde o foco deve ser promover a educação igualitária.

A referida problemática é parte da inquietação do mestrando em responder à pergunta de como utilizar as TDIC's na tentativa de favorecer a educação de qualidade que atenda ao currículo, de forma humanizada e inclusiva, o que pode melhorar o trabalho colaborativo entre o professor *on-line* e o professor presencial, favorecendo o processo de ensino e de aprendizagem no ensino médio híbrido.

2.2 Objetivos

2.2.1 Objetivo geral

Analisar os benefícios de se ter, no contexto da educação média brasileira, docentes de forma *on-line*, juntamente com o professor presencial, com o intuito de promover um ensino mais democrático e inclusivo.

2.2.2 Objetivos específicos

- Realizar uma revisão bibliográfica exploratória focada em autores renomados da área de ensino híbrido para conhecer os conceitos fundamentais desta abordagem de ensino.
- Realizar uma revisão da literatura sobre o ensino híbrido no ensino médio, verificando os desafios, necessidades e benefícios.
- Verificar, por meio dos documentos legais, as possibilidades pedagógicas, metodológicas e tecnológicas relacionadas às políticas públicas estaduais e federais, priorizando o Estado de São Paulo.
- Identificar as diretrizes necessárias para a implantação do ensino híbrido no estado de São Paulo, tendo um trabalho colaborativo entre o professor, de forma virtual, e um presencial, para favorecer o processo de ensino e de aprendizagem no ensino médio.

Com base nestes objetivos, esta dissertação está organizada nos seguintes itens: Metodologia adotada, Levantamento Bibliográfico, Revisão da Literatura e previsão jurídico-legal por meio da Constituição da República Federativa do Brasil, Análise do Processo Formativo Híbrido e do Ensino a Distância, bem como seus

respectivos comparativos e, por fim, a Análise por triangulação e Proposta de Diretriz para o Processo Formativo Híbrido.

Na metodologia se encontra a descrição detalhada da metodologia utilizada na pesquisa. No capítulo que revela os ensinos híbridos há uma análise detalhada sobre o ensino híbrido no contexto educacional, abordando diversas perspectivas e conceitos relevantes. Já no capítulo Estudos Sobre Os Processos Formativos Híbridos No Brasil há uma abordagem específica sobre os estudos relacionados aos processos formativos híbridos no contexto do ensino médio no Brasil. A pesquisa foi conduzida de maneira qualitativa, envolvendo uma análise crítica da literatura recente sobre o tema.

Também fizemos uma análise das legislações relacionadas à educação no Brasil, com foco na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96), no Plano Nacional de Educação (PNE – 2014-2024) e no Programa de Inovação Educação Conectada, considerando tanto a perspectiva nacional quanto a estadual, com ênfase no estado de São Paulo. A análise é embasada nos estudos de Gilmar Ferreira Mendes, Paulo Gustavo Gonet Branco e Maria Sylvia Zanella Di Pietro, que fornecem princípios e garantias básicas para a aplicação de leis no sistema jurídico brasileiro.

Por fim, a última fase da pesquisa é uma proposta de diretrizes para a implementação do processo formativo híbrido no Ensino Médio, com base no artigo 81 da Lei nº 9.394/96, que destaca a necessidade de criar instituições de ensino experimental para verificar, na prática, a aplicação do processo formativo híbrido, seguindo diretrizes específicas.

3 METODOLOGIA

A metodologia desenvolvida na presente pesquisa é qualitativa. Este tipo de investigação conduz o estudo sobre contribuições para explicar o comportamento social humano dentro de seus conceitos, necessita abranger as condições contextuais do cotidiano da sala de aula. Por isso, os conceitos existentes e emergentes desse tipo de pesquisa têm a trazer resultados prósperos para evidenciar a aplicabilidade da problemática levantada.

Dessa forma, define Yin (2016, p. 22):

A pesquisa qualitativa difere por sua capacidade de representar as visões e perspectivas dos participantes de um estudo. Capturar suas perspectivas pode ser um propósito importante de um estudo qualitativo. Assim, os eventos e ideias oriundos da pesquisa qualitativa podem representar os significados dados a fatos da vida real pelas pessoas que os vivenciam, não os valores, pressuposições, ou significados mantidos por pesquisadores.

A pesquisa qualitativa é escolhida para compreender profundamente fenômenos complexos e nuances, explorar perspectivas individuais, capturar contextos e significados, desenvolver teorias a partir dos dados, e quando métodos flexíveis e amostragem não probabilísticas são apropriados. Essa abordagem é valiosa para investigar questões sociais, culturais e subjetivas. Seguindo os pressupostos da pesquisa qualitativa, o trabalho está realizado em quatro etapas, sendo que cada uma dessas atende um dos objetivos específicos.

1ª etapa:

A partir da pesquisa Bibliográfica, levamos os conceitos fundamentais, desafios e benefícios do processo formativo híbrido para o ensino médio.

Define-se como pesquisa bibliográfica aquela que é elaborada com base em material já publicado e produzida por autores renomados na área ou por aqueles que têm propósitos específicos. Assim, realizou-se a busca de referenciais que relatam sobre as perspectivas que trazem o ensino híbrido, bem como o que envolve trabalhar no *on-line* aliado ao presencial.

A pesquisa bibliográfica é definida da seguinte forma, conforme entendimento de Gil (2010, p. 30):

A pesquisa bibliográfica fundamenta-se em material elaborado por autores com o propósito específico de ser lido por públicos específicos. Já a pesquisa documental vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação, etc.

O levantamento bibliográfico foi realizado a partir da análise de artigos, livros e publicações do portal CAPES no recorte temporal dos últimos 3 anos.

2ª etapa:

A partir dos conceitos fundamentais levantados na primeira etapa, realizou-se uma revisão da literatura nos últimos três anos para analisar o que já foi publicado sobre o tema, verificando a aproximação com a pesquisa em tela. Para tanto, o olhar recaiu em bases de dados como: Banco Nacional de Teses e Dissertações (BNTD) e periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), os quais forneceram fontes para a referida pesquisa, como artigos de periódicos, teses e dissertações para verificar os últimos estudos sobre o tema, limitando a 03 anos e à língua portuguesa. O período pesquisado foi de 2020 a 2023, devido à OMS declarar oficialmente a pandemia de COVID-19, em 2019. Para isso, foram usadas as seguintes palavras-chave/descriptores para a pesquisa: “ensino híbrido”, “educação híbrida”, “formativo híbrido”, “blended learning”, “Ensino Médio”, “b-learning”. As referidas palavras-chave foram utilizadas em conjunto com os operadores booleanos (AND, OR).

Dentro dos trabalhos encontrados, foram selecionados os que tinham relevância para o tema da pesquisa, onde possam construir uma base teórica ao objeto proposto.

Após este estudo, analisamos os dados obtidos, organizando por dimensões, de forma qualitativa dos pontos relevantes sobre o processo formativo híbrido no ensino médio. Com as análises realizadas, verificaram-se os resultados obtidos, como também, sua relevância. Por fim, foi criado um documento com as fontes e as listas de referências para oferecer uma maior visão relacionada aos documentos pesquisados, selecionados e analisados nesta pesquisa.

Dessa forma, ao efetuar a análise interpretativa das aplicações do processo formativo híbrido vigente, é possível efetuar uma análise comparativa diante da problemática levantada e verificar se a problemática levantada traz soluções aos desafios enfrentados, além de garantir os mesmos benefícios, que são produzidos por estes.

A análise do texto é efetuada com o auxílio da plataforma IRAMUTEQ⁵ de busca das similitudes entre os benefícios e desafios encontrados no corpo dos textos,

⁵ O IRAMUTEQ é um programa informático que viabiliza diferentes tipos de análises de dados textuais, desde as mais simples, como a lexicografia básica, que abrange a lematização e o cálculo de

para, dessa forma, buscar cientificamente dados objetivos para efetuar as aproximações dialógicas com a problemática levantada. Com base nisso, verifica-se o desenvolvimento atual do processo formativo híbrido para analisar a dificuldade de implementação desta modalidade no ensino médio.

3ª etapa:

Nesta fase, foi efetuada uma pesquisa do que se tem na legislação sobre as políticas e diretrizes do ensino híbrido para o ensino médio para, dessa forma, verificar as possibilidades de implantação do ensino híbrido dentro das políticas e diretrizes atuais definidas para o referido ensino. As fontes levantadas para a referida pesquisa foram as legislações sobre o tema, como as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação e o Programa de Inovação Educação Conectada, em nível nacional e estadual, mais especificamente, do estado de São Paulo. Também foram selecionadas abordagens Jurídicas para acompanhar a interpretação e obter fundamentação teórica aplicando a interpretação mais objetiva do referido tema, pois são as referidas fontes que definem as diretrizes e políticas do ensino híbrido para o ensino médio.

O primeiro passo foi efetuar uma leitura exploratória de cada trabalho selecionado para verificar as informações relevantes para o processo formativo híbrido no ensino médio e ensino a distância, sobre suas diretrizes e políticas. Posteriormente, analisou-se como as diretrizes e políticas tratam essas formas de ensino para o ensino médio, verificando se a política educacional tem por objetivos desenvolver o referido processo.

A pesquisa bibliográfica realizada nessa fase teve como objetivo explorar o conceito de ensino híbrido no contexto do ensino médio. Com base nessa análise, foi possível relacionar os conceitos fundamentais encontrados na literatura aos aspectos da problemática levantada.

A triangulação de dados entre o estudo das bibliografias levantadas sobre o ensino híbrido no bojo do ensino médio, da legislação abarcada pelas políticas públicas estaduais e federais foi um elemento de desenvolvimento. O âmbito de maior referência está relacionado ao estado de São Paulo, onde a pesquisa está sendo realizada e as diretrizes orientadoras necessárias para a implementação do ensino

híbrido no ensino médio, que serão identificadas no trabalho colaborativo entre as instituições de ensino e especialistas no assunto, sejam pesquisadores ou professores.

A proposta do método de triangulação de dados oferece ao pesquisador um foco voltado ao meta-fenômeno, em que os autores Tuzzo e Braga (2015, p. 151) afirmam que: “[...] oferece ao pesquisador olhares múltiplos e diferentes do mesmo lugar de fala” solidificado assim a concepção dos eventos.

Por fim, efetua-se a análise comparativa das políticas e diretrizes do processo formativo híbrido para o ensino médio com as políticas e diretrizes do ensino a distância para, dessa forma, verificar desafios e benefícios das referidas abordagens, e compreender as peculiaridades que possam ser enfrentadas pelo processo formativo híbrido.

Na sequência, propõe-se uma diretriz para o ensino médio, verificando as alterações políticas necessárias para a implementação do processo formativo híbrido.

A análise é necessária para poder expandir o conhecimento do processo formativo híbrido, como também para abrir espaços para novos estudos sobre o tema, determinando e verificando rotas a serem seguidas para conseguir evoluir e tornar a Educação de qualidade, de forma humanizada e inclusiva.

4 O QUE REVELA A LITERATURA SOBRE ENSINO HÍBRIDO

No processo formativo híbrido, busca-se fomentar a comunicação presencial e a remota integradas de forma otimizada para que os pontos fortes dos sistemas sejam combinados, garantindo o objetivo educacional pretendido, que é oferecer a possibilidade de o estudante ter uma experiência de aprendizagem significativa e inclusiva.

Nesse sentido:

O princípio básico é que a comunicação oral face a face e a comunicação escrita on-line sejam integradas de forma otimizada, de modo que os pontos fortes de cada uma sejam combinados em uma experiência única de aprendizado congruente com o contexto e o objetivo educacional pretendido (Garrison; Vaughan, 2018, p. 5, tradução nossa).

Os autores também trazem a possibilidade de que o processo formativo híbrido transcende o paradigma tradicional de aula podendo gerenciar grandes turmas com as eficiências da integração do ensino *on-line* e presencial de forma que esses benefícios tragam resultados positivos aos estudantes (Garrison; Vaughan, 2018, p. 7, tradução nossa).

O aprendizado combinado é uma abordagem para o redesenho educacional que pode aprimorar e estender o aprendizado e oferecer projetos que gerenciem turmas grandes com eficiência. Representa uma metodologia de design distinta que transcende o paradigma convencional da sala de aula. A proporção de atividades de aprendizagem presencial e online pode variar consideravelmente, mas a aprendizagem combinada é distinguível por meio da integração da aprendizagem presencial e online que é multiplicativa, não aditiva.

O processo formativo híbrido não é uma tese nova, sendo que a mesma é aplicada em grande parte do mundo, principalmente no ensino superior.

Assim, como define Azevedo (2020, p. 21-22):

[...] a inovação em educação carece de uma conceitualização que detalhe as variáveis e as diferentes escalas onde intervém, do sistema à sala de aula, do nível mundial ao local.

A revisão empreendida permitiu-nos perspectivar inovação educacional como um conceito multidimensional e multinível, a serviço de um contínuo processo de **melhoria da escola**, necessariamente **focado no desenvolvimento humano de todos e cada um dos alunos**, segundo padrões de equidade e justiça social (grifo nosso).

Nessa perspectiva, busca-se desenvolver um sistema eficiente para proporcionar aos professores ferramentas adequadas ao ensino e aos estudantes,

promover a educação de qualidade para o desenvolvimento do pensamento criativo, crítico e inclusivo ao acesso de tecnologias.

O trabalho colaborativo nas escolas traz estudos demonstrando eficácias. No estudo de Bioto (2022, p. 15-16):

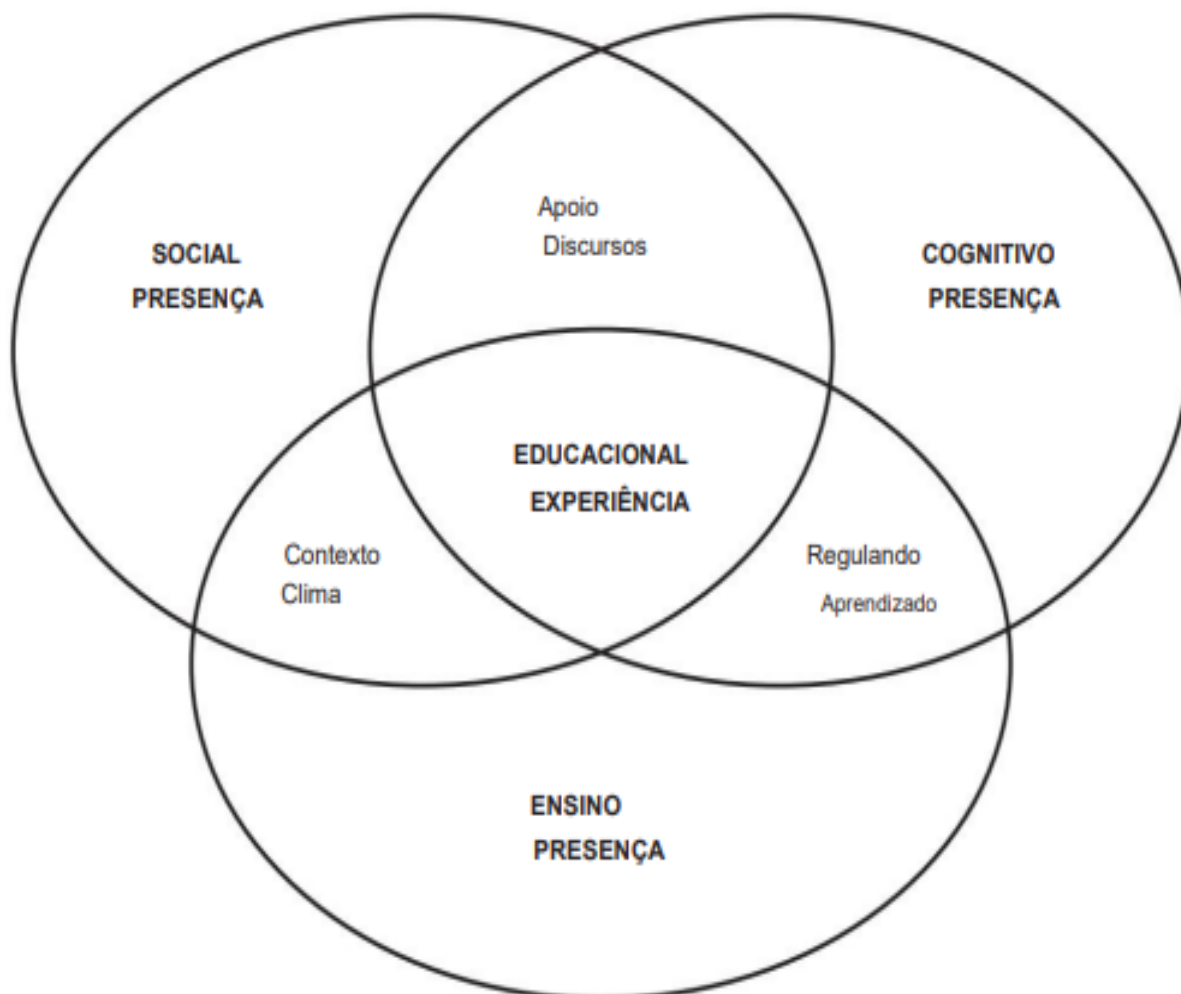
Apontam como qualidades, potencialidades da formação colaborativa: (1) a possibilidade de combater o isolamento profissional e construir uma cultura colaborativa nas escolas, (2) a passagem de interesses e objetivos individuais a objetivos comuns, sem desrespeitar os indivíduos pertencentes aos grupos, (3) a criação de um espírito de equipe, (4) construção de um sentimento de pertencimento, (5) aumento da autoconfiança e da confiança no grupo, (6) elaboração de estratégias didáticas inovadoras, (7) testagem e compartilhamento de metodologias de ensino, (8) exercício reflexivo individual e compartilhado, (9) crescente grau de autonomia entre os professores envolvidos em experiências de formação colaborativa, (10) fortalecimento dos laços afetivos, (11) possibilidade do diálogo e (12) potencial para o fortalecimento do magistério.

Nesse caso, para desenvolver a interpretação deste estudo, foi usado como base a estrutura teórica da comunidade de investigação (Col) desenvolvida por Vaughan; Cleveland-Innes; Garrison (2013 p.11) para a aplicação do processo formativo híbrido no ensino médio.

A construção do referido sistema busca trazer uma experiência ideal de aprendizagem para o ensino superior, que nesse trabalho busca-se trazer a competência para o ensino médio e fornecer a educação inclusiva e mais qualitativa, pois esse sistema busca gerar o pensamento crítico dos estudantes.

A estrutura do sistema Col é ilustrada pela Figura 1, elaborada por Vaughan, Cleveland-Innes e Garrison (2013, p. 11-12, tradução nossa):

Figura 1 - Estrutura da comunidade de investigação



Fonte: Vaughan, Cleveland-Innes e Garrison (2013)

Os três elementos-chave ou dimensões da estrutura Col são presença social, cognitiva e de ensino (Figura 1.1). É na convergência desses três elementos que se reforçam mutuamente que uma experiência educacional construtivista colaborativa é realizada. A presença social cria o ambiente de confiança, comunicação aberta e coesão do grupo. A presença cognitiva foi definida “como a medida em que os alunos são capazes de construir e confirmar o significado por meio de reflexão sustentada e discurso em uma comunidade crítica de investigação” (Garrison; Anderson; Archer, 2001, p. 11).

Além disso, o sistema:

Foi operacionalizado por meio das fases de desenvolvimento da investigação – um evento desencadeador, exploração, integração e resolução. O terceiro e coeso elemento, presença de ensino, está associado ao desenho, facilitação e direção de uma comunidade de investigação. Essa força unificadora reúne os processos sociais e cognitivos direcionados a

⁶ Conflito de Interesse onde o autor tem algum tipo de envolvimento pessoal com a análise

experiências pessoalmente significativas e educacionalmente valiosas (Vaughan; Cleveland-innes; Garrison, 2013, p. 11-12, tradução nossa).

Dessa forma, é possível desenvolver uma proposta pedagógica no ensino médio que valorize a construção do conhecimento de forma coletiva entre os estudantes e os professores.

A educação desenvolvida por um processo de investigação busca garantir a reflexão dos estudantes fazendo com que estes experienciem o motivo da aprendizagem, dessa forma, despertando a motivação deles para a apropriação do conhecimento, conforme definiram Garrison e Vaughan (2018, p. 16, tradução nossa).

Investigar é estar desperto, informado e engajado para explorar as controvérsias de uma disciplina, em vez de simplesmente adotar as verdades óbvias e aceitas. Experiências educacionais valiosas envolvem totalmente os alunos a questionar ideias – até mesmo verdades aceitas – e aprimorar as habilidades de pensamento crítico e criativo dos alunos.

Para criar a comunidade de investigação, definida na Figura 1, é necessário definir as conexões e os propósitos do trabalho colaborativo dos professores e as instituições para garantir, de forma eficiente, a apropriação do conhecimento pelos estudantes, conforme definiram Garrison e Vaughan (2018, p. 17, tradução nossa).

O propósito da comunidade deve determinar como ela é definida e desenvolvida. Do ponto de vista educacional, o interesse acadêmico deve ser o foco principal. A comunidade deve ser desenvolvida para apoiar os processos de aprendizagem que progridem sistematicamente desde a identificação de um problema até a sua resolução.

Nesse sentido, a escola necessita garantir o desenvolvimento social, pois é o melhor caminho para possibilitar que o estudante consiga desenvolver o pensamento criativo e crítico na construção do conhecimento.

Além disso, a escola e o polo onde estará o professor *on-line* serão os responsáveis pela interligação, por meio do uso das tecnologias, entre o ensino *on-line* e o ensino presencial, possibilitando aos professores, dentro de suas competências, lecionar e se comunicar, pois o diálogo com o professor *on-line* pode ser feito pelo professor presencial, para que aquele possa conseguir desenvolver a metodologia de forma mais qualitativa.

O professor que se encontra *on-line* poderá desenvolver uma metodologia de ensino criativo, crítico, com o desenvolvimento dos trabalhos científicos para além do conhecimento cotidiano dos estudantes.

Como também, este professor terá a responsabilidade da produção de material para o aprofundamento do conhecimento do estudante.

De acordo com Anderson e Elloumi (2018, p. 22-26), o professor que lecionará *on-line* necessita compreender suas responsabilidades, tendo o objetivo de preparar o estudante para a aula, fornecendo atividades com a intenção de despertar o interesse.

Essas atividades servirão para avaliar os pré-requisitos que os estudantes possuem, garantindo maior inclusão, ou seja, que eles consigam ter os pré-requisitos necessários ao iniciar a aula.

Junto a isso, pode ser encaminhada a autoavaliação para que permita ao estudante verificar se conseguiu atingir os pré-requisitos necessários para poder se apropriar do conhecimento da aula. Além disso, poderão ser desenvolvidas uma série de atividades com o estudante para que este possa refletir sobre o conteúdo, este interage com o mesmo para conseguir efetuar a construção de seu conhecimento. O professor *on-line* necessita ser capaz de refletir com o estudante, possibilitando que ele construa o conhecimento a partir das aplicações do cotidiano, além de ser criativo, desenvolvendo atividades e reflexões com o professor que se encontra presencialmente na sala de aula.

A experiência educacional requer foco em ideias e estruturas conceituais, desafiando e criando ideias, e diagnosticando equívocos e construindo entendimento mútuo. Exige a disciplina para interagir academicamente e respeitosamente com os membros da comunidade enquanto eles se engajam na busca de objetivos comuns. É aprender a ouvir, explicar e defender posições e ideias. Em suma, a experiência educacional é um compromisso com a erudição (Anderson; Elloumi, 2018, p. 22-26).

Na Figura 1, é possível observar que o trabalho colaborativo é interdependente, e necessita ser efetuado de forma harmônica.

A presença do professor que se encontra *on-line* tem por objetivo garantir a produtividade para possibilitar a eficácia de aprendizagem do estudante com o conteúdo a ser explorado de forma que esse desperte interesse nele.

Dessa forma, o professor *on-line*: reflete sobre o currículo, abordagens e métodos; também modera, orienta e concentra o discurso e as tarefas, as abordagens, conforme dispõem Garrison e Vaughan (2018, p. 24, tradução nossa).

De acordo com Perry e Edwards (2005 *apud* Garrison; Vaughan, 2018, p. 24, tradução nossa): “professores *on-line* criam uma comunidade de investigação que é composta por uma forte presença social, cognitiva e de ensino”.

Os professores necessitam trabalhar em colaboração para desenvolver as seguintes fases da Presença Cognitiva:

A primeira fase é o evento desencadeador, por meio do qual uma questão ou problema é identificado e definido. A segunda fase é a exploração do problema e a coleta e refinamento de informações relevantes. Na terceira fase, os participantes começam a reconciliar e dar sentido à informação (Garrison; Vaughan, 2018, p. 22, tradução nossa).

O professor que estará presencialmente na sala de aula é de suma importância para o desenvolvimento das relações e dos trabalhos pedagógicos para se alcançar a Presença Cognitiva.

Conforme define Freire (2014), a função da educação baseada no diálogo, com isso, para Garrison e Vaughan (2018, p. 20, tradução nossa):

Os alunos devem se sentir emocionalmente seguros para se envolver em um discurso aberto e intencional. Os alunos podem se sentir seguros e à vontade para comentar, mas ainda precisam estabelecer a coesão para que a comunidade comece a trabalhar de forma colaborativa.

Busca-se a relação entre professor e estudantes em que estes se educam entre si mediatizados pelo mundo, de acordo com Freire (2014, p. 44): “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo. Os homens se educam entre si mediatizados pelo mundo”. Assim, o professor possibilitará ao estudante construir o seu conhecimento, inclusive, despertando o interesse pelos diversos saberes.

Cumrem-se as características da ação dialógica em que há a colaboração entre os envolvidos, a união dos mesmos pela triangulação, uma organização cultural da educação e inclusão formando então a síntese cultural na educação para uma posição crítica.

5 ESTUDOS SOBRE OS PROCESSOS FORMATIVOS HÍBRIDOS NO BRASIL

A primeira fase da pesquisa foi uma análise qualitativa para verificar os estudos sobre os processos formativos híbridos no ensino médio.

A partir do objetivo desta revisão, foi realizada uma busca nas bases de dados: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), cujo acesso foi realizado pela Comunidade Acadêmica Federada (CAFe); Education Resources Information Center (ERIC); Scientific Electronic Library Online (SciELO) no intervalo temporal dos últimos 3 anos.

Após a busca realizada, usando os filtros e estratégias de busca, foram lidos os títulos e/ou resumos para que fossem selecionados os estudos que estivessem relacionados ao Processo Formativo Híbrido no Ensino Médio

Foi efetuada uma pesquisa no portal de periódicos da CAPES com as palavras-chave e fatores booleanos da seguinte forma: ("ensino híbrido" OR "educação híbrida" OR "blendedlearning" OR "b-learning") AND "Ensino médio". Com a referida pesquisa, foram encontrados 25 trabalhos. Em uma primeira análise, sobre o estudo híbrido, das pesquisas foram descartados 6 trabalhos - restando somente 14 (artigos), conforme pode ser observado no Quadro 1 - tendo em vista que esses se tratavam de temas que não abordavam a forma de implantação do ensino híbrido como proposto na pesquisa, nesses artigos descartados não haviam temas relevantes diante do estudo da pesquisa, pois não tratavam sobre o estudo híbrido e colaborativo no ensino médio, destoando o foco das análises.

Quadro 1 - Trabalhos encontrados no Portal de Periódico da Capes

continua

AUTOR/ANO	TÍTULO
ACCORDI; ACCORDI, 2023	Ensino híbrido e sua integração às políticas públicas para o Ensino Médio no Brasil
FURTADO; MONTEIRO, 2022	Ensino híbrido como ferramenta de incentivo à leitura dos clássicos da literatura no ensino médio
PINHEIRO; SENA; SERRA, 2022	Ensino híbrido na educação de surdos durante a pandemia: desafios da formação
CAPUZZI; SANTOS, 2020	Ensino híbrido de física para ensino médio usando a rede social CUBOZ de educação.
SOARES JUNIOR; MARTINS, 2020	Aprendizagem humanizada por meio do ensino híbrido.

Quadro 1 - Trabalhos encontrados no Portal de Periódico da Capes

conclusão

AUTOR/ANO	TÍTULO
SANTOS; MACHADO, 2020	Proposta de estudo literário a partir da perspectiva da pedagogia dos multiletramentos e de reflexões acerca do ensino híbrido
SANTOS; SANTOS, 2023	Ensino da fotossíntese através de uma prática pedagógica: uma metodologia imprescindível durante o ensino híbrido
PEREIRA; SILVA, 2021	Relato de experiência no ensino híbrido: como estudantes de química em nível médio encaram a indicação de videoaulas?
MARQUES; BARBOSA, 2021	Sala de aula invertida adaptada ao ensino remoto: uma proposta de ensino híbrido aplicado à análise combinatória
CASTRO; KELING, 2021	Metodologias ativas e recursos digitais para o ensino de I2: uma revisão sobre caminhos e possibilidades
EGUEZ; SILVA; VELOSO, 2021	Ensino remoto e conhecimentos matemáticos: desafios e perspectivas na visão docente
MARTINS, 2020	O ensino de língua inglesa na rede federal de ensino técnico e tecnológico: práticas pedagógicas ativas baseadas na pedagogia por projetos e no ensino híbrido com abordagem para fins específicos no Instituto Federal do Paraná - Campus Jaguariaíva
FURLETTI; COSTA, 2020	Atuação dos estudantes no Blended Learning organizado pela teoria das situações didáticas
BARRETO, 2021	A escola entre os embates na pandemia
SANTOS; CAVALCANTE, 2021	Proposta didática para o ensino híbrido da comunicação oral-argumentativa no ensino médio integrado

Fonte: O autor.

Da mesma maneira, foi efetuada uma pesquisa no Portal Banco Nacional de Dissertações e Teses (BNDT), e foram encontradas 7 pesquisas. Em uma primeira análise, foram descartadas 2, restando 5 (teses e dissertações) conforme é observado no Quadro 2, tendo em vista que essas tratavam de temas divergentes do esperado, ou seja, eram temas que sequer tratavam de ensino híbrido, a distância ou correlato com o tema deste trabalho.

Quadro 2 - Dissertações e teses

continua

AUTOR/ANO	TÍTULO
DASSIE, 2022	A utilização da metodologia ativa problem based learning e do podcast na aprendizagem do componente curricular filosofia no ensino médio
LASNEAUX, 2021	Inovação no ensino médio: metodologias ativas e ensino híbrido mediados por tecnologia

Quadro 2 - Dissertações e teses

AUTOR/ANO	TÍTULO
NASCIMENTO, 2020	Invertendo a aula de história: sequências didáticas com propostas de ensino híbrido utilizando o google sala de aula para turmas do ensino médio.
TOLEDO JUNIOR, 2021	Tratamento do movimento oscilatório utilizando o ensino híbrido: uma proposta para o ensino médio.
ROCHA, 2020	A educação estatística na perspectiva do ensino híbrido: uma experiência para o desenvolvimento do letramento estatístico com estudantes do ensino médio

conclusão

Fonte: O autor.

Posteriormente, foi efetuada uma análise reflexiva das pesquisas selecionadas sendo efetuadas anotações sobre, conforme segue, dos pontos relevantes para construir o entendimento teórico sobre o tema, além de demonstrar os passos de evolução dos estudos dos processos formativos híbridos no Brasil.

Os trabalhos completos analisados estão disponíveis no link: https://drive.google.com/drive/folders/1Z6DbPtH3a6zDpNF_ZkZloC-_V9q8G3Fy?usp=sharing

5.1 Análise dos artigos selecionados

Artigo 1: ACCORDI, Andreia Ambrósio; ACCORDI, Iury de Almeida. Ensino híbrido e sua integração às políticas públicas para o Ensino Médio no Brasil. Revista **Educar Mais**, 2023, v. 7, p. 276- 293. Qualis B2.

Introdução: O artigo introduz a discussão a partir da pandemia da COVID-19, onde este período atingiu todo o mundo, consequentemente, dificultando o acesso às escolas pelos estudantes, e sendo necessário o Estado buscar medidas excepcionais para que fossem realizadas as aulas por meio digital.

Com a disseminação do vírus SARS-CoV-2 pelo globo e a declaração da pandemia da covid-19, os governos precisaram estabelecer protocolos e estratégias de enfrentamento para tentar controlar a taxa de contágio e impedir o colapso dos sistemas de saúde. O Governo do estado de São Paulo, por exemplo, juntamente com seus Ministérios e Prefeituras, determinou quarentena, publicou decretos e implantou estratégias de distanciamento e isolamento social. Além da população em geral, muitas instituições e estabelecimentos foram diretamente afetadas, tendo que se adaptar aos decretos e leis instituídas nesse período.

Voltando a atenção à educação escolar no estado de São Paulo, essa não foi considerada um serviço essencial durante o período de 22 de março de 2020, com a publicação do decreto da quarentena, até 26 de março de 2021. Isso fez com que todos os níveis de educação necessitassem reelaborar as aulas presenciais para outras modalidades, em especial a remota.

Dessa forma, durante o primeiro ano de quarentena e de restrições, houve a implantação das aulas remotas com caráter emergencial, acontecendo, principalmente, por meio virtual e das mídias, além da entrega de materiais pedagógicos e de orientações, dando preferências ao teletrabalho, algo nunca feito antes, no qual o sistema educativo público mostrou-se insuficientemente preparado. O trabalho docente teve que ser abruptamente reelaborado, havendo a necessidade da implementação de novas metodologias de ensino, novos meios de comunicação e interação com alunos, responsáveis e outros profissionais, novas rotinas, nova organização de tempo dedicado ao trabalho e novas alternativas para manter os processos de ensino e de aprendizagem, ao menos, minimamente.

Foi demonstrada a necessidade de modificação do ensino tradicional presencial e a necessidade de modelos híbridos no Brasil. Dessa forma, despertou na autora a questão: “será que as políticas públicas vigentes contemplam a integração de modelos híbridos no Ensino Médio?” (Accordi; Accordi, 2023).

Resultado: Os resultados buscaram analisar as políticas públicas e legislação para o ensino médio, sendo que foram analisadas a Lei de Diretrizes Bases da Educação, o Plano Nacional de Ensino e o Programa de Inovação Educação Conectada.

O artigo discute o período pandêmico e as medidas adotadas para lecionar aos estudantes, como também, o período pós pandêmico apontando em quais possibilidades é possível a aplicação do processo formativo híbrido para os estudantes de ensino médio.

Conclusão: O artigo conclui pontuando ser existente possíveis cenários onde seja possível a aplicação do processo formativo híbrido, pontuou também, que cabe apenas um número limitado de regulamentações ou alterações para a aplicação do processo formativo híbrido.

Observações: A relevância do presente artigo se demonstra por este apresentar a possibilidade da aplicação da problemática proposta, quais são as

necessidades de alteração legislativa e quais são as necessidades de políticas públicas a serem tomadas.

Nesse sentido, verifica-se que não há objeções legislativas contra o processo formativo híbrido, todavia, o Estado deve seguir pelo princípio da legalidade da administração pública previsto no artigo 37 da Constituição Federal, que é uma limitação dos poderes do Estado, onde este só pode fazer aquilo que está previsto em Lei.

A partir dos levantamentos elaborados no referido artigo, fica demonstrado que não há proibição do ensino híbrido, e para não se barrar ao princípio da Legalidade, há de se analisar a Lei nº 9057/2017, que se estabelece a política de inovação na educação promovendo o uso das tecnologias digitais. Tendo em vista que a legislação sobre a educação é concorrente entre a União, Estado e Distrito Federal, conforme artigo 24, inciso IX da Constituição Federal, e conseqüentemente, pode o estado legislar naquilo em que a união for omissa, não podendo a referida legislação se opor à legislação Federal, não sendo necessária alteração legislativa Federal para a aplicação do processo formativo híbrido.

Artigo 2: FURTADO, Arthur Vinícius Feitosa; MONTEIRO, Dirce Charara. Ensino híbrido como ferramenta de incentivo à leitura dos clássicos da literatura no ensino médio. **Estudos Linguísticos**, v. 51, n. 1, p. 196 - 213, abr. 2022. Qualis A2.

Introdução: a introdução do presente artigo demonstra as inquietações dos autores sobre o fato de que os estudantes pouco se envolvem com as literaturas clássicas disponibilizadas na rede de ensino, dessa forma, demonstrou ser um problema científico constatado de que mais da metade dos brasileiros são considerados não leitores.

Para entendimento do leitor da aplicação da pesquisa, Furtado e Monteiro (2022, p. 200) definem o que é texto literário da seguinte maneira:

Desse modo, para prosseguimento da presente análise, entender-se-á que o texto literário é aquele que: 1 – foi criado para ser um texto literário e é reconhecido como tal por toda uma comunidade interpretativa; 2 – possui caráter ficcional; 3 – é expresso por uma linguagem literária, a qual é substancialmente conotativa e subjetiva.

Também definem o modelo de ensino híbrido que usará. “No caso do modelo Flex, os cursos ou matérias têm o ensino *on-line* como a espinha dorsal da

aprendizagem do estudante, mesmo que, às vezes, direcionem o estudante para atividades presenciais”. (Horn; Staker, 2015 *apud* Furtado; Monteiro, 2022, p. 204) *apud*

Apresentam alguns pontos importantes da amplitude do ensino *on-line*: o ensino a distância é uma modalidade toda fundamentada e planejada para o ensino não presencial, além de ser realizada, em especial, com a utilização das aulas assíncronas, permitindo maior flexibilidade para professores e alunos; já o ensino remoto pode ser utilizado como estratégia em diversas modalidades de ensino, como o híbrido presencial e não-presencial, tendo como característica as aulas síncronas e com menos flexibilidade de tempo e conteúdo para professores e alunos.

Resultado: Foram dados 40 dias aos estudantes para efetuar a leitura do livro antes de partir para a aplicação quiz com os mesmos, nesse período, os autores efetuaram dois debates sobre o livro para verificar o desenvolvimento e entendimento dos estudantes.

Após a aplicação da metodologia, estes efetuaram um questionário para determinar se o aprendizado teve resultado positivo ou negativo. Com os resultados do questionário, foi constatado um resultado positivo, onde houve aumento de interesse pela leitura.

Conclusão: A referida conclusão se dispõe a dizer que o processo formativo híbrido estará cada vez mais integrado ao sistema, dessa forma, demonstra a importância das atividades *on-line* e presenciais.

Por fim, os autores concluem que essas práticas de ensino podem ajudar na apropriação do conhecimento de forma mais prazerosa e eficiente, tanto para os estudantes, quanto para os professores.

Observações: a relevância do artigo para a pesquisa está envolvida no fato de demonstrar o processo formativo híbrido de maneira objetiva trabalhada como uma forma de estratégia ativa. Nesse sentido, mostra obter resultados pontuais promissores, tanto aos estudantes quanto aos professores, que dispõem de possibilidades de garantir a autonomia daqueles.

As dificuldades que os autores concluem encontrar no processo formativo híbrido é o mesmo narrado nas dificuldades da justificativa e relevância social, ou seja, o caráter social emergente da sociedade e falta de letramento digital tornam inviáveis desenvolver os trabalhos por métodos inadequados.

Artigo 3: PINHEIRO, Andrea Pestana; SENA, Lílian de Sousa; SERRA, Ika Márcia Ribeiro de Souza. Ensino híbrido na educação de surdos durante a pandemia: desafios da formação. **Revista Educação e Formação**, v. 7, 2022.

Introdução: As autoras demonstram a inclusão do processo formativo híbrido junto às tecnologias de informação e comunicação (TICs) para a formação do processo formativo híbrido, onde este traz maior dinamicidade e capacidade de o estudante tomar uma postura ativa na educação.

Dessa forma, expõem os desafios de efetuar a educação especial aos surdos e se o interprete em línguas é suficiente ou não para manter o trabalho de forma inclusiva para aqueles. Assim, demonstram os desafios da educação híbrida para a educação digital focando na necessidade de empenho dos profissionais da educação e familiares para o desenvolvimento dos trabalhos.

Resultado: As autoras apresentam fundamentadamente os desafios e os benefícios no ensino híbrido, sendo que esses fornecem aos estudantes capacidades de desenvolverem a educação de forma ativa e colaborativa. Em contrapartida, os autores apresentam que as dificuldades encontradas são o letramento digital dos professores.

Em relação às pessoas com necessidades especiais, mais especificamente os surdos que é o tema do artigo, discute-se que as dificuldades encontradas pelos professores fazem com que estes excluam aqueles que necessitam de um atendimento especial para poder conseguir concluir seus trabalhos.

Conclusão: a pesquisa conclui afirmando as dificuldades de os estudantes permanecerem na escola devido ao caráter social emergente, além de não haver efetividade no desenvolvimento do trabalho remoto na pandemia, e finaliza apontando que não é possível concluir quais impactos futuros sofrerão os professores e estudantes.

Observações: a presente pesquisa demonstra sua relevância, pois fundamenta aquilo que justifica a problemática levantada para este trabalho. A relevância desse projeto de mestrado está estritamente usando como base tais dificuldades a serem superadas.

Essa pesquisa consolida mais uma vez que o processo formativo híbrido torna a educação mais eficiente, demonstrando que se o referido processo for desenvolvido com a estrutura necessária, multiplicaria os resultados, inclusive, trazendo a inclusão às pessoas com necessidades especiais, em contrapartida, a falta de estrutura

necessária traz reflexos contrários, gerando exclusão e dificuldades nos processos de ensino e de aprendizagem.

Artigo 4: CAPUZZI, J. M.; SANTOS, C. A. M. Ensino híbrido de Física para Ensino Médio usando a Rede Social CUBOZ de Educação. **EaD em Foco**, v. 10, n. 2, 2020. Qualis B2.

Introdução: O artigo apresenta um estudo de ensino híbrido realizado com estudantes de segundo e terceiro anos do curso superior em física, em que foi utilizada a plataforma virtual de aprendizagem CUBOZ. Esta, apresenta limites em desenvolver os trabalhos de física devido à necessidade de espaços físicos para o desenvolvimento da matéria, dessa forma, busca no ensino híbrido conseguir desenvolver trabalhos que superam a extensão espacial da sala de aula.

Resultado: O artigo identificou que boa parte dos estudantes tiveram aproveitamento muito bom nos questionários, tendo taxas de acerto acima de 70%, o que é considerado um resultado acima do esperado. Além do resultado obtido, também foi constatado que os estudantes foram estimulados a desenvolver os trabalhos, o que é o oposto do que vemos nas aulas tradicionais das matérias de matemática e ciências da natureza.

Conclusão: Os autores discutem que os estudantes ficaram mais motivados e empenhados nas atividades e questionários a partir da plataforma digital, tendo desempenhado um importante papel para o bom rendimento nos questionários e interpretação dos textos.

O artigo conclui que os resultados apresentados mostram que o ensino híbrido pode ser aplicado no Ensino Médio de escolas públicas de maneira eficiente, contando com a capacidade de o educador se adaptar às condições surgidas pelas peculiaridades do ensino, além de constatar que os estudantes se sentem mais motivados e determinados na construção do conhecimento, sendo uma forma de ensino mais atrativa.

Observações: os estudantes conseguem participar da construção do conhecimento participando ativamente dos estudos, o que faz com que eles se apropriem do conteúdo de forma mais eficiente e consigam atingir os resultados necessários.

Artigo 5: SOARES JUNIOR, R. S.; MARTINS, J. L. Aprendizagem Humanizada por meio do Ensino Híbrido. **EaD em Foco**, v. 10, n. 2, 2020. Qualis B2.

Introdução: O artigo trata de uma pesquisa derivada de uma revisão da literatura com o objetivo de descrever formas de promover o ensino humanizado por meio do *blended-learning*.

Resultado: O artigo identificou que o sucesso na construção de conhecimentos em Comunidades de Aprendizagem Virtual está correlacionado às estratégias para a conexão dos estudantes e no posicionamento ativo como responsáveis primários na busca deste objetivo.

Conclusão: Os autores discutem as problemáticas do ensino híbrido, sendo a maior delas o despreparo dos docentes em utilizar novas tecnologias, necessitando de treinamentos específicos para essa finalidade.

O artigo conclui que o êxito por meio do Ensino Híbrido encontra-se na Interação e Engajamento dos participantes. Como muitos pesquisadores já afirmaram, a educação do futuro está baseada na construção coletiva por meio das ferramentas digitais, e da mesma maneira, a definição desses limites é o ponto de partida para o compartilhamento de informações e evolução do pensamento acadêmico.

Observações: O artigo demonstra que o processo formativo híbrido é promissor, confirmando os demais artigos que seguem o mesmo argumento. No mesmo sentido, o artigo aponta dificuldades dos profissionais da educação em lidarem com o processo, demonstrando necessidade de capacitação desses profissionais.

A formação continuada dos profissionais é um meio para a solução dos problemas, todavia, o que se propõe nessa dissertação é a facilitação do sistema para esses professores, para que consigam utilizar o processo formativo dentro de suas capacidades, ou seja, a integralização da literatura do processo formativo para que os professores e profissionais da educação não encontrem obstáculos com o processo formativo híbrido, e sim, encontrem soluções.

Artigo 6: SANTOS, A. R. S.; MACHADO, V. R. Proposta de estudo literário a partir da perspectiva da pedagogia dos multiletramentos e de reflexões acerca do ensino híbrido. **Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa** Brasília/DF, v. 2, n. 1. p. 64 - 86, 2020. Qualis B2.

Introdução: O artigo apresenta um estudo em que os multiletramentos são apresentados como princípios estruturadores para atender ao resultado de competências essenciais da educação básica.

Resultado: O artigo identificou que os multiletramentos se provaram muito eficazes em desenvolver a criatividade dos estudantes, uma vez que ofereceu liberdade para desenvolver o trabalho na plataforma que achassem melhor.

Conclusão: Os autores discutem que a partir do momento que começou o projeto, os estudantes aumentaram a eficácia do ensino, uma vez que puderam construir conhecimentos em todas as etapas do processo formativo.

O artigo conclui que a aplicação de sequências didáticas trouxe, como uma das principais contribuições, o fato de os estudantes de ensino médio indicarem que aprendem melhor as questões relacionadas à disciplina de português com atividades mais interativas, dinâmicas, que sejam colocados como sujeitos no processo.

Observações: fica demonstrada a capacidade de o processo formativo híbrido conseguir fazer com que o estudante se aproprie do conhecimento de forma ativa.

Artigo 7: SANTOS, Valdelice Ferreira dos; SANTOS, Edlânia Nunes dos; OLIVEIRA, Teresa Cristina Gomes; ROCHA, Josefa Eleusa da. Ensino da fotossíntese através de uma prática pedagógica: uma metodologia imprescindível durante o ensino híbrido. **Diversitas Journal**, v. 8, n. 1, p. 172-181, jan./mar. 2023.

Introdução: O artigo traz a questão do ensino no período da COVID 19, o qual teve que ser feito virtualmente e como isso afetou a cognição dos estudantes para aprenderem a matéria da Fotossíntese. As autoras salientam que os estudantes não obtiveram capacidade de serem protagonistas do conhecimento, e que se limitaram na capacidade de criar e na tomada de decisões, consequentemente, houve dificuldades para assimilar o conteúdo.

Resultado: Foi desenvolvida a aula teórica baseada no livro didático intitulado: *Biologia Moderna*, produzido pelos autores: Amabis e Martho, no ano de 2016. Posteriormente, aplicaram um questionário para saber se o conteúdo foi apreendido.

Conclusão: As autoras discutem as limitações dos estudos na área da biologia, pois é uma disciplina que necessita da prática para ser assimilada facilmente, e que o método EaD aplicado por causa da pandemia que forçou o fechamento das escolas fez com que os estudantes tivessem dificuldade no aprendizado do conteúdo específico “fotossíntese”.

O artigo conclui que a prática de algumas matérias tem maior rendimento quando a aplicação ocorre em aula prática presencial.

Observações: O presente trabalho demonstra a necessidade de a educação ser aplicada também na escola, fortalecendo as relações interpessoais para conseguir se apropriar do conhecimento.

A questão desse artigo é demonstrar a fragilidade ocorrida no ensino remoto, mesmo que tenha sido feito de forma abrupta devido às circunstâncias da COVID 19, ainda demonstrou as fragilidades que os estudantes enfrentaram em ter apenas o Ensino a Distância.

O fato de a educação ser na escola não dispensa o uso da tecnologia, como visto anteriormente, há vários trabalhos de processo formativo híbrido que foram aplicados dentro da escola, inclusive, mediante laboratório de informática. O que deve ser aplicado é uma mudança metodológica com a inserção da ferramenta tecnológica ao sistema da escola. Nesse sentido que se propõe a problemática levantada.

A inserção de um professor *on-line* mantém a atividade presencial do estudante que necessita se apropriar do conhecimento da forma mais eficiente e inclusiva, portanto, ampliam-se as possibilidades e, conseqüentemente, consegue fazer com que os estudantes sejam protagonistas do conhecimento.

Artigo 8: PEREIRA, Elen Gomes; SILVA, Luciano Dias. Relato de experiência no ensino híbrido: como estudantes de química em nível médio encaram a indicação de videoaulas? **Revista EDaPECI** São Cristóvão (SE), v. 21, n. 1, p. 72-84, jan./abr. 2021. Qualis B2.

Introdução: Os autores explicam que o objeto da pesquisa é a indicação de videoaulas organizadas de um repositório para que os estudantes acessem antes das aulas por intermédio da indicação dos professores de quais aulas devam assistir.

Resultado: Os autores disponibilizaram aulas a uma turma de 15 estudantes com um texto com o resumo da aula abordada, além de disponibilizar espaço para que os estudantes pudessem interagir e deixar seus comentários sobre a sala de aula.

Conclusão: Ao serem indagados, os estudantes alegaram que não assistiram por esquecimento da obrigação ou por falta de acesso à internet. Além desse desafio, os autores também discutem sobre a resistência dos estudantes em participar do processo formativo.

Os autores concluem que houve boa aceitação dos estudantes em receber a indicação das videoaulas, todavia, os estudantes não se dispuseram a participar da proposta. O fundamento utilizado é o fato de os estudantes estarem acostumados ao método tradicional, sendo resistentes a mudanças.

Definem que os estudantes preferem utilizar as videoaulas como meio de revisão da matéria ao invés de preparativo para a aula presencial, ou seja, ao invés da sala de aula invertida.

Por fim, definem que a sala de aula invertida possui um grande potencial a ser desenvolvido.

Observações: O artigo, primeiramente, define como benefício fundamental a proatividade do estudante, concluindo que os resultados obtidos por aqueles que não foram resistentes ao projeto conseguiram resultados promissores e garantiram um bom desenvolvimento em se apropriar do conteúdo de forma mais eficiente.

Em contrapartida, demonstrou grandes desafios com os estudantes para conseguir aplicar o processo formativo de forma inclusiva, visto haver resistência dos estudantes em estudar em casa, além da falta de apoio dos pais para auxiliar os filhos a assistir aos vídeos.

Esses desafios são apontados e devem ser levados em consideração na formação do processo formativo híbrido. Com base em outros artigos citados acima, foi demonstrado que os estudantes possuem maior aprovação do processo formativo quando possuem o apoio necessário da instituição, e quando o processo é desenvolvido na escola.

Artigo 9: MARQUES, Seadi Lima; BARBOSA, Nelson Machado. Sala de aula invertida adaptada ao ensino remoto: uma proposta de ensino híbrido aplicado à Análise Combinatória. **Boletim online de Educação Matemática**, Florianópolis, v. 9, n. 18, p. 122-142, out. 2021. Qualis A4.

Introdução: O artigo baseia-se em uma adaptação do processo formativo híbrido ao ensino remoto, em que se buscou aplicar a sala de aula invertida mediante aulas síncronas e aulas assíncronas.

Dessa forma, os autores buscam responder à pergunta: é possível aplicar a sala de aula invertida no ensino remoto para a turma do 2º ano do ensino médio?

Resultado: O artigo apresenta uma sequência de análise de dados quantitativos e qualitativos das atividades dos estudantes.

Na análise diagnóstica, foi verificada uma média de acertos que, para os autores, foi um resultado significativo na apropriação do conhecimento pelos estudantes.

No questionário efetuado, foram verificados os desafios e benefícios que os estudantes possivelmente encontram durante o processo de ensino e de aprendizagem, ao fornecer o conteúdo antes da aula, por meio de vídeos, concluiu-se que o tempo era melhor aproveitado para retirar as dúvidas do que passar a matéria propriamente dita.

Em contrapartida, também foram verificados os desafios que os estudantes encontraram: “por desinteresse ou por excesso de atividades e a dificuldade de ter atenção na aula síncrona, já que nessas aulas o conteúdo é trabalhado por meio dos exercícios”.

Conclusão: Os autores discutem que a análise dos dados levantados e das justificativas apresentadas permitiram confirmar a eficácia da metodologia de pesquisa proposta.

Os autores concluem que o ensino remoto pode ter desafios mediante falhas do sistema, que podem ser superadas com a formação contínua do professor. Por fim, os autores verificaram a importância de o professor como intermediário para que o estudante se aproprie do conhecimento de forma inclusiva e mais eficiente.

Observações: Os autores apresentaram o artigo de forma didática e de fácil compreensão.

Em contrapartida, encontraram dificuldades em despertar o interesse dos estudantes na forma assíncrona, o que se pode explicar pela falta de auxílio em casa.

Artigo 10: CASTRO, Rafael Vetromille; KELING, Helena dos Santos. Metodologias ativas e recursos digitais para o ensino de L2: uma revisão sobre caminhos e possibilidades. **Ilha do Desterro**, v. 74, n. 3, p. 351 - 368, set/dez, 2021.

Introdução: O artigo inicia verificando a importância da língua inglesa no mundo globalizado. Posteriormente, os autores demonstram a falta de utilização de tecnologias digitais, como também, que boa parte dos professores utilizaram pela primeira vez durante a pandemia.

Dessa forma, os autores finalizam apresentando a relevância social e científica das metodologias ativas que fazem os estudantes se tornarem protagonistas

da educação, sendo o professor aquele que administra o conteúdo para que os estudantes se apropriem do conhecimento.

Os autores efetuaram uma revisão bibliográfica sobre o conhecimento teórico das metodologias ativas e verificaram ferramentas para formação de estudantes no ensino em línguas mediante o processo formativo híbrido com recursos digitais.

Resultado: No resultado do primeiro objetivo, os autores trazem um estudo bibliográfico discriminando os métodos de ensino baseados em metodologias ativas e sua forma de desenvolvimento, para dessa forma os leitores do presente artigo obterem uma base teórica capaz de direcionar os professores, promovendo a educação baseada na experiência.

Conclusão: Os autores defendem que, para cumprir as lacunas apresentadas nos resultados, as metodologias ativas podem ser uma opção interessante para suprir essa necessidade, já que elas têm como principal característica a promoção da ação do estudante no próprio processo de ensino e de aprendizagem. Ao adotar essas metodologias, os professores podem incentivar a participação ativa dos estudantes, criando um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e interativo.

Os autores concluem que há lacunas a serem superadas pelos professores, onde há pouca formação pedagógica com as tecnologias digitais.

Por isso, os autores buscaram efetuar a pesquisa bibliográfica com a finalidade de apresentar a tecnologia mais eficiente e conseguir superar as lacunas encontradas.

Observações: Os pesquisadores convivem com a inquietação de superar os desafios encontrados na preparação dos estudantes no estudo de línguas, dessa forma, refletem sobre os desafios no processo formativo híbrido mediante as metodologias ativas.

Artigo 11: EGUEZ, Bárbara Adelaide Parada; SILVA, Leonilda do Nascimento; VELOSO, Maria Sônia Silva de Oliveira. Ensino remoto e conhecimentos matemáticos: desafios e perspectivas na visão docente. **Boletim Cearense de Educação e História da Matemática**, Ceará, v. 8, n. 23, p. 738-751, 2021.

Introdução: O artigo apresenta as mudanças que foram efetuadas na educação para o enfrentamento da pandemia da COVID 19. Dessa forma, as autoras apresentam o objetivo de analisar as experiências ocorridas durante o ensino remoto emergencial.

São apresentados conceitos de tecnologias digitais, ensino híbrido e ensino remoto emergencial, e o referencial teórico consiste em estudos bibliográficos de autores especialistas no assunto.

Resultado: O objetivo do relato é analisar as experiências vividas nas circunstâncias do ensino remoto emergencial, que foi realizado através de atividades não presenciais para o prosseguimento da efetiva prática docente. Nesse relato, são apresentadas práticas didáticas utilizadas na disciplina de matemática no Ensino Médio.

Conclusão: Os resultados indicam que o ensino remoto emergencial é um desafio nas atividades pedagógicas contemporâneas, as quais exigem o uso de tecnologias digitais no processo de ensino aprendizagem. Os educadores precisam se capacitar cada vez mais para utilizar as atuais metodologias de ensino.

O autor conclui que a experiência relatada evidencia a importância da formação continuada dos educadores para o uso das tecnologias digitais no processo de ensino e de aprendizagem durante o ensino remoto. É necessário que haja um debate e reflexão sobre as melhores práticas pedagógicas e metodologias de ensino para que os educadores possam oferecer um ensino de qualidade, mesmo em situações adversas. As autoras ainda concluem que a maior dificuldade dos estudantes foi o acesso à internet.

Observações: As autoras verificaram que o processo educativo passa por uma transição inevitável, onde o ensino tradicional está cada vez sendo superado pelo ensino tecnológico e dinâmico.

Definiram como grandes desafios a formação do professor ao enfrentar a mudança drástica de metodologia e a necessidade de se adaptar às mudanças, além de necessitar inserir a tecnologia nos processos educativos. Outro fator importante apresentado pelas autoras é a dificuldade de acesso à internet pelos estudantes, que pode acarretar na exclusão desses do processo de ensino.

Artigo 12: MARTINS, Ramon. O ensino de língua inglesa na rede federal de ensino técnico e tecnológico: práticas pedagógicas ativas baseadas na pedagogia por projetos e no ensino híbrido com abordagem para fins específicos no Instituto Federal Do Paraná - Campus Jaguariaíva. **LínguaTec**, Bento Gonçalves, v. 5, n. 1, p. 295-310, jun. 2020.

Introdução: O autor inicia com uma crítica ao modelo de educação tradicional, em que os professores assumem o papel central na construção do processo pedagógico, deixando os estudantes em uma posição de receptores do conhecimento.

Esse modelo é comparado ao modelo bancário, aquele que o professor deposita informações nos estudantes como se fossem uma conta bancária, dessa forma, o autor defende um modelo de educação mais participativo, em que os estudantes sejam protagonistas na construção do processo educacional, contribuindo ativamente na definição dos objetivos, pois os estudantes se sentem mais envolvidos e motivados quando participam ativamente da construção do conhecimento.

Assim, o autor traça os seguintes objetivos: “analisar e compreender a estrutura de currículos; analisar e compreender as ferramentas tecnológicas que envolvem a construção dos currículos; construir currículos”.

Resultado: A utilização das ferramentas como o Google Tradutor e o Dicionário Linguee, aliados aos recursos tecnológicos ajudaram a diminuir as dificuldades que os estudantes tinham com a língua estrangeira, permitindo que produzissem conhecimentos significativos.

Todo o processo de produção dos conhecimentos foi conduzido pelos próprios estudantes, com o professor exercendo um papel mediador e orientador.

Conclusão: O autor discute que o uso de plataformas digitais favoreceu a construção do conhecimento. Além disso, ele destaca que o texto apresenta uma boa estrutura, com diferenciação de títulos e subtítulos, divisão em blocos de informações e uso de fontes padronizadas.

O autor conclui que a proposta foi avaliada como satisfatória. Todavia, foram identificados indícios de dificuldades específicas dos estudantes em relação ao uso da tecnologia digital, à escrita formal em português e o senso estético.

Observações: A importância do artigo selecionado se constitui por verificar como os estudantes lidam com o uso da tecnologia digital em um trabalho que eles façam parte do protagonismo do conhecimento.

Conforme narra o autor, houve uma proposta satisfatória em que os estudantes conseguiram se apropriar do conhecimento planejado de forma ativa.

Ainda, foram encontrados os desafios que os estudantes possuem ao lidar com o letramento digital. Observou-se que muitos estudantes tiveram dificuldades em utilizar ferramentas específicas de tecnologia digital. Embora sejam nativos digitais,

evidenciou-se a necessidade de maior mediação e formação para o uso adequado da tecnologia.

Artigo 13: FURLETTI, Saulo; COSTA, José Wilson. Atuação dos estudantes no blended learning organizado pela teoria das situações didáticas. **Educação**, Santa Maria, v. 45, n. 3, p. 27 - 45, 2020. Qualis A2.

Introdução: os autores apresentam a justificativa para a proposta metodológica BLeSD, que integra o blended learning em atividades de matemática na perspectiva da Teoria das Situações Didáticas (TSD).

Com isso, eles argumentam que essa abordagem pode ser uma alternativa para promover a aprendizagem significativa, explorando os momentos presenciais e virtuais, dessa forma, também destacam a importância de considerar as particularidades de cada contexto educacional ao aplicar essa abordagem.

Resultado: Os resultados do estudo apontaram que os estudantes desempenharam as atividades com protagonismo e autonomia.

Os recursos tecnológicos utilizados na proposta metodológica favoreceram as interações entre os estudantes e o conteúdo nos diversos tempos e espaços em um ambiente significativo.

Conclusão: Os autores destacam que a proposta metodológica BLeSD permitiu integrar didaticamente o blended learning em atividades de matemática na perspectiva da TSD, dessa forma, argumentam que essa integração se justifica pela condição de favorecer o processo de ensino e de aprendizagem dos conceitos matemáticos em uma série de situações reprodutíveis.

Os autores também discutem a importância de promover a aprendizagem significativa e contextualizada em matemática.

Os autores destacam que a proposta metodológica BLeSD se mostrou eficaz para promover a aprendizagem significativa e contextualizada.

Os autores também destacam a necessidade de formação continuada dos professores. Por fim, eles ressaltam a importância de novos estudos para avaliar a eficácia da proposta metodológica BLeSD em outros contextos educacionais.

Observações: O trabalho realizado pelos autores define que os principais benefícios encontrados foram a promoção da aprendizagem significativa e contextualizada, além do protagonismo e autonomia dos estudantes na realização das

atividades propostas e a utilização efetiva de recursos tecnológicos para favorecer as interações entre os estudantes e o conteúdo.

Quanto aos desafios, os autores verificaram que a implementação da proposta metodológica BleSD exigiu a preparação cuidadosa dos professores envolvidos, bem como a inserção da metodologia às particularidades do contexto educacional.

Os autores ainda destacaram a importância de considerar as particularidades de cada contexto educacional ao aplicar a proposta metodológica BleSD, o que pode incluir questões relacionadas à infraestrutura tecnológica e disponibilidade de recursos materiais para, dessa forma, poder enfrentar os desafios pedagógicos.

Artigo 14: BARRETO, Raquel Goulart. A escola entre os embates na pandemia. **Educação e Sociedade**, v. 42, n. 1, p 132, 2021.

Introdução: O artigo apresenta a importância de se compreender as atuais condições pedagógicas na educação durante a pandemia, focando na incorporação educacional das Tecnologias de Informação e Comunicação como complementação ao trabalho docente. O artigo destaca também a relevância das propostas de ensino híbrido e o uso de plataformas na escola pública.

Resultado: Dessa forma, a autora demonstra em sua análise crítica, que houve uma disputa por hegemonia na educação durante a pandemia, com diferentes atores defendendo diferentes propostas e perspectivas.

Conclusão: Dessa forma, a autora destaca que é importante compreender as diferentes perspectivas em disputa para se pensar em soluções mais justas e democráticas para a educação. Além disso, é necessário considerar as desigualdades educacionais já existentes e buscar formas de reduzi-las.

Nesse sentido, o artigo também destaca que nos diagnósticos apresentados não são consideradas as condições de vida dos estudantes, tampouco apontadas quaisquer estratégias de inclusão social, como renda básica. Esses fatores dificultaram o acesso dos estudantes aos materiais e recursos necessários para acompanhar as aulas durante a pandemia.

Conclui que a pandemia evidenciou ainda mais as desigualdades educacionais no Brasil e que é necessário pensar em soluções que garantam o acesso e a permanência à educação de qualidade para todos, destacando a importância de se considerar as diferentes perspectivas em disputa para se pensar em soluções democráticas.

A autora conclui que as propostas de ensino híbrido também são vistas como uma possibilidade interessante, mas é preciso ter cuidado para que elas não sejam utilizadas para privatizar ainda mais a educação pública.

Por fim, o artigo destaca que é fundamental pensar em soluções que garantam o acesso à educação de qualidade para todos quando da pandemia e além dela.

Observações: O artigo verificou as dificuldades de caráter social emergente dos estudantes em ter acesso à tecnologia para conseguir desenvolver o trabalho remoto. Também verificou que o ensino híbrido não pode ser deturpado para que seja utilizado como uma ferramenta de privatização da educação pública.

Por fim, deve ser verificada a estrutura da instituição e formar os professores para tornar o ensino híbrido uma inovação na educação.

Artigo 15: SANTOS, Gleyde Ohana Ribeiro; CAVALCANTE, Rivadavia Porto. Proposta didática para o ensino híbrido da comunicação oral-argumentativa no ensino médio integrado. **Revista Metodologias e Aprendizagem**, v. 4, n. 1, p. 34-56, 2021.

Introdução: O artigo apresenta uma proposta didática para o ensino híbrido da comunicação oral-argumentativa no Ensino Médio Integrado, despertando a autonomia dos estudantes na produção de saberes gerais e específicos no Curso Técnico em Agropecuária.

Resultado: A proposta didática foi aplicada em 12 aulas de 50 minutos para estudantes do 1º período do Curso Técnico em Agropecuária no Campus Avançado de Pedro Afonso, do Instituto Federal do Tocantins (IFTO).

Os autores utilizaram uma abordagem metodológica que combinou o ensino presencial e a distância, utilizando recursos tecnológicos e o ambiente virtual de aprendizagem para desenvolver as habilidades orais dos estudantes.

Conclusão: Os resultados indicaram que a proposta didática foi eficaz na melhoria da oralidade dos estudantes participantes, dessa forma, a utilização do gênero digital vídeo como meio para desenvolver habilidades orais permitiu aos estudantes explorar diferentes recursos tecnológicos e linguísticos, além de estimular a criatividade e autonomia na produção dos vídeos.

A proposta didática apresentada neste artigo demonstrou ser uma alternativa viável e eficaz para o ensino híbrido no contexto da comunicação oral-argumentativa no Ensino Médio Integrado. Com isso, a utilização do gênero digital vídeo, como meio

para desenvolver habilidades orais, permitiu aos estudantes explorar diferentes recursos tecnológicos e linguísticos, além de estimular a criatividade e autonomia.

Dessa forma, a proposta didática apresentada neste artigo pode ser considerada uma importante ferramenta para o ensino da comunicação oral-argumentativa no Ensino Médio Integrado, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades essenciais à formação dos estudantes.

Observações: Os autores enfrentaram desafios que incluíram a necessidade de desenvolver uma proposta didática que fosse eficaz na melhoria da oralidade dos estudantes participantes e a utilização de recursos tecnológicos para o desenvolvimento dos vídeos.

Por outro lado, os benefícios encontrados pelos autores incluíram a possibilidade de explorar diferentes recursos tecnológicos e linguísticos para o desenvolvimento das habilidades orais dos estudantes, além de estimular a criatividade e a autonomia.

5.2 Análise das dissertações e teses selecionadas

Dissertação: DASSIE, Aline Moreno. **A utilização da metodologia ativa Problem Based Learning e do podcast na aprendizagem do componente curricular filosofia no ensino médio.** 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2022.

Introdução: A autora destaca as lacunas e os desafios ainda presentes na área do ensino híbrido. Ela justifica a importância da pesquisa para contribuir com novas perspectivas e soluções para esses desafios. Por fim, destaca os objetivos da pesquisa e suas distinções em relação ao que foi publicado até o momento.

Resultados: Os resultados da pesquisa mostraram que a utilização das metodologias ativas Problem Based Learning e do podcast como recurso didático digital foram eficazes para a aprendizagem dos estudantes em relação ao componente curricular de Filosofia no ensino médio. Os estudantes demonstraram maior interesse, participação e engajamento nas atividades propostas.

Conclusão: A autora destaca a importância da utilização de metodologias ativas e tecnologias digitais no processo de ensino e de aprendizagem, especialmente em disciplinas que são consideradas abstratas ou distantes da realidade dos

estudantes. Ela também ressalta a necessidade de formação continuada dos professores para que possam utilizar essas ferramentas com eficácia.

Em contrapartida, a autora discute os desafios encontrados, sendo a necessidade de formação dos professores em produzir o podcast, e por fim, traz a resistência dos estudantes sobre a mudança metodológica aplicada.

O trabalho reforça os resultados positivos obtidos a partir da aplicação das metodologias ativas na disciplina de Filosofia no ensino médio. A autora destaca ainda a importância da continuidade de pesquisas nessa área e da disseminação dessas práticas pedagógicas para outros professores e escolas.

Observações: Os resultados indicaram que a utilização do Problem Based Learning (PBL) e a produção de podcasts pelos estudantes contribuíram para tornar o processo de ensino e de aprendizagem mais significativo.

O estudo também apontou os desafios enfrentados pelos professores e estudantes durante a implementação das atividades propostas, como a necessidade de adaptação às metodologias ativas e tecnologias digitais, a falta de familiaridade com as ferramentas utilizadas.

Tese: LASNEAUX, Marcello Vieira. **Inovação no ensino médio:** metodologias ativas e ensino híbrido mediados por tecnologia. 2021. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

Introdução: O autor apresenta a questão central e o objetivo do trabalho, que é investigar se as metodologias ativas e o ensino híbrido digital podem oferecer formas inovadoras de ensino e de aprendizagem em sala de aula no ensino médio.

Resultados: Os resultados da pesquisa mostraram que as metodologias ativas e o ensino híbrido digital podem oferecer ganhos educacionais qualitativos e/ou quantitativos.

Em contrapartida, trouxe desafios encontrados pelos estudantes, como a falta de infraestrutura tecnológica adequada nas escolas, a necessidade de formação dos professores e a falta de letramento digital dos professores e dos estudantes.

Conclusão: o autor destaca a importância da utilização das metodologias ativas e do ensino híbrido para tornar o processo de ensino e de aprendizagem mais dinâmico e eficiente, e ressalta a necessidade de formação continuada dos professores para que possam utilizar essas metodologias de forma a favorecer o processo de ensino e de aprendizagem.

O autor reafirma a importância da utilização das metodologias ativas e do ensino híbrido no ensino médio, destacando que essas abordagens podem contribuir para a melhoria da qualidade do ensino. Ele ressalta ainda a necessidade de investimentos em tecnologia e formação continuada dos professores para implementar as metodologias de forma eficaz.

O autor também destaca a importância de avaliar continuamente o impacto dessas abordagens no processo de ensino e de aprendizagem para enfrentar os desafios do ensino médio e melhorar a qualidade da educação no Brasil.

Observações: O autor demonstra preocupações, tais como a falta de formação dos professores, a desigualdade no acesso à internet e a resistência de alguns estudantes em participar ativamente do processo de ensino e de aprendizagem.

Dissertação: NASCIMENTO, Adilson Nobre. **Invertendo a aula de história:** sequências didáticas com propostas de ensino híbrido utilizando o google sala de aula para turmas do ensino médio. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

Introdução: A dissertação apresenta a proposta de utilização do Google Sala de Aula como ferramenta pedagógica para turmas do Ensino Médio na disciplina de História. O objetivo foi estabelecer um diálogo entre a sala de aula e o campo de pesquisa do Ensino de História por meio da aplicação das metodologias de ensino híbrido e da sala de aula invertida.

Resultados: A pesquisa analisou a aplicabilidade dessas metodologias no ensino. Foram realizadas atividades em sala de aula com base em imagens nas quais os estudantes responderam questionamentos sobre o que é, quando, onde, por que fizeram e como aconteceu. Essas respostas serviram como base para a construção da introdução e desenvolvimento da narrativa produzida pelos estudantes.

Conclusão: Os resultados obtidos indicaram que o uso do Google Sala de Aula pode ser uma ferramenta eficaz para o ensino híbrido no Ensino Médio. A inversão da sala de aula permitiu aos estudantes maior autonomia na construção do conhecimento e na produção textual.

Além disso, o uso do Google Sala de Aula, como ferramenta pedagógica, pode tornar o ensino mais dinâmico e atrativo para os estudantes.

Em contrapartida, houve dificuldades na adaptação dos professores em relação à metodologia de ensino híbrido e da sala de aula invertida.

As principais dificuldades encontradas foram a necessidade de compartilhar os computadores do laboratório de informática com mais de um estudante e a instabilidade de conexão à internet.

As atividades que deveriam ser realizadas em casa foram desenvolvidas pelos estudantes, mas uma parcela deles enfrentou dificuldades de acesso à internet ou não possuíam um aparelho (smartphone, tablet ou computador) para a realização das tarefas.

Com base nos resultados obtidos, a inversão da sala de aula e o uso das imagens como ponto de partida para as atividades permitiram uma maior interação entre os estudantes na produção do conhecimento de forma mais autônoma.

No entanto, é necessário que os professores estejam preparados para utilizar essa ferramenta de forma adequada e eficaz.

Observações: A dissertação apresenta uma análise interessante sobre a utilização do Google Sala de Aula como ferramenta pedagógica no ensino híbrido. No entanto, durante o desenvolvimento da pesquisa, o autor enfrentou desafios que precisaram ser superados.

Um dos principais desafios encontrados pelo autor foi a resistência dos estudantes em utilizar o Google Sala de Aula como plataforma pedagógica, tendo em vista que muitos estudantes reclamaram que precisavam dividir seu tempo entre as atividades escolares e as redes sociais e jogos virtuais, o que acabou gerando certa frustração e desmotivação.

No entanto, apesar desses desafios, o autor destacou diversos benefícios encontrados na utilização do Google Sala de Aula como plataforma pedagógica. Entre eles, a possibilidade de acesso a textos e links para sites e vídeos que fornecem subsídios teóricos para a realização das atividades propostas.

Dissertação: TOLEDO JUNIOR, Laércio Fermino. **Tratamento do movimento oscilatório utilizando o ensino híbrido:** uma proposta para o ensino médio. Dissertação (Mestrado em Ensino de Física) - Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba - SP, 2021.

Introdução: A introdução apresenta a proposta do autor para o ensino de física utilizando recursos tecnológicos e presenciais por meio da metodologia do ensino

híbrido. O objetivo foi proporcionar uma aprendizagem mais significativa e personalizada aos estudantes.

Resultados: Os resultados obtidos pelo autor com a utilização da metodologia do ensino híbrido foram positivos. Os estudantes apresentaram maior engajamento e interesse nas atividades propostas, além de terem desenvolvido habilidades como argumentação, produção textual e permitindo que cada estudante pudesse avançar no seu próprio ritmo.

Conclusão: Na conclusão, o autor destacou a importância da metodologia do ensino híbrido para o contexto da pandemia mundial, em que muitas escolas precisaram adotar o ensino remoto. Ele ressalta que essa metodologia pode ser aplicada tanto no ambiente presencial quanto no virtual, permitindo maior flexibilidade e adaptabilidade às diferentes realidades dos estudantes.

A conclusão reforça a potencialidade da metodologia do ensino híbrido para o ensino de física no nível médio. O autor destaca que essa abordagem permite uma aprendizagem mais significativa e personalizada, além de desenvolver habilidades importantes junto aos estudantes.

Observações: O estudo aborda a aplicação de uma proposta de ensino híbrido em duas escolas com o objetivo de promover o protagonismo e a personalização do aprendizado dos estudantes.

Por fim, embora as informações fornecidas sejam limitadas, é possível observar que a dissertação aborda uma proposta interessante para promover o protagonismo e a personalização do aprendizado dos estudantes por meio do ensino híbrido.

Dissertação: ROCHA, Stênio Lúcio; **A educação estatística na perspectiva do ensino híbrido:** uma experiência para o desenvolvimento do letramento estatístico com estudantes do ensino médio. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

Introdução: O objetivo foi desenvolver o letramento estatístico dos estudantes do ensino médio através da educação estatística na perspectiva do ensino híbrido.

Para alcançar esse objetivo geral, foram definidos objetivos específicos que incluem: levantar experiências e condições na escola para a utilização do Ensino Híbrido, diagnosticar as habilidades discentes acerca da Estatística, desenvolver uma sequência de ensino para abordar os conceitos da Estatística baseada na metodologia

do Ensino Híbrido e avaliar as contribuições pedagógicas de uma experiência com Ensino Híbrido na Educação Estatística.

Resultados: Buscaram-se conexões para apropriação de elementos do letramento estatístico por meio da metodologia ativa do Ensino Híbrido.

Conclusão: Na conclusão dos resultados obtidos com a aplicação da metodologia de ensino híbrido na disciplina de estatística para estudantes do ensino médio é explorada com as conexões entre os dados coletados e o desenvolvimento do letramento estatístico.

É destacado o papel da educação estatística na promoção do letramento estatístico dos estudantes do ensino médio, bem como a importância da metodologia de ensino híbrido para aprimorar o ensino de estatística. Além disso, são apresentadas sugestões para futuras pesquisas na área.

Observações: A dissertação apresentada tem como objetivo geral desenvolver o letramento estatístico dos estudantes do ensino médio através da educação estatística na perspectiva do ensino híbrido. A abordagem híbrida, que combina atividades presenciais e *on-line* foi considerada uma estratégia pedagógica eficaz para promover o letramento estatístico dos estudantes.

Além disso, embora os resultados tenham sido positivos em relação ao desenvolvimento do letramento estatístico dos estudantes, é necessário considerar que essa abordagem pode enfrentar desafios em relação à infraestrutura tecnológica disponível nas escolas e à formação dos professores para lidar com as novas tecnologias.

Para Mantoan (2003, p. 24): "A educação inclusiva é mais do que apenas inserir crianças com deficiência nas salas de aula regulares. É preciso garantir que essas crianças tenham acesso à educação de qualidade e que se sintam pertencentes ao processo de ensino e aprendizagem".

A análise dos trabalhos evidenciou a importância do ensino híbrido para o processo de ensino e de aprendizagem dos estudantes do ensino médio.

A análise realizada também evidenciou o modo como a educação escolar encontra-se fixada em modelos rígidos de compreensão do fenômeno educativo. Em pleno século 21, não é possível mais pensar em uma educação desconectada, desalinhada das exigências postas pelas demandas formativas das novas reconfigurações postas pelas novas ferramentas tecnológicas.

Os argumentos sugerem que é necessária uma revisão de propostas formativas, além da revisão de conteúdos, da avaliação e da formação de professores.

Assim, os professores experimentaram novas formas de atuação em sala de aula, com o uso integrado das tecnologias digitais como proposto na abordagem de Ensino Híbrido e verificam até que ponto essas novas maneiras podem impactar nos resultados esperados em relação ao desempenho de sua turma. Os professores desenvolvem reflexões sobre: o papel do professor, o papel do estudante, o papel da gestão, as tecnologias digitais, o espaço, a avaliação, a cultura escolar (Bacich, 2016, p. 11).

A abordagem de Ensino Híbrido aqui refletida é uma forma que promove uma interação entre o ensino presencial e o ensino *on-line*, processos que ocorrem na sala de aula ou fora dela. O papel desempenhado pelo professor e pelos estudantes sofre modificações em relação à proposta de ensino considerada tradicional e as configurações das aulas favorecem momentos de colaboração e envolvimento com as tecnologias digitais.

A partir da análise desenvolvida, foi possível pontuar que o Ensino Híbrido configura-se na oferta de diferentes espaços ao processo de ensino e aprendizagem no contexto escolar, promovendo a autonomia dos estudantes para que possam trabalhar em grupos e compartilhar conhecimentos e saberes.

Sendo assim, esses espaços se tornam complexos sistemas de interações entre aluno-conhecimento, aluno-professor, aluno-aluno, no qual o professor não assume mais o papel de detentor do conhecimento, mas todos os envolvidos no processo são responsáveis por essa produção conceitual, assim como as diferentes ferramentas digitais.

Nesse aspecto, o Ensino Híbrido parte de uma proposta metodológica que impacta na ação no professor em situações de ensino e na ação dos estudantes em situações de aprendizagem, pois a troca entre os pares com diferentes habilidades, competências e níveis de conhecimento se torna mais significativa.

5.3 Análise de similitude

Além dos desafios gerais mencionados, algumas discussões aprofundam-se em desafios específicos associados ao ensino híbrido e às metodologias ativas. Questões como o despreparo dos docentes, resistência dos estudantes e limitações tecnológicas emergem como temas recorrentes nos trabalhos estudados acima. As conclusões reconhecem que a formação continuada é um elemento-chave para lidar

com esses desafios, salientando não apenas a parte técnica, mas também a pedagógica. A capacidade de adaptação do professor às peculiaridades de sua unidade de ensino e de suas turmas é vista como crucial para o sucesso do ensino híbrido.

Uma análise mais aprofundada revela preocupações específicas sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais, como os surdos. Dificuldades na adaptação e a exclusão desses estudantes são apontadas como resultados preocupantes. Isso destaca a importância de desenvolver abordagens inclusivas que considerem as diferentes necessidades e características dos estudantes, garantindo que todos tenham acesso a uma educação de qualidade.

A ênfase na interatividade como fator crucial para o sucesso das metodologias ativas e do ensino híbrido é um ponto de destaque nas discussões. A participação ativa dos estudantes nas atividades propostas é considerada fundamental. Métodos mais participativos e dinâmicos contribuem para um ambiente de aprendizagem mais estimulante, promovendo maior engajamento e aprendizado. A análise sugere que estratégias que envolvam os estudantes de maneira participativa são essenciais para o sucesso dessas abordagens.

A discussão enfatiza repetidamente o papel do professor como intermediário para que os estudantes se apropriem do conhecimento de forma eficiente. Destaca-se a necessidade de paciência e adaptabilidade diante das demandas do ensino híbrido. A habilidade do educador em mediar a aprendizagem, fornecer suporte adequado e criar um ambiente de aprendizado colaborativo é crucial para o sucesso das metodologias ativas.

Algumas conclusões convergem para a ideia de que a construção coletiva do conhecimento, mediada pelas ferramentas digitais, é o futuro da educação. Isso sugere um enfoque na colaboração entre estudantes e no uso de ferramentas digitais para promover essa construção conjunta. A análise destaca a importância da aprendizagem colaborativa, onde os estudantes não apenas absorvem informações, mas também contribuem ativamente para a construção do conhecimento, criando um ambiente mais participativo e engajador.

A análise reforça o impacto positivo do ensino híbrido na motivação e interesse dos estudantes. A abordagem inovadora é vista como um catalisador para despertar o engajamento dos estudantes nas atividades propostas. A flexibilidade das abordagens oferecidas pelo ensino híbrido permite uma personalização do processo

de aprendizado, atendendo às necessidades individuais dos estudantes e contribuindo para um ambiente mais estimulante.

Alguns textos destacam desafios específicos enfrentados durante a educação remota, como a falta de acesso à internet e a dificuldade na realização de atividades práticas. Isso ressalta a importância de considerar as condições infraestruturais e socioeconômicas dos estudantes ao implementar abordagens híbridas. A discussão destaca que a infraestrutura tecnológica deve ser uma prioridade para garantir a eficácia dessas metodologias.

Observa-se a aplicação bem-sucedida de metodologias ativas em disciplinas diversas, como Matemática, Filosofia, Biologia e Estatística, evidenciando a versatilidade dessas abordagens. A análise sugere que as metodologias ativas não são limitadas a áreas específicas do conhecimento, mas podem ser adaptadas e implementadas com sucesso em diversas disciplinas.

A ênfase na importância da interação e do engajamento dos estudantes é ressaltada em várias conclusões. Métodos mais participativos e dinâmicos contribuem para um ambiente de aprendizagem mais estimulante. A análise indica que a criação de oportunidades para a interação entre os estudantes e com os conteúdos do curso é essencial para o sucesso do ensino híbrido.

A discussão sobre a democratização do acesso à educação de qualidade, especialmente durante a pandemia, é um tema recorrente. Destaca-se a necessidade de soluções inclusivas que considerem as diferentes realidades socioeconômicas dos estudantes. A renda básica é mencionada como uma possível estratégia de inclusão social, ressaltando a importância de abordagens democráticas para garantir a igualdade de oportunidades educacionais.

A análise ressalta a importância da aprendizagem significativa e contextualizada em várias conclusões. A valorização de atividades práticas, contextualizadas e que estimulem a reflexão dos estudantes é uma constante. A busca por práticas que promovam a aprendizagem significativa indica a necessidade de tornar os conteúdos mais relevantes e relacionados à realidade dos estudantes, contribuindo para um aprendizado mais profundo e duradouro.

A dificuldade na aplicação de disciplinas práticas, como Biologia com a fotossíntese, é mencionada como um desafio específico da educação remota, destacando a necessidade de métodos presenciais para determinados conteúdos. A análise sublinha que a educação remota pode apresentar desafios adicionais em

disciplinas que demandam experiências práticas, evidenciando a importância de considerar as características específicas de cada disciplina ao implementar abordagens híbridas.

As conclusões apresentam uma avaliação balanceada dos resultados, reconhecendo os benefícios do ensino híbrido, mas também enfatizando desafios a serem superados. Destacam a importância do papel do professor, da interação e do engajamento dos estudantes, além de apontar para a necessidade de estratégias inclusivas e reflexão contínua sobre as práticas educacionais. O chamado à reflexão contínua e a necessidade de mais pesquisas e práticas inovadoras reflete um comprometimento com a melhoria constante do ensino.

Há uma valorização contínua das metodologias ativas, como Problem Based Learning e sequências didáticas interativas, como estratégias eficazes para promover a aprendizagem significativa. As conclusões sugerem que essas abordagens contribuem para uma maior participação dos estudantes e para a construção ativa do conhecimento. A análise destaca que a escolha e implementação de estratégias eficientes são fundamentais para o sucesso do ensino híbrido.

Para superar os desafios apontados pelos autores, recomendamos que as instituições de ensino médio invistam em infraestrutura tecnológica adequada, incluindo computadores, tablets e acesso à internet, ofereçam formação continuada aos professores para que eles possam utilizar as metodologias ativas e o ensino híbrido de forma eficaz e adotem políticas públicas para reduzir as desigualdades no acesso à tecnologia e à internet, a informação para a construção do conhecimento.

Além disso, eles destacam a importância de avaliar continuamente o impacto do ensino híbrido no processo de ensino e de aprendizagem. Essa avaliação é importante para identificar os pontos positivos e negativos da abordagem, bem como para melhorar a sua implementação.

Os artigos analisados demonstram que o ensino híbrido é uma abordagem promissora para a inovação no ensino médio. No entanto, é importante considerar os desafios apontados pelos autores para que a abordagem seja implementada de forma eficaz.

Os autores apontaram que a interação e o engajamento dos participantes são fundamentais para o sucesso do ensino híbrido. Além disso, destacaram a importância de avaliar continuamente o impacto do ensino híbrido no processo de ensino e de aprendizagem. Eles também concluíram que as práticas de ensino híbridas podem

ajudar na apropriação do conhecimento de forma mais prazerosa e eficiente, tanto para os estudantes quanto para os professores. Esses argumentos mostram que o ensino híbrido é uma experiência nova e promissora, que pode trazer benefícios tanto para os estudantes quanto para os professores, desde que seja implementado de forma eficaz e avaliado continuamente.

Além disso, também destacaram que o ensino híbrido pode ser uma estratégia ativa e objetiva para a formação dos estudantes, permitindo que eles desenvolvam autonomia e sejam mais participativos no processo de aprendizagem. Isso é especialmente importante para a educação inclusiva, pois pode ajudar a garantir que todos os estudantes tenham acesso a um ensino de qualidade, independentemente de suas habilidades e necessidades específicas.

Portanto, o ensino híbrido é uma experiência nova e importante para a educação democrática, equitativa e inclusiva, que pode trazer benefícios significativos para os estudantes e professores, desde que seja implementado de forma adequada e avaliado continuamente.

Outro ponto importante destacado pelos autores é que o ensino híbrido pode ser uma forma de superar as limitações geográficas e de recursos, permitindo que os estudantes tenham acesso a conteúdos e recursos educacionais de alta qualidade, independentemente de sua localização ou das limitações de sua escola. Isso é especialmente importante em contextos de educação inclusiva, onde, muitas vezes, os estudantes enfrentam barreiras para acessar recursos educacionais adequados.

Portanto, o ensino híbrido pode ser uma forma de promover a inclusão social e emocional dos estudantes, permitindo que eles desenvolvam habilidades importantes para sua vida pessoal e profissional.

A pesquisa é uma experiência nova, pois não foram encontradas pesquisas semelhantes na literatura. No entanto, a análise de artigo por artigo identificou benefícios e desafios potenciais para a implementação dessa política demonstrando ser eficaz a aplicação do ensino híbrido no ensino médio.

Em resumo, a partir da leitura das pesquisas apresentadas anteriormente, consegue-se verificar que o processo formativo híbrido traz resultados significativos e promissores, tornando a educação mais eficiente. Em contrapartida, demonstra desafios de acesso à tecnologia devido à desigualdade social e ao caráter social emergente da população, como também a falta de letramento digital dos professores e estudantes, que dificultam a educação mais inclusiva.

A maior dificuldade do estudante é o acesso à (in) formação por meio do uso das tecnologias disponíveis, a qualidade dos recursos.

Foi possível verificar, nessa análise, que o processo formativo híbrido traz resultados favoráveis a uma educação mais eficiente, que faz com que o estudante se torne protagonista do conhecimento, despertando o interesse.

Além disso, demonstrou-se a capacidade de o estudante aprender de forma democrática pela variedade de formas que é possível se apropriar do conhecimento, além de que, por este aprender de forma ativa, consegue-se desenvolver dentro de suas limitações.

Também demonstrou a importância de o professor ser o facilitador ou mediador entre conhecimento e estudante para que este consiga se apropriar do conhecimento de forma ativa. Como também, por ter muitos trabalhos na época da pandemia, demonstrou que o aprendizado ocorreu de forma mais inclusiva quando realizado dentro da escola, inclusive, os próprios estudantes clamaram por estudar dentro da escola e demonstraram a necessidade de se socializar. Nesse sentido, demonstra a fundamental importância da atuação do professor presencial.

Em contrapartida, verifica-se a necessidade de formação do professor. Na conclusão do estudo, as pesquisas revelaram a falta de interesse dos professores em utilizar a metodologia e alterar o estilo tradicional de lecionar.

A resistência à mudança também ocorreu pelos estudantes, o que demonstra a necessidade de o professor ser o mediador na construção do conhecimento, sendo que esse desafio foi superado pelos pesquisadores ao aplicarem os experimentos e, consequentemente, demonstrarem não ser um desafio tão grande quanto ao do próprio intermediário do conhecimento ser resistente a mudanças.

É dito ser um desafio fácil de superar, pois o professor é competente para intermediar e superar a resistência dos estudantes, o que demonstrou ser um desafio para os estudantes foi a falta de estrutura básica para poder aplicar o processo formativo híbrido.

Durante o ensino remoto emergencial, parte dos autores mencionam a dificuldade dos estudantes em acessar a internet, resultando em uma desconexão significativa nas atividades educacionais. Alguns estudantes enfrentaram dificuldades em participar de aulas virtuais e realizar tarefas online, evidenciando os desafios práticos do ensino remoto.

Os textos destacam o papel crucial do professor na transição para o ensino híbrido. Descrevem um programa de formação continuada em tecnologias educacionais, enfatizando a necessidade de os educadores desenvolverem habilidades digitais para criar ambientes de aprendizagem eficazes, destacando a importância do professor como mediador do conhecimento.

Dassie (2022), a implementação bem-sucedida do Problem Based Learning é ilustrada. Os estudantes foram envolvidos em atividades práticas que estimularam a resolução de problemas, a colaboração e a aplicação prática dos conceitos. Isso destaca como metodologias ativas podem transformar o aprendizado, proporcionando experiências mais significativas.

Toledo Junior (2021) mostra que a aplicação do ensino híbrido resultou em um aumento significativo nas habilidades de argumentação dos estudantes. A metodologia adotada enfocou debates online e atividades que exigiam articulação clara de ideias, destacando como o ensino híbrido pode ir além do conteúdo acadêmico tradicional.

Nascimento (2020) discute as desigualdades de acesso à tecnologia. Alguns estudantes enfrentaram dificuldades devido à falta de dispositivos ou conectividade, ressaltando como a tecnologia, embora benéfica, pode criar disparidades sociais. Este exemplo destaca a necessidade de abordagens inclusivas no design do ensino híbrido.

Barreto (2021) conclui levantando questões sobre o futuro do ensino híbrido, incluindo a necessidade de repensar estratégias de avaliação. Eles mencionam a importância de considerar a equidade no acesso à educação e sugerem reflexões sobre como inovações no ensino podem impactar diferentes grupos de estudantes, apontando para desafios e oportunidades futuros.

Soares Junior e Martins (2020) ressaltam as dificuldades enfrentadas pelos professores na adaptação ao ensino híbrido, citando a necessidade de treinamentos específicos. Um professor compartilha sua experiência em superar barreiras tecnológicas e a importância de estratégias de capacitação docente para garantir uma transição eficiente.

Martins (2020) destaca a mudança no comportamento dos estudantes em relação às atividades online. Ao utilizar plataformas digitais, os estudantes demonstraram maior motivação e empenho nas atividades, indicando uma resposta positiva ao ambiente virtual e à diversificação das práticas educacionais.

Santos e Machado (2020) aborda a eficácia do uso de multiletramentos no desenvolvimento da criatividade dos estudantes. Os autores destacam como a liberdade dada aos estudantes para escolherem plataformas para seus trabalhos resultou em uma produção mais rica e diversificada, sublinhando a importância da flexibilidade no ensino híbrido.

Pinheiro, Sena e Serra (2022) discute os desafios enfrentados por estudantes com necessidades especiais, especialmente surdos, no contexto do ensino híbrido. Os autores destacam a exclusão potencial desses estudantes devido às dificuldades encontradas pelos professores, ressaltando a necessidade de estratégias inclusivas.

Pereira e Silva (2021) conclui que a sala de aula invertida possui grande potencial, mas destaca que os estudantes preferem usar videoaulas como revisão, não preparação. Isso ressalta a importância de entender as preferências dos estudantes e adaptar estratégias de ensino híbrido para atender às suas necessidades e expectativas.

As pesquisas demonstraram a necessidade de grande investimento estrutural, que é realmente necessário, como também, grande investimento em formação continuada, que também é necessário, com isso, a problemática levantada busca a inovação estrutural em conjunto com a inovação pedagógica.

Com o estudo e a análise efetuada, demonstrou-se que não é simplesmente incluir um professor on-line em sala de aula. É necessário um professor experiente que entenda sobre os conceitos levantados em sala de aula, este professor necessita vir aliado a uma metodologia inclusiva que faça com que o estudante se aproprie do conhecimento de forma ativa, mediado pelas ferramentas tecnológicas.

Essa abordagem pode ser desenvolvida pensando no professor para que este consiga desenvolver suas competências de forma colaborativa e consiga dar a assistência necessária para que o estudante desenvolva o conhecimento.

Nesse sentido, o professor em sala de aula fornece o apoio aos estudantes para que estes desenvolvam o letramento digital, todavia, com a pesquisa efetuada, demonstrou ser necessária formação continuada aos professores para desenvolver o letramento digital.

Em resumo, a pesquisa demonstrou que o professor necessita ser formado diante do letramento digital para que consiga oferecer o apoio necessário aos estudantes, desenvolvendo o conhecimento de forma ativa e colaborativa.

6 ANÁLISE DAS LEGISLAÇÕES

A análise proposta foi realizada a partir do estudo das Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96), do Plano Nacional de Educação (PNE – 2014-2024) e do Programa de Inovação Educação Conectada, em nível nacional e estadual, mais especificamente, do estado de São Paulo. Tem por base os estudos de Gilmar Ferreira Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco, no livro de Direito Constitucional, que apresenta as garantias e princípios básicos para aplicação de qualquer Lei, como também, na Doutrina de Direito Administrativo de Maria Sylvia Zanella Di Pietro. Todos estes renomados autores são utilizados como base para o sistema jurídico Brasileiro. O processo formativo Híbrido é uma abordagem de ensino que combina aspectos do ensino presencial ao ensino a distância.

Híbrido significa misturado, mesclado, *blended*. A educação sempre foi misturada, híbrida, sempre combinou vários espaços, tempos, atividades, metodologias, públicos. Esse processo, agora com a mobilidade e a conectividade, é muito mais perceptível, amplo e profundo: é um ecossistema mais aberto e criativo. Podemos ensinar e aprender de inúmeras formas, em todos os momentos, em múltiplos espaços. Híbrido é um conceito rico, apropriado e complicado. Tudo pode ser combinado, misturado [...] (Valente, 2015, p. 13).

Uma das principais vantagens do referido processo é a flexibilidade que se oferece aos estudantes. Eles podem assistir aulas presenciais e acessar conteúdos *on-line*, em casa ou em outro lugar, pois isso permite que personalizem a experiência de aprendizado, escolhendo programas e recursos que melhor atendam aos seus interesses.

Há que se considerar, ainda, que a cultura digital tem promovido mudanças sociais significativas nas sociedades contemporâneas. [...] Os jovens têm se engajado cada vez mais como protagonistas da cultura digital, envolvendo-se diretamente em novas formas de interação multimidiática e multimodal e de atuação social em rede, que se realizam de modo cada vez mais ágil. Por sua vez, essa cultura também apresenta forte apelo emocional e induz ao imediatismo de respostas e à efemeridade das informações, privilegiando análises superficiais e o uso de imagens e formas de expressão mais sintéticas, diferentes dos modos de dizer e argumentar característicos da vida escolar (BRASIL, 2018, p. 61).

Além disso, o sistema híbrido promove a colaboração entre os estudantes, tendo em vista que estes têm a oportunidade de trabalhar em grupo, interagir com

seus pares e professores em diversos ambientes, e participar de atividades que promovem a produção de conhecimentos (Pereira; Silva, 2021).

Como pontuado anteriormente, o planejamento escolar é um elemento importante para que o trabalho pedagógico ocorra, de maneira significativa, no sistema híbrido. Desse modo, o planejamento necessita constar a periodicidade que o docente *on-line* estará inserido nos processos formativos. Tal periodicidade necessita ser definida de maneira conjunta, entre professor especialista *on-line*, professor da sala de aula e coordenação escolar. Ou seja, essa periodicidade levará em consideração a demanda daquela sala de aula específica, avaliando o modo como essa inserção poderá ser feita.

Outro aspecto importante do ensino híbrido é o uso das TDIC. Os estudantes podem acessar e interagir com uma variedade de recursos *on-line* para apoiar o aprendizado presencial. Isso inclui plataformas educacionais, vídeos educativos, jogos educativos, dentre outros.

Foram utilizadas as referências bibliográficas de Moran (2015) e Valente (2014, 2015) por observarmos que estes autores possuem uma vasta experiência na área. Para complemento de suas obras, e chegar a uma pesquisa mais aprofundada sobre o tema, foram utilizadas as obras de Bardy (2018) por ter efetuado um estudo similar sobre o tema em sua tese de doutorado, como também as obras de Fernández (2016), Schlünzen, Schlünzen Junior e Ferreira (2020), Belloni (2001), Blikstein e Worsley (2016).

A partir do estudo dos autores mencionados acima, os principais benefícios do ensino híbrido para o ensino médio são:

Flexibilidade: os modelos híbridos permitem aos estudantes maior flexibilidade territorial e temporal para a apropriação do conhecimento. Eles podem frequentar cursos presenciais e acessar conteúdos *on-line*, em casa ou em outro lugar, como também, ter acesso a conteúdos provenientes de várias plataformas, amplificando aquele fornecido no âmbito da escola. Nessa linha, Valente (2015) dispõe que essa mudança ocorre em qualquer área que utilize as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação, conseguindo otimizar o tempo em seu âmbito. Nesse sentido, Bardy (2018, p.119) define que:

Cabe ao docente comunicar-se continuamente e em diferentes formas, presencialmente ou digitalmente com os seus estudantes, fazendo uso de diferentes tecnologias, entre elas as tecnologias móveis, equilibrando e flexibilizando a interação com todos.

Colaboração: O modelo híbrido pode permitir que os estudantes trabalhem em grupos, interajam com colegas e profissionais em ambientes diversos, e participem de atividades que promovam a colaboração e a produção de conhecimentos, conforme entendeu Valente (2014, p. 83).

Novas Tecnologias: O uso das novas tecnologias é uma parte fundamental do processo de aprendizagem combinada, pois os estudantes precisam acessar e interagir com vários recursos *on-line* para apoiar o aprendizado presencial, inclusive Valente (2014) determina ser necessário a integração das TDIC para que o modelo possa ser utilizado na Educação Básica.

Avaliação Contínua: Os professores podem avaliar os estudantes continuamente, usando uma variedade de atividades para avaliar o progresso ao longo do tempo (Valente, 2014).

Autonomia: Os estudantes são incentivados a assumir a responsabilidade por seu próprio aprendizado, tomando decisões sobre como e quando desejam acessar vários recursos e atividades de aprendizado. Segundo Valente (2014, p. 81): “Isso significa que além de reter a informação, o aprendiz necessita ter um papel ativo para significar e compreender essa informação segundo conhecimentos prévios, construir novos conhecimentos, e saber aplicá-los em situações concretas”.

Personalização de ensino: É uma abordagem que busca adequar o aprendizado às necessidades e habilidades de cada indivíduo. Segundo Valente (2014), no ensino híbrido, a autorregulação pode ser alcançada por meio do uso de tecnologias que permitem que o estudante prossiga de acordo com o seu tempo e interesse, acessando conteúdos específicos de acordo com suas necessidades, obtendo feedback imediato sobre o desempenho. Dessa forma, o ensino pode ser mais eficaz e envolvente para cada estudante.

Cultura de inovação: É um princípio e uma prática que apoia a experimentação e o uso das tecnologias na educação. No contexto da aprendizagem integrada, a cultura da inovação pode ser importante para incentivar os professores a adotar novos métodos de ensino e explorar as oportunidades oferecidas pelas tecnologias para melhorar a aprendizagem dos estudantes.

Conforme expôs Moran (2015, p. 39): “educação formal é cada vez mais *blended*, misturada, híbrida, porque não acontece só no espaço físico da sala de aula, mas nos múltiplos espaços do cotidiano, que incluem os digitais”.

Valente (2014) defendeu que a educação necessita ir além do método tradicional de transmissão da informação, em que o professor é quem detém o conhecimento, e o estudante é quem o recebe. Em vez disso, enfatiza a importância de envolver ativamente os estudantes, permitindo-lhes construir o próprio conhecimento, participar, colaborar e aplicar o que aprenderam para trabalhar em situações reais.

Disrupção na educação: Refere-se à ideia de que as tecnologias podem mudar a forma como aprendemos e ensinamos. No contexto do ensino híbrido, pode ocorrer confusão quando tecnologias emergentes, como inteligência artificial e realidade virtual, são usadas para aprimorar a experiência de aprendizado dos estudantes e aumentar o seu aprendizado.

Segundo Fernández (2016), a inovação não acontece por acaso, mas requer planejamento. Isso significa que há um esforço deliberado para melhorar os métodos, estratégias, materiais didáticos e modelos organizacionais utilizados no programa educacional.

O autor enfatiza que a inovação não se limita à introdução de novas tecnologias ou métodos de ensino, mas também inclui uma reflexão crítica sobre as práticas existentes e a busca de formas mais eficazes de melhorar o aprendizado dos estudantes. Novos desenvolvimentos requerem atenção cuidadosa para identificar áreas de melhoria e planejamento adequado para implementar mudanças significativas.

Nesse mesmo sentido, entende Schlünzen, Schlünzen Junior e Ferreira (2020), que mostra que a inovação tecnológica na educação não se limita ao uso de ferramentas tecnológicas propriamente ditas, mas também requer uma mudança de pensamento e abordagem de assuntos relacionados, consequentemente, tecnologia deve ser vista como uma oportunidade de criar novas formas de aprendizagem que atendam às necessidades dos estudantes e promovam uma abordagem mais humana e prática.

Mediação do processo de ensino e aprendizagem: Equidade de ensino e aprendizagem é um conceito importante para a educação híbrida, pois se refere ao papel do professor como facilitador da aprendizagem. Nesse sentido, Valente (2014, p. 84) afirmou a necessidade de o professor no processo de mediação:

No caso do *blended learning* o conteúdo e as instruções devem ser elaborados especificamente para a disciplina ao invés de usar qualquer material que o aluno acessa na internet. Além disso, a parte presencial deve necessariamente contar com a supervisão do professor, valorizar as interações interpessoais e ser complementar às atividades on-line, proporcionando um processo de ensino e de aprendizagem mais eficiente, interessante e personalizado.

Mesmo em um ambiente de ensino híbrido em que os estudantes podem acessar o conteúdo *on-line*, o professor ainda desempenha um papel importante na orientação e avaliação deles. Segundo Schlünzen, Schlünzen Junior e Ferreira (2020), o professor pode usar estratégias pedagógicas, como trabalho com projetos para a resolução de problemas. Nessa proposta, a pesquisadora salienta a importância de estimular o trabalho em equipe, possibilitando o desenvolvimento das habilidades socioemocionais requeridas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Segundo Blikstein e Worsley (2016), no contexto da aprendizagem integrada, a cultura criativa pode ser uma forma de envolver os estudantes e ajudá-los a desenvolver habilidades importantes, tais como a criação de coisas novas e a resolução de problemas. Cita-se a Cultura *Make*, que se refere à ideia de os estudantes serem incentivados a criar suas próprias soluções para problemas, podendo usar tecnologias como impressão 3D e programação de computadores.

Em resumo, o ensino híbrido pode ser uma boa abordagem para o ensino médio, desde que seja implementado adequadamente, porém, é necessário que os professores se especializem para usar ferramentas e técnicas adequadas, promovendo um ambiente de apoio aos estudantes, como também a personalização da experiência de aprendizado crítico para garantir que cada um desenvolva competências e habilidades, uma vez que o cenário mundial, cada vez mais tecnológico e virtual, permita sua implantação.

Para que o ensino híbrido seja desenvolvido nas escolas, vários aspectos devem ser planejados, dentre eles, a dinâmica da sala de informática, a adequação do planejamento do currículo e o aprimoramento dos professores. É preciso que o planejamento de ensino esteja voltado para atividades em que os estudantes sejam ativos na construção dos seus conhecimentos, que possam tomar decisões, utilizar a criatividade e avaliar os seus resultados (Cembranel; Scopel. 2019, p. 3).

O modelo analisado envolvendo um especialista no assunto⁸ de maneira remota e um professor para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas e

⁸ Trata-se de competências e habilidades específicas. Entendemos que o professor a distância (especialista) é aquele que possui competências e habilidades digitais, promovendo a inclusão e a

metodológicas *in loco* permite não só um aprofundamento maior ao estudante, mas também permite uma maneira organizacional de estudo, onde o ambiente da sala de aula torna-se uma porta de acesso à informação por meio dos recursos tecnológicos e realizações de atividades dentro do contexto que permita a construção do conhecimento de forma significativa.

Em consequência, os novos papéis docentes na sala de aula virtual são, sobretudo, aqueles relacionados com a gestão de situações educativas virtuais, descentralizados, geograficamente dispersas, sem a perda dos fios condutores, os quais devem conduzir os alunos à conclusão das interações e à realização dos objetivos de aprendizagem previstos, fazendo com que se sintam conectados e em permanente atividade de trabalho (Santos, 2010, p.11).

Relacionando esses conceitos fundamentais encontrados na literatura aos aspectos da problemática sobre o estudo híbrido apresentada, podemos destacar que a utilização das TDIC amparadas em estratégias pedagógicas que permitam que o estudante seja ativo no processo de ensino pode ser fundamental para melhorar a aprendizagem deles. Além disso, a mudança de mentalidade em relação ao processo de ensino é importante para que a melhoria no processo educacional no ensino médio aconteça.

O ensino híbrido pode possibilitar uma abordagem interdisciplinar, bem como a personalização do processo de ensino e de aprendizagem também é importante para garantir que os estudantes aprendam de forma mais efetiva. E, por fim, a colaboração e a interação entre os estudantes e os professores são essenciais para a construção do conhecimento. Nesse sentido, Bardy (2018, p. 121) definiu:

Desse modo, consideram o estudante como centro do processo de construção de sua aprendizagem, o docente como mediador, a valorização e construção da autonomia do estudante, a organização do espaço escolar para facilitar ações de personalização (por exemplo, uso integrado das TDIC), reflexão sobre o processo avaliativo e o envolvimento da gestão para propiciar e apoiar as mudanças. Todos esses elementos são considerados peças de uma engrenagem que deve se articular com o objetivo de levar o grupo docente para refletir sobre a melhor forma de trabalho, considerando a realidade nacional e os contextos de atuação.

implementação de políticas educacionais permeadas pelas TDIC. O professor da sala de aula é aquele que, munido de competências e habilidades didático-pedagógicas, promove também a inclusão escolar por meio de atividades inovadoras do currículo escolar. Logo, são habilidades e competências específicas, que se complementam no processo de ensino e de aprendizagem. Os docentes envolvidos são facilitadores do processo de ensino e de aprendizagem, incentivando a autonomia e o protagonismo dos estudantes na construção do conhecimento.

Diante dessa afirmação, é possível concluir que por meio de estudos levantados na literatura foram encontrados fundamentos que corroboram a problemática de que a utilização das TDIC, com práticas pedagógicas e metodologias permitem maior ação do estudante aliadas à mudança de mentalidade em relação ao processo de ensino e de aprendizagem são fundamentais na educação. No entanto, ainda existem lacunas a serem preenchidas em relação a como aplicar as abordagens, metodologias e estratégias pedagógicas que atendam às demandas dos nossos estudantes do século 21, ou seja, de forma mais efetiva e como formar os professores para compreenderem e sentirem a necessidade de mudarem o seu fazer pedagógico para despertar no estudante a importância e o gosto pelo aprender.

Com base nessa análise, é possível relacionar os conceitos fundamentais encontrados na literatura à problemática levantada sobre o ensino híbrido e colaborativo. Em primeiro lugar, a ideia de que o papel do professor é facilitador do processo de ensino e de aprendizagem, incentivando a autonomia e o protagonismo dos estudantes na construção do conhecimento, está presente nos pressupostos dos autores destacados. Eles salientam a importância do uso de recursos tecnológicos e metodologias ativas de ensino para alcançar esse objetivo.

Além disso, a abordagem interdisciplinar e humanista também são temas recorrentes na literatura levantada e analisada. Os autores enfatizam que a aprendizagem não pode ser vista de forma isolada, mas sim como um processo que estimula a mudança de postura, que deve levar em conta as necessidades, o potencial e as particularidades de cada estudante, valorizando a diferença humana como defendem Schlünzen, Schlünzen Junior e Ferreira (2020). Nesse sentido, a personalização do processo de ensino e de aprendizagem é fundamental para que os estudantes possam desenvolver habilidades e competências de forma efetiva.

Outro ponto em comum entre os autores é a importância da aprendizagem colaborativa e a interação entre estudantes e professores no processo de ensino e de aprendizagem. Essa interação pode ser mediada pelas novas tecnologias que permitam a comunicação e a troca de informações em tempo real, o que favorece a construção coletiva do conhecimento.

A aprendizagem colaborativa é um processo de reaculturação que ajuda os estudantes a se tornarem membros de comunidades de conhecimento cuja propriedade comum é diferente daquelas comunidades a que já pertence. Assume, portanto, que o conhecimento é socialmente construído e que a aprendizagem é um processo sociolinguístico (Siqueira, 2003, p. 23).

A proposta do projeto de utilizar as TDIC para favorecer a educação de qualidade que atenda ao currículo, de forma humanizada e inclusiva, também está alinhada à visão dos autores sobre a importância das novas tecnologias como uma ferramenta complementar ao ensino presencial com o intuito de promover a aprendizagem mais significativa e adaptada às necessidades e interesse dos estudantes.

Em resumo, pode-se afirmar que o ensino híbrido e o trabalho colaborativo entre os profissionais da educação, tanto o professor presencial, quanto o professor a distância, está em consonância com os conceitos fundamentais discutidos pelos autores sobre o ensino híbrido, podendo contribuir para uma abordagem mais personalizada e inclusiva no ensino médio, a problemática levantada não é uma solução mágica que resolverá todos os problemas da educação, mas pode contribuir para uma educação mais inclusiva e significativa.

6.1 Previsão constitucional

Primeiramente, há de salientar que a educação é um Direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988 em seus artigos 205 a 214. O termo educação não se delimita ao ensino de conteúdos, e sim a terminologia Educação garantida constitucionalmente prevê o desenvolvimento do indivíduo para que este se torne independente, social e capaz de ser o titular de sua própria vida.

O artigo 6º da Constituição Federal (Brasil, 1988), estabeleceu que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social e a proteção à maternidade e à infância. Esses direitos são considerados fundamentais para garantir uma vida digna aos cidadãos brasileiros.

Esses direitos devem ser garantidos pelo Estado de acordo com as normas e diretrizes estabelecidas na Constituição Federal. Isso significa que o Estado tem o dever de criar políticas públicas e programas que assegurem o acesso universal e igualitário aos serviços de educação.

A educação está prevista como um direito fundamental social fazendo parte da segunda dimensão de direitos fundamentais garantidos a todos os brasileiros. É importante salientar isso, tendo em vista que uma das características que regem os direitos fundamentais de segunda geração é a progressividade no tempo, ou seja, o direito adquire a sua completa implementação gradualmente, necessitando de

esforços contínuos para atingir sua completa efetivação, conforme Mendes e Branco (2012, p. 206).

São os direitos de segunda geração, por meio dos quais se intenta estabelecer uma liberdade real e igual para todos, mediante a ação corretiva dos Poderes Públicos. Dizem respeito a assistência social, saúde, educação, trabalho, lazer etc.

Os direitos fundamentais previstos no artigo 5º da Constituição são aqueles que têm aplicação imediata e independem de regulamentação para serem efetivados, por exemplo, o direito à liberdade de expressão é um direito fundamental que pode ser exercido livremente pelos cidadãos sem a necessidade de uma regulamentação específica (Di Pietro, 2020).

Já os direitos sociais, como a educação, saúde e previdência social, dependem da atuação do Estado para serem efetivados. Isso significa que o Estado deve criar políticas públicas e programas que assegurem o acesso universal e igualitário a esses serviços. No entanto, muitas vezes esses serviços não são oferecidos de forma adequada ou em quantidade suficiente para atender toda a população (Di Pietro, 2020).

Nesse sentido, o direito à educação não pode ser limitado, tendo em vista que este direito integra o mínimo existencial do cidadão e, conseqüentemente, cabe ao estado utilizar todos os esforços necessários para atingir o objetivo fim, tendo em vista que, por se tratar de direitos sociais de segunda geração, não se pode alegar o princípio da reserva do possível, que nada mais é do que o estado alegar que não teria condições de fornecer educação para todos, descumprindo a ordem constitucional prevista nos artigos já mencionados.

Conforme Mendes e Branco (2012 p. 278), o nobre julgamento do Supremo Tribunal Federal, que interpreta o texto supracitado:

112 RE 410.715, Rel. Min. Celso de Mello, julgado em 22-11-2005.

113 Reconheceu-se que o direito fundamental de índole social e cultural caracteriza-se “pela gradualidade de seu processo de concretização — depende, em grande medida, de um inescapável vínculo financeiro subordinado às possibilidades orçamentárias do Estado”. Apesar disso, o voto do relator não admite que o poder público possa desvincular-se da obrigação que sobre ele recai de satisfazer as pretensões surgidas de normas jusfundamentais dessa espécie pela mera invocação da cláusula do financeiramente possível. Daí argumentar que, “comprovada, objetivamente, a alegação de incapacidade econômico-financeira da pessoa estatal, desta não se poderá razoavelmente exigir, então, considerada a limitação material referida, a imediata efetivação do comando fundado no texto da Carta Política”. O acórdão aparenta filiar-se à ideia de que os direitos fundamentais não podem deixar de ser atendidos no seu grau mínimo, não se viabilizando a exceção da cláusula do possível, a não ser que provada a absoluta impossibilidade de se satisfazer a demanda. Daí as palavras enfáticas do

Ministro Celso de Mello no sentido de que “a cláusula da ‘reserva do possível’ — ressalvada a ocorrência de justo motivo objetivamente aferível — não pode ser invocada pelo Estado com a finalidade de exonerar-se, dolosamente, do cumprimento de suas obrigações constitucionais, notadamente quando, dessa conduta governamental negativa puder resultar nulificação ou, até mesmo, aniquilação de direitos constitucionais impregnados de um sentido de essencial fundamentalidade.

Não só a educação é garantida constitucionalmente, como também a inquietação do pesquisador, ou seja, a educação inclusiva, que prevista no artigo 206, I e VII da Constituição Federal, define que:

Art. 206. O ensino ser ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
VII - garantia de padrão de qualidade;

Dessa forma, é garantido constitucionalmente a educação inclusiva, que complementada pelo artigo 208, da Constituição Federal, preceitua a obrigatoriedade do Estado em fornecer todas as condições para que o educando consiga se apropriar do conhecimento e se preparar para o mundo.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;
V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

A educação inclusiva é um princípio fundamental que visa assegurar o direito à educação de qualidade a todos, independentemente de suas diferenças, limitações ou necessidades especiais. Ela busca eliminar barreiras e promover a participação plena e igualitária de todos os estudantes, valorizando a diversidade e respeitando às particularidades de cada um. Dessa forma, a Constituição Federal já traz princípios e meios de se garantir os deveres que o estado possui com a Educação (Di Pietro, 2020).

6.2 Análise legislativa do processo formativo híbrido

A LDBEN nº 9.394/1996 (Brasil, 1996), é a lei que regulamenta o sistema educacional brasileiro, que foi criada para cumprir o direito social da educação e

complementar as necessidades e diretrizes que ela precisa seguir. Nesse sentido, esta legislação divide a educação em dois níveis: educação básica e educação superior.

O objeto da pesquisa trata sobre o Ensino Médio, que ocorre em três anos, ou seja, do 1º ao 3º ano, sendo este a última etapa da educação básica prevista na referida LDBEN.

Os objetivos do Ensino Médio são definidos no artigo 35 da LDBEN. Nesse sentido, o Ensino Médio tem por objetivo preparar o estudante para o futuro consolidando aquilo que já foi aprendido, além da formação para a cidadania. Os artigos 35 e 36 também preveem a formação do ensino técnico que pode ocorrer posteriormente ou simultaneamente ao ensino médio. Essa formação tem objetivo específico diferentemente do demonstrado acima, que é a formação técnica específica para uma profissão (Toledo, 2015, p. 44).

Assim, o ensino médio possui um caráter propedêutico, preparando o estudante para a continuidade dos estudos, enquanto o ensino profissionalizante tem uma finalidade específica, visando a formação profissional do estudante.

A responsabilidade pelo ensino médio compete aos estados brasileiros, que têm por obrigatoriedade fornecer a formação gratuita a todos os estudantes pertencentes a ele, e não apenas isso, como também tem o dever de fiscalizar se o estudante está cumprindo com a obrigatoriedade de frequentar o âmbito educacional.

Ainda estabelece, o artigo 2º da referida Lei, que a educação é de responsabilidade não só do Estado, como também é dever da família. Este artigo tem o respaldo do princípio da solidariedade humana para que o estudante consiga estar preparado para o exercício de sua cidadania (Toledo, 2015, p. 36).

O referido artigo tem o amparo constitucional do artigo 206, IV, da Constituição Federal de 1988, que determina como princípio a gestão democrática do ensino público, que determina o dever da administração pública em promover a participação da comunidade escolar na gestão das escolas públicas.

A gestão democrática busca garantir a participação ativa de diferentes atores envolvidos na comunidade escolar, como estudantes, pais, professores, funcionários e membros da comunidade local nas decisões relacionadas à educação. Ela visa promover a transparência, a inclusão e a qualidade no sistema educacional.

Dessa forma, busca-se garantir a pluralidade de vozes e a representatividade dos diferentes grupos envolvidos na educação, permitindo que suas demandas sejam

ouvidas e consideradas na elaboração de políticas e na gestão das escolas públicas. Isso contribui para uma educação mais participativa, democrática, equitativa, inclusiva e alinhada às necessidades e realidades locais.

Nesse sentido, é obrigação do estado levantar e verificar anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar que não estejam frequentando a escola, convocar seus responsáveis, zelando para que mantenham a frequência.

Essas obrigações visam garantir o direito à educação de todas as crianças e adolescentes, conforme estabelecido no artigo 208 da Constituição Federal, e no artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) (Brasil, 1990). É responsabilidade do Estado assegurar que todas as crianças e adolescentes tenham acesso à educação de qualidade e permaneçam na escola, combatendo a evasão e a exclusão escolar.

A educação é organizada por regime de colaboração entre União, os Estados e os Municípios. A União é a responsável pela política nacional de educação e consequentemente, cabe a esta elaborar o Plano Nacional de Educação. Este plano deve ser elaborado em colaboração com os estados, tendo em vista que os sistemas de ensino possuem liberdade de organização.

O Plano Nacional de Educação é previsto na Constituição Federal de 1988 por meio do artigo 214, como também é previsto na LDBEN, em seu artigo 87 §1º, e serve para traçar metas e estratégias para a Política Educacional pelo período de dez anos.

O estado também pode traçar políticas e planos educacionais, conforme prevê o artigo 10, III, da LDBEN, desde que estes não estejam contrapondo as diretrizes e políticas nacionais efetuadas pela União.

Para isso, é necessário explicar a teoria das normas de Kelsen (1998), sobre a estrutura hierárquica das normas jurídicas, representada pela pirâmide de Kelsen, pois essa teoria permite uma análise clara das relações entre as diferentes normas envolvidas.

No topo da pirâmide, encontra-se a Constituição Federal. Essa norma estabelece os princípios e diretrizes fundamentais que norteiam o ordenamento jurídico como um todo. No âmbito educacional, a Constituição garante o direito à educação como um dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Logo abaixo da Constituição Federal, estão as normas constitucionais específicas relacionadas à educação, como as diretrizes e planos nacionais de

educação. Essas normas têm origem na Constituição e estabelecem os objetivos, políticas e diretrizes gerais para o sistema educacional do país.

Na base da pirâmide, situam-se as normas infraconstitucionais, como leis, decretos e regulamentos, que são elaborados pelo poder legislativo e pelo poder executivo. Essas normas são fundamentais para a implementação efetiva das políticas públicas educacionais, pois detalham as ações, programas e medidas necessárias para atingir os objetivos estabelecidos nas normas de nível superior.

Especificamente no caso do Plano Estadual da Educação, este se encontra na base da pirâmide, pois este é o plano específico de cada estado brasileiro. O Plano Estadual da Educação é elaborado levando em consideração as diretrizes do Plano Nacional da Educação, adaptando-as e adequando-as às particularidades e necessidades educacionais do estado. Ele estabelece metas e estratégias para o desenvolvimento da educação no âmbito estadual, integrando as políticas educacionais em consonância com o Plano Nacional da Educação.

O Plano Estadual de Educação não pode contrapor ou ser em desacordo com o Plano Nacional de Educação. A pirâmide de Kelsen estabelece uma hierarquia normativa na qual a Constituição Federal está no topo, seguida pelas normas infraconstitucionais, como leis, decretos e regulamentos.

O Plano Nacional de Educação é uma norma elaborada com base nos princípios e diretrizes estabelecidos pela Constituição Federal. Ele definiu as metas e estratégias para a educação em todo o país, abrangendo desde a educação básica até o ensino superior.

Os estados têm autonomia para definir suas políticas educacionais desde que estejam em conformidade com as diretrizes e metas estabelecidas pela Constituição Federal e pelas leis nacionais, conforme preceitua o artigo 10, III, da Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional. Portanto, se o Plano Nacional não trata explicitamente do ensino híbrido, o Plano Estadual pode, dentro dos limites legais, estabelecer diretrizes, metas e ações relacionadas a essa modalidade de ensino em seu território.

Um fator peculiar a se analisar com cautela é o artigo 14 e 15 da LDBEN, tendo em vista que esta prevê a autonomia pedagógica da instituição de ensino, e essa análise deve ser feita para verificar se a problemática levantada fere o princípio instituído em lei, que pode se tornar uma impossibilidade de aplicação da problemática sem a devida alteração legislativa.

Isso ocorre porque a proposta da contribuição do processo formativo híbrido centraliza a metodologia e o planejamento nas mãos do professor on-line que está geograficamente distante, o que pode limitar a autonomia dos professores presenciais nas escolas. A descentralização das decisões pedagógicas é um aspecto fundamental para a autonomia das escolas e, portanto, a proposta descrita pode entrar em conflito com esse princípio.

Portanto, para que a problemática levantada seja válida, ela deve respeitar os princípios norteadores da legislação. Com esse artigo, só há dois caminhos a serem tomados, o primeiro é a alteração legislativa para que este princípio se adapte à problemática, e o segundo é adaptar a problemática para que respeite este princípio.

Assim, criam-se os seguintes conceitos que devem ser respeitados pelo professor que se encontra geograficamente distante e, dessa forma, efetuar um trabalho inclusivo respeitando a autonomia da escola e, ao mesmo tempo, conseguindo fornecer o progresso esperado na referida problemática.

O primeiro passo é: promover a colaboração entre o professor on-line e os professores presenciais. Em vez de centralizar todo o planejamento e a metodologia nas mãos do professor on-line, é possível criar um ambiente de colaboração e troca de conhecimentos entre ele e os professores presenciais. Isso pode ser feito por meio de reuniões, formações, grupos de estudos, entre outras formas de interação.

Respeitar a autonomia das escolas: Permitir que cada escola tenha flexibilidade para adaptar a metodologia proposta às suas necessidades e realidades locais. Cada escola pode ter características e desafios diferentes, portanto, é importante garantir que a autonomia pedagógica seja respeitada.

Valorizar a expertise dos professores presenciais: Reconhecer e aproveitar o conhecimento e a experiência dos professores presenciais nas suas respectivas escolas. Eles conhecem os estudantes, a comunidade e estão mais próximos do contexto educacional local. Isso pode ser feito incentivando a participação ativa dos professores presenciais na elaboração do planejamento e na adaptação das estratégias pedagógicas.

Estabelecer canais de comunicação eficientes: Garantir uma comunicação entre o professor on-line e os professores presenciais, proporcionando suporte contínuo e orientações claras. Isso permitirá que os professores presenciais entendam e possam implementar as diretrizes propostas de forma adequada.

Dessa forma, a escola mantém sua autonomia, respeitando o artigo 14 da LDBEN e ainda, compete tornar o sistema melhor estruturado e colaborativo, além de conseguir verificar as necessidades que os professores precisam para promover o processo de ensino e de aprendizagem.

O que também fortalece e facilita o cumprimento do Plano Nacional da Educação previsto na Lei nº 13.005/2014 (Brasil, 2014), que prevê em seu artigo 13, garantir a atuação conjunta e coordenada entre os entes federados, promovendo a cooperação, o compartilhamento de responsabilidades e o alinhamento de políticas e ações educacionais.

Além de garantir o cumprimento do inciso III do referido artigo 13, que determina a formação inicial e continuada dos professores, e com o cumprimento desses conceitos, além de trabalhar em colaboração, o professor inserido em sala de aula auxiliará nessa formação continuada e conseguirá fortalecer o desenvolvimento do corpo pedagógico.

Nesse sentido, o item 5.4 do Plano Nacional da Educação fomenta a prática pedagógica com o uso das tecnologias a fim de melhorar o processo de ensino e de aprendizagem. Essa colaboração entre os professores on-line e os professores presenciais possibilita a atenção mais individualizada aos estudantes, considerando as necessidades e particularidades, o que favorece o êxito na formação escolar e a inclusão dos estudantes.

Por fim, após aprimorar e aprofundar a problemática, com respeito aos princípios garantidos nos artigos 14 e 15 da LDBEN, não há qualquer objeção à problemática levantada na lei e no Plano Nacional da Educação.

A problemática ainda corrobora com as metas 2, 3, 7 e 15 do Plano Nacional de Educação (2014), pois a problemática proposta busca melhorar o ensino médio por meio de práticas pedagógicas inovadoras, visando a formação democrática dos estudantes em todas as escolas. Ao incluir um professor conteudista em encontros síncronos com os estudantes, independentemente de sua localização geográfica, a proposta contribui para a universalização do atendimento escolar.

Além disso, promove a qualidade da educação básica ao focar no aprimoramento do processo de ensino e de aprendizagem, considerando suas individualidades. A colaboração entre o professor on-line e os professores presenciais também fortalece a formação continuada dos profissionais da educação, promovendo a troca de conhecimentos e experiências.

Não há previsão legal sobre o processo formativo híbrido nas referidas leis. O estado trabalha com base no princípio da legalidade previsto no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, que nada mais é um dos fundamentos do direito administrativo e estabelece que a administração pública deve atuar dentro dos limites da lei. Isso significa que os atos e ações do poder público devem ser realizados de acordo com o que está previsto na legislação (DiPietro, 2020).

Por não haver previsão legal nas leis citadas acima, faz-se a análise de que por cunho nacional a problemática levantada acerca do ensino híbrido não pode ser aplicada sem alteração legislativa. Em contrapartida, por não haver objeção nas referidas leis, se a análise que será efetuada durante as leis do estado de São Paulo constar previsão legal, esta é Constitucional, caso não conste, a necessidade de criação legislativa poderá partir da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com a inclusão no Plano Estadual da Educação do Estado de São Paulo.

O Plano Estadual da Educação está previsto na lei nº 16.279/2016 (São Paulo, 2016) e possui vigência por dez anos. Possui metas similares ao Plano Nacional da Educação, onde não apresenta qualquer objeção à problemática levantada, inclusive, a meta 7.1 é a importância de assegurar a centralidade do currículo como articulador de atividades, programas e recursos pedagógicos. Com isso, a problemática de que a centralidade do currículo contribui para a melhoria da qualidade da educação básica está em consonância com a Meta 7, que reconhece a importância do currículo como um elemento-chave para promover avanços na educação.

Da mesma forma que ocorre no Plano Nacional da Educação, o Plano Estadual também prevê a formação dos professores em sua meta de número 15, sendo que a colaboração entre o professor *on-line* e os professores presenciais fortalece a formação continuada de todos, devido ao trabalho colaborativo.

Por fim, na análise da Lei nº 14.180/2021 (Brasil, 2021), intitulada Política de Inovação Educação Conectada, esta lei não possui relação direta com a problemática levantada. O objetivo da referida é promover a inserção da tecnologia como uma ferramenta pedagógica de uso cotidiano nas escolas públicas de educação básica. Expõe isso, pois a autonomia prevista no artigo 3º inciso IV não se confunde com a autonomia pedagógica prevista na LDBEN.

O fundamento do referido princípio é a autonomia dos professores em utilizar a ferramenta tecnológica no contexto escolar. Nesse sentido, a inclusão do professor

on-line e a interação colaborativa entre os professores presenciais são estratégias que buscam aproveitar os benefícios da tecnologia na melhoria da qualidade do ensino.

Cabe destacar que a autonomia dos professores não deve ser interpretada como um direito absoluto para negar a participação de outros profissionais na escola. A autonomia necessita ser exercida de forma responsável, considerando sempre o melhor interesse dos estudantes e a promoção de uma educação de qualidade.

Por isso, ao implementar os conceitos citados anteriormente para o trabalho colaborativo, estará sendo respeitada a autonomia, contribuindo para o cumprimento do inciso IV do artigo 3º da Lei nº 14.180/2021 e em conjunto, encontrar formas de incentivar a participação e a colaboração entre os professores, respeitando a autonomia dos docentes, mas buscando o benefício coletivo dos estudantes. Afinal, o objetivo da política de inovação educacional é promover uma educação de qualidade, democrática e que faça uso adequado das tecnologias disponíveis.

A LDBEN, o Plano Nacional de Educação, o Plano Estadual da Educação de São Paulo e a Política de Inovação Educação Conectada não possuem menções ou objeções ao processo formativo híbrido. Contudo, o Estado demonstra interesse em aplicar o referido processo, pois existe projeto de lei em andamento de número 2497/2021 (Canziani, 2021), afim de alterar a LDBEN, prevendo o ensino híbrido.

Além disso, o MEC também se mostra favorável em parecer nº 14/2022 (Brasil, 2022), que autorizou o processo formativo híbrido para as instituições de nível superior. Dessa forma, a análise conclui que há carência de previsão legal para instituição da problemática, contudo, por não haver qualquer objeção nas previsões legais analisadas, basta uma norma infralegal para autorizar a referida problemática.

O artigo 81 da LDBEN prevê a possibilidade de instituições experimentais, permitindo a experimentação de abordagens pedagógicas, metodologias inovadoras e práticas educacionais diferenciadas. Por não apresentar objeção à legislação vigente, é possível testar cientificamente a problemática levantada com base no referido artigo, e após analisar os resultados, se positivos, verificar as alterações legislativas necessárias para poder efetivar a referida problemática.

6.3 Análise legislativa da educação a distância

Aqui será efetuada a análise do ensino a distância no Brasil voltada ao ensino médio. A definição de educação a distância é “um processo de ensino e aprendizagem

sistemático e organizado, que se dá por um processo continuado em que é imprescindível a comunicação de mão dupla, com meios e multimeios nas estratégias de comunicação” (Toledo, 2015).

O ensino a distância é regulamentado pela LDBEN, em seu artigo 80. Dessa forma, Toledo (2015, p. 54) traz características que definem o Ensino a Distância:

- não contiguidade do professor, que a distingue do ensino presencial;
- influência na organização educacional, que a diferencia do autodidatismo;
- acompanhamento do educando por meio de orientação, supervisão e tutoria;
- utilização de novas tecnologias da comunicação na mediação pedagógica;
- comunicação de mão dupla e possibilidade de interatividade;
- superação da distância por meio de recursos tecnológicos e pessoais;
- flexibilidade nas rotinas escolares.

Além disso, o artigo 80 traz regulamentações específicas para o Ensino a distância, que é complementado pelo decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que demonstra comprometimento em cumprimento de uma educação de qualidade.

O *caput* do referido artigo apresenta que o poder público busca o incentivo e a regulamentação do ensino a distância para o desenvolvimento da educação. O artigo 80, em seus parágrafos primeiro e segundo, trata de regulamentar os poderes para a fiscalização do ensino a distância, que servem para manter os padrões de qualidade, uniformidade e regularidade do ensino, enquanto que o parágrafo terceiro fornece a autonomia para as instituições de ensino poder se adaptar às necessidades específicas dos estudantes.

Por fim, o parágrafo quarto e seus incisos trazem incentivos para que as instituições se apropriem do ensino a distância, o Estado pode fornecer auxílio de equipamentos tecnológicos com as concessões de canais educativos e o tempo em canais comerciais, além de fornecer subsídios de custos reduzidos.

Dessa forma, o decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, (Brasil, 2017), regulamentou o disposto no artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases para definir o oferecimento da educação a distância no Brasil.

No tocante ao Ensino Médio, que é o tema deste trabalho, o art. 2 da referida lei dispõe que pode ser oferecida o ensino a distância para o público desde que sejam observadas as condições de acessibilidade nos espaços e meios utilizados.

No mesmo sentido, o artigo 8 da lei vem regulamentar as competências das autoridades dos sistemas de ensino estaduais, municipais e distrital para autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação na modalidade a distância. Traz

em seu inciso 2 que é cabível o ensino a distância para o ensino médio desde que respeitado o parágrafo 11 da LDBEN.

O parágrafo 11 da lei prevê ser cabível o ensino a distância para o ensino médio apenas como complemento das competências curriculares, ou seja, estabelece que os sistemas de ensino podem reconhecer competências e estabelecer convênios com instituições de educação a distância reconhecidas, desde que essas instituições tenham notório reconhecimento.

Essa parceria permite que os sistemas de ensino utilizem formas de comprovação alternativas para cumprir as exigências curriculares do ensino médio sendo que essa parceria, conforme prevê o artigo 10, é discricionário da instituição de ensino inserir no sistema curricular dos estudantes, ou seja, a instituição de ensino tem autonomia em instituir o ensino a distância no ensino médio conforme o entendimento de suas necessidades.

Já os artigos 11 ao 19 trazem regulamentações da educação a distância para o ensino superior, como solicitação de credenciamento para oferecer cursos superiores a distância ao Ministério da Educação, exigir avaliação *in loco* para os processos de credenciamento e credenciamento institucional, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores a distância, estabelecem regras para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu a distância, a criação de polos de educação a distância e o processo de autorização e reconhecimento desses cursos, entre outras. Além dessas regulamentações, a educação a distância, de nível superior, ainda deve seguir as normas estabelecidas na portaria nº 2.117/2019 (Brasil, 2019).

Por fim, conclui-se que as políticas educacionais buscam incentivar o ensino a distância mantendo um regulamento para garantir a qualidade, uniformidade e regularidade do ensino. Verifica-se que as regulamentações buscam incentivar essa modalidade de ensino para o ensino superior, contudo, busca-se também regulamentar o ensino a distância para o ensino médio em parceria com essas instituições de ensino superior.

6.4 Análise comparativa do ensino a distância e o processo formativo híbrido

A análise das normativas demonstra que as políticas públicas buscam primeiramente integrar o ensino a distância ao ensino superior para que essas

políticas possam ser utilizadas como complemento para o ensino médio, por isso que se instituem as parcerias das instituições de ensino, em que essas instituições já terão cumprido as necessidades exigidas para o nível superior e, conseqüentemente, terão notório reconhecimento, e que poderão ser utilizados para o ensino médio.

Ou seja, de modo geral, não há ainda pensamento em política pública para investimento do ensino a distância diretamente para o ensino médio.

Após feita a análise das políticas e diretrizes para o ensino a distância e o ensino híbrido, verifica-se que não há interesse imediato de aplicação dessas possibilidades pelas políticas públicas no ensino médio.

Existem interesses das políticas públicas em investimento tecnológico para as escolas para que apliquem na metodologia do ensino presencial, como também, aproveitar todo o investimento e regulamentação utilizada para o ensino a distância no ensino superior como complemento e aproveitamento do ensino médio, ficando discricionário para as instituições agregar ao seu currículo e aproveitar dentro das metodologias.

Verifica-se o foco em desenvolver o ensino a distância e o processo formativo híbrido para o ensino superior, tanto que há forte regulamentação no sentido de garantir a qualidade, uniformidade e regularidade.

O processo formativo híbrido é um processo distinto do ensino a distância, não podendo tratá-los como iguais, tanto que a regulamentação do processo formativo híbrido para o nível superior foi tratada pela portaria do Ministério da Educação, tornando-se esta suficiente para regulamentá-lo.

Ainda mais com a problemática levantada, não há uma alteração estrutural direta ao estudante, ou seja, este ainda terá que estar presente na escola, ainda terá acesso direto ao professor presente em sala e terá que desenvolver atividades, tanto na escola como em casa, da mesma forma que ocorre no ensino presencial.

Conforme já citado anteriormente, pelo princípio da legalidade, há a necessidade de regulamentação infraconstitucional para a aplicação da referida problemática no ensino médio. Como vistas no ensino a distância, essas normas devem garantir a qualidade, uniformidade e regularidade do ensino, ou seja, não pode ser apenas uma norma de autorização de aplicação devendo ter a regulação e os meios de fiscalização da referida problemática para garantir uma educação inclusiva e democrática para o estudante.

6.5 Análise e proposta de diretrizes para o processo formativo híbrido

O primeiro passo dessa última etapa é baseado no artigo 81 da Lei nº 9394/96 (Brasil, 1996), que define: “Art. 81. É permitida a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais, desde que obedecidas as disposições desta Lei”. Antes de propor qualquer regulamentação, deve-se criar instituições de ensino experimental para verificar, na prática, a aplicação da problemática levantada, seguindo as diretrizes a seguir expostas.

Dessa forma, é necessário efetuar estudos de impacto para validar a eficácia do processo formativo híbrido no ensino médio, é importante realizar reflexões que analisem os resultados e os efeitos dessa abordagem educacional.

Além disso, é fundamental compartilhar os resultados dessa pesquisa e boas práticas identificadas, de forma a contribuir para o avanço do conhecimento e a disseminação de experiências bem-sucedidas.

Nesse sentido, conceituam-se as diretrizes que podem ser seguidas no planejamento da problemática levantada:

1- Investimento em infraestrutura tecnológica: É necessário investimento de estrutura tecnológica. As escolas necessitam ser preparadas para receber o professor geograficamente distante com os recursos tecnológicos necessários, como internet de qualidade, reproduzidor de mídia, seja por televisão ou por meio de projetor de imagem, dispositivos eletrônicos de comunicação para que o professor presente em sala de aula consiga manter a comunicação com o professor *on-line*, além dos recursos tecnológicos necessários para desenvolver a metodologia.

Também é necessário investimento de infraestrutura tecnológica para que o professor *on-line* consiga aplicar as aulas com as metodologias necessárias, como estúdio ou polo com estúdios equipados com ferramentas tecnológicas para que o professor consiga desenvolver e transformar a educação para que o estudante se torne protagonista do conhecimento.

2- Suporte técnico e pedagógico: É fundamental fornecer suporte técnico e pedagógico aos professores, sejam *on-line* ou presenciais, e estudantes durante a implementação do processo formativo híbrido. Havendo a necessidade de disponibilidade de equipes de suporte para lidar com questões técnicas e fornecer orientações pedagógicas específicas para o contexto do referido processo.

3- Competências do professor *on-line*: conforme visto nessa pesquisa, não cabe apenas a esse professor ser especialista em conteúdo. Ele necessita ser especialista no conceito pedagógico e também no conceito tecnológico aplicado à pedagogia, devendo ser capaz de desenvolver um método de ensino que atinja os seguintes objetivos.

3.1- Planejamento flexível: As diretrizes podem enfatizar a importância do planejamento flexível que permita ajustes e adaptações conforme necessário. O ensino híbrido pode exigir uma abordagem mais ágil e adaptável, levando em consideração fatores como mudanças estruturais, necessidades individuais dos estudantes e feedback recebido ao longo do processo.

3.2- Avaliação formativa: Promover a implementação de práticas avaliativas formativas que forneçam feedback contínuo e oportunidades de melhoria aos estudantes. A avaliação pode ser vista como uma ferramenta de apoio à aprendizagem, auxiliando os estudantes no desenvolvimento de habilidades e competências.

3.3- Abordagem centrada no estudante: A problemática necessita ser projetada para atender às necessidades individuais dos estudantes, permitindo que eles progridam em seu próprio ritmo e acessem recursos personalizados de acordo com interesses e habilidades.

As diretrizes necessitam enfatizar a importância da abordagem centrada no estudante, levando em consideração características, estilos de aprendizagem e necessidades específicas. O estudante pode ser o protagonista do conhecimento, então as capacidades pedagógicas necessitam ser desenvolvidas para que os estudantes tenham um papel ativo nas atividades propostas.

Importante destacar que a metodologia necessita ser desenvolvida de forma com que os professores trabalhem de forma colaborativa, e o professor presente em sala de aula consiga atingir as individualidades dos estudantes e instigar que estes se apropriem do conhecimento de forma ativa.

3.4- Personalização do ensino: Valorizar a personalização do ensino, considerando as necessidades individuais dos estudantes. Isso envolve a utilização de estratégias que permitam o acompanhamento individualizado do progresso dos estudantes e o atendimento às necessidades específicas de aprendizado.

É preferível desenvolver uma metodologia inclusiva capaz de o professor presente em sala de aula consiga efetuar o acompanhamento do estudante e interagir junto ao professor *on-line* a fim de atender o estudante conforme suas necessidades.

3.5- Incentivo à criatividade e inovação: As diretrizes podem incentivar práticas pedagógicas que promovam a criação, o pensamento crítico e a solução de problemas, estimulando os estudantes a explorarem novas ideias e abordagens.

3.6- Promoção da inclusão e diversidade: O ensino híbrido pode ser planejado de forma a garantir a democratização, inclusão e a equidade educacional para todos os estudantes, independentemente de suas origens socioeconômicas, habilidades, necessidades ou características individuais. As diretrizes podem abordar estratégias para superar as barreiras de acesso e promover a participação formativa democrática de todos os estudantes.

Por isso, todas as diretrizes tecnológicas necessitam ser desenvolvidas dentro das escolas, onde todos os estudantes terão acesso à tecnologia.

3.7- Formação dos professores presenciais: conforme analisado na segunda etapa da pesquisa, os professores carecem de letramento digital, então é necessário oferecer formações específicas para esses a fim de desenvolver habilidades no uso das tecnologias digitais, metodologias ativas e práticas pedagógicas que sejam compatíveis com a problemática levantada. Essa formação pode prepará-los para atender às necessidades dos estudantes de forma eficaz.

3.8- Formação docente contínua: Além da formação inicial, é importante promover programas de formação docente contínua, mesmo que os professores acompanhem as evoluções tecnológicas junto com os estudantes e professores geograficamente distantes, pois o objetivo é que haja a colaboração e o desenvolvimento da formação contínua entre todos, é necessária a formação contínua devido ao avanço tecnológico ser extremamente ágil, ainda mais com as tecnologias emergentes, como a inteligência artificial e a realidade virtual aumentada.

4- Planejamento colaborativo: Promover a interação e a colaboração entre professores *on-line* e professores presenciais para o desenvolvimento do planejamento pedagógico integrado. Essa colaboração permitirá a adaptação das estratégias e recursos aos diferentes contextos e necessidades dos estudantes, além de respeitar a autonomia dos professores presenciais, por isso o planejamento pedagógico necessita ser desenvolvido a partir de um trabalho colaborativo integrado entre todos os professores participantes.

5- Encontros síncronos regulares: Estabelecer encontros síncronos regulares entre os professores *on-line* e os professores presenciais para discussões, orientações e trocas de experiências. Esses encontros são fundamentais para garantir a implementação adequada das diretrizes propostas, trocas de opiniões, avaliação das individualidades dos estudantes, desenvolvimento da autonomia dos professores e o trabalho colaborativo entre eles.

A periodicidade dos encontros (síncronos/assíncronos) necessita ser estabelecida pelo próprio corpo docente que, diante das demandas postas, estabelecerão as metodologias, os conteúdos, as possíveis interações e participação de outros atores no espaço formativo escolar, a exemplo da coordenação pedagógica.

6- Acompanhamento e suporte contínuos: Estabelecer mecanismos de acompanhamento e suporte contínuos aos professores presenciais por parte dos professores *on-line* e de equipes pedagógicas. Esse suporte garantirá que os professores possam superar desafios, esclarecer dúvidas e compartilhar boas práticas.

A comunicação entre os professores e equipes pedagógicas necessita estar integrada tanto nos encontros síncronos, quanto fora deles, para que consigam trabalhar de forma colaborativa e desenvolver a metodologia ativa em conjunto para que consigam fornecer apoio para o estudante se apropriar do conhecimento.

7- Suporte técnico e pedagógico: É fundamental fornecer suporte técnico e pedagógico aos professores e estudantes durante a implementação do ensino híbrido. Isso pode incluir a disponibilidade de equipes de suporte para lidar com questões técnicas e fornecer orientações pedagógicas específicas para o contexto do ensino híbrido.

8- Equidade educacional: Garantir que todas as escolas e estudantes tenham acesso às oportunidades de aprendizado proporcionadas pelo ensino híbrido. Isso implica políticas e estratégias que busquem reduzir as desigualdades sociais e educacionais, assegurando que todos os estudantes possam se beneficiar do processo formativo.

9- Revisão e adaptação curricular: É importante revisar e adaptar os currículos escolares para que sejam compatíveis com o ensino híbrido. Isso inclui a identificação de competências essenciais, a definição de objetivos de aprendizagem e a integração de atividades presenciais e *on-line* de maneira coesa e significativa.

Em resumo, o processo formativo híbrido foi analisado em três fases, a primeira fase encontrou conceitos básicos para o desenvolvimento do processo, sendo estes: flexibilidade, colaboração, tecnologia, avaliação contínua, autonomia, personalização do ensino, cultura e inovação, disrupção na educação, mediação no processo de ensino e aprendizagem e cultura maker.

Na segunda fase, verificaram-se os desafios e benefícios que o processo formativo híbrido desenvolve a partir de trabalhos já publicados nos últimos três anos, com isso, verificaram-se resultados promissores com desenvolvimento ativo do estudante e apropriação do conhecimento, além da importância de o professor como intermediador do processo, em contrapartida, verificaram-se desafios como a formação dos professores, resistência a mudanças pelos professores e pelos estudantes, falta de letramento digital pelos professores e pelos estudantes, dificuldade de acesso às tecnologias.

Na terceira fase, analisaram-se as legislações pertinentes sobre o processo formativo híbrido e o ensino a distância, e verificou-se que não há qualquer impeditivo legislativo ao processo formativo híbrido, contudo, não há qualquer manifestação legislativa sobre o tema, como também, não há desenvolvimento de interesse de mudança de ensino no ensino médio⁹, seja para o híbrido, seja para o ensino a distância.

Analisou-se que o processo formativo híbrido contribui para o cumprimento de metas das políticas públicas da educação, sendo necessária a regulamentação para garantir padrões de qualidade, uniformidade e regularidade do ensino da mesma forma exigida no ensino a distância em cumprimento do Princípio da Legalidade.

Por fim, verificou-se que o artigo 81 da LDBEN permite a criação de instituições de ensino experimental e dessa forma foi desenvolvido a diretriz que pode ser seguida após as análises efetuadas.

O objetivo dessas diretrizes é suprir os desafios e garantir os benefícios que o processo formativo híbrido proporciona, conforme foi levantado na segunda etapa da pesquisa.

Dessa forma, foram propostas as diretrizes respeitando a autonomia dos professores e buscando o desenvolvimento da metodologia de forma colaborativa

⁹ No momento de elaboração deste trabalho, ocorreu a mudança de governo federal e, consequentemente, novas lutas político-ideológicas diante do Novo Ensino Médio (NEM) foram travadas, propondo revisões na lei federal nº 13.415/17

entre os professores presentes em sala de aula e o professor geograficamente distante.

A inserção do professor *on-line* em sala de aula busca desenvolver uma metodologia para que os estudantes assumam o papel ativo na apropriação do conhecimento e, dessa forma, seja possível superar o desinteresse deles nas mudanças, sendo o primeiro desafio a ser superado e, conseqüentemente, o primeiro benefício a ser alcançado. Dessa forma, busca-se atingir resultados superiores em qualidade e equidade para os estudantes.

Além disso, propusemos a formação inicial e continuada para que os professores não sofram de carência de letramento digital e tenham condições iniciais de desenvolver as metodologias propostas em colaboração com o professor geograficamente distante, sendo que esse trabalho colaborativo instiga o professor que se encontra presente em sala de aula a mudar a metodologia e, conseqüentemente, quebrar a barreira da resistência desses com as novas metodologias ativas de ensino.

O que auxilia a superar os desafios são o apoio técnico e pedagógico proposto a fim de garantir estrutura física, pedagógica, metodológica e tecnológica para que o professor consiga desenvolver o processo de ensino e de aprendizagem.

Com esse apoio, e em colaboração entre os professores, auxilia-se a intermediar o conhecimento com os estudantes, a fim de que estes se apropriem do letramento digital além do conteúdo pedagógico superando as dificuldades que os estudantes tem com o uso da tecnologia como recurso para a educação.

Com o objetivo de garantir a democracia na educação, foi proposto que a metodologia poderia ser desenvolvida pelos professores respeitando as limitações e dificuldades dos estudantes, e que esses consigam se apropriar do conhecimento.

Para validar a proposta efetuada, indica-se realizar estudos de impacto com base no artigo 81 da LDBEN para estudar a eficácia do processo formativo híbrido no ensino médio dentro das diretrizes propostas, adaptar o que for necessário e verificar as necessidades de regulamentação para incentivo e fiscalização do referido processo, que pode trazer grandes benefícios para a educação.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo proporcionou a visão ampla através de análise bibliográfica e detalhada sobre a implementação do processo formativo híbrido no ensino médio. O objetivo principal foi analisar os benefícios de ter docentes *on-line*, tanto presencialmente, quanto virtualmente, para aprimorar as metodologias de ensino e torná-las mais democráticas para os estudantes da rede pública.

Por meio de uma revisão bibliográfica, foram identificados vários conceitos para o processo formativo híbrido, bem como os desafios, necessidades e benefícios associados à sua implementação.

Também foi avaliado o quadro legal existente para o ensino híbrido e a distância, e embora não tenha sido encontrada qualquer proibição legislativa para o ensino híbrido, verificou-se que ainda falta uma manifestação legislativa clara sobre o tema em respeito ao princípio da legalidade.

A criação de diretrizes voltadas à implantação do processo formativo híbrido foi desenvolvida com o objetivo de superar os desafios identificados e aproveitar os benefícios. Essas diretrizes foram criadas com o intuito de respeitar a autonomia dos professores e encorajar a colaboração entre professores presentes em sala de aula e professores virtuais, visando desenvolver a abordagem de ensino inclusiva ao acesso de tecnologias e democrática.

Com isso, entre as propostas feitas, destacam-se a formação inicial dos professores para evitar a carência de letramento digital, a provisão de apoio técnico e pedagógico para auxiliar no desenvolvimento das metodologias propostas e a personalização do ensino, onde o estudante tem o papel ativo no aprendizado.

Nesse sentido, foi proposto também que a metodologia de ensino pode ser adaptada de acordo com as possibilidades e limitações dos estudantes, garantindo, assim, a equidade na educação. Adicionalmente, sugeriu-se que o desenvolvimento da abordagem educacional tem como foco a escola, com os trabalhos extracurriculares sendo conduzidos de forma democrática e inclusiva, respeitando as capacidades físicas e psicológicas dos estudantes.

Por fim, o ensino híbrido possui grande potencial para melhorar a qualidade e a equidade da educação para os estudantes da rede pública. Desde que seja desenvolvido de forma democrática e inclusiva.

Para verificar a eficácia das diretrizes propostas para a implementação do referido processo formativo híbrido, sugere-se que seja realizada uma pesquisa de impacto. Isso permitirá validar a eficácia do processo formativo híbrido, analisar o que for necessário e identificar as necessidades de regulamentação para incentivo e fiscalização do processo.

Esta pesquisa aborda todos os nove tópicos das diretrizes formuladas, inclusive o curso de formação inicial. Com base no artigo 81 da LDBEN, é possível possuir autorização para desenvolver o método experimental, nesse sentido, nessa pesquisa é possível aprimorar e adaptar no que forem necessárias as diretrizes para desenvolver o processo formativo híbrido de forma democrática e inclusiva.

REFERÊNCIAS

- ACCORDI, A. A.; ACCORDI, L. A. Ensino híbrido e sua integração às políticas públicas para o Ensino Médio no Brasil. **Revista Educar Mais**, v. 7, n. 1, p. 276-293, jan. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/issue/current>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- ANDERSON, T.; ELLOUMI, F. **The theory and practice of online learning**. 3rd ed. Edmonton: AU Press, 2018.
- AZEVEDO, A. M. Inovação educacional e desenvolvimento humano: desafios e perspectivas. **Educação e Sociedade**, v. 41, n. 144, p. 21-42, 2020.
- BACICH, L. Ensino híbrido: relato de formação e prática docente para a personalização e o uso integrado das tecnologias digitais na educação. In: ANAIS DO VII SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO, 7., 2016. Aracajú. **Anais [...]**. Aracajú, 2016. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/simeduc/article/view/3323>. Acesso em: 1 dez. 2023.
- BARDY, L. R. **Formação docente na modalidade a distância para ações inovadoras na educação superior**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.
- BARRETO, R. G. A escola entre os embates na pandemia. **Educação e Sociedade**, v. 42, n. 1, p. 132, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/i/2021.v42>. Acesso em: 22 mar. 2023.
- BELLONI, M. L. **Educação a distância**. 2 ed. Campinas: Autores Associados 2001.
- BIOTO, P. A. Estado da arte sobre formação colaborativa de professores no programa ler e escrever. **Dialogia**, São Paulo, n. 41, p. 1-18, maio/ago. 2022.
- BLIKSTEIN, P.; WORSLEY, M. Children are no hackers: building a culture of powerful ideas, deep learning, and equity in the maker movement. In: PEPPLER, K.; HALVERSON, E.; KAFAL, Y. **Makeology: makerspaces as learning environments**. New York: Routledge, 2016. p. 64-79.
- BRANCO, L. S. A.; CONTE, E.; HABOWSKI, A. C. Evasão na educação a distância: pontos e contrapontos à problemática. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, Campinas, v. 25, n. 1, jan. / abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/MHWXpfQM4jGQzR7TBrMXxN/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 23 nov. 2023.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1990.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 maio 2017. Seção 1, p. 1. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm Acesso em 23 nov. 2023

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil, 1996.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 23 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação superior a distância**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/instituicoes-credenciadas/educacao-superior-a-distancia#:~:text=A%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20a%20Dist%C3%A2ncia%20%C3%A9,em%20lugares%20ou%20tempos%20diversos>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 14.180, de 1º de julho de 2021**. Institui a Política de Inovação Educação Conectada. Brasília: Casa Civil, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP Nº 14/2022**. Diretrizes Nacionais para o Ensino e Aprendizado por competências e para a pesquisa institucional presenciais, mediados por tecnologias de informação e comunicação. Brasília: MEC, 2022. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/4096/parecer-cne-cp-n-14>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 dez. 2019. Seção 1, p. 52.

CANZIANI, L. **Projeto de Lei nº 2497/2021**. Dispõe sobre a oferta de educação híbrida. Brasília: Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2290236>. Acesso em: 23 nov. 2023.

CAPUZZI, J. M.; SANTOS, C. A. M. Ensino híbrido de física para ensino médio usando a rede social CUBOZ de educação. **EaD em Foco**, v. 10, n. 2, p. e951, 2020.

CASTRO, R. V.; KELING, H.S. Metodologias ativas e recursos digitais para o ensino de L2: uma revisão sobre caminhos e possibilidades. **Ilha do Desterro**, Florianópolis, v. 74, n. 3, p. 351-368, set/dez 2021.

CEMBRANEL, C. B.; SCOPEL, J. M. Ensino híbrido e a construção da aprendizagem dos estudantes do ensino médio. **Revista scientia cum industria**, v. 7, n. 1, p. 12- 35, 2019. Disponível em: <https://core.ac.uk/works/71275417>. Acesso em: 2 nov. 2023.

DASSIE, A. M. **A utilização da metodologia ativa problem based learning e do podcast na aprendizagem do componente curricular filosofia no ensino médio**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2022.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito administrativo**. 33. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

EGUEZ, B. A. P.; SILVA, L. N.; VELOSO, M. S. S. O. Ensino remoto e conhecimentos matemáticos: desafios e perspectivas na visão docente. **Boletim Cearense de Educação e História da Matemática**, Ceará, v.8, n. 23, p. 738-751, 2021.

FERNÁNDEZ, N. L. Modelos educativos inovadores: os conceitos de boas práticas. *In*: GUDIÑO, P.; ESCALA, M. J. **Innovación Interamericana em Educación Superior**. Santo Domingo: Imp. Búho, 2016. p.63-84.

FRIEND, M.; COOK, L. Collaboration as a predictor for success in school reform. **Journal of Educational and Psychological Consultation**, v.1, n.1, p. 69-86, 1990.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 56. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 51. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

FURLETTI, Saulo; COSTA, José Wilson. Atuação dos estudantes no blended learning organizado pela teoria das situações didáticas. **Educação**, Santa Maria, v. 45, 2020.

FURTADO, Arthur Vinícius Feitosa; MONTEIRO, Dirce Charara. Ensino híbrido como ferramenta de incentivo à leitura dos clássicos da literatura no ensino médio. **Estudos Linguísticos**, v. 51, n. 1, p. 196-213, abr. 2022.

GARRISON, D. R.; ANDERSON, T.; ARCHER, W. Critical thinking, cognitive presence, and computer-mediated communication in distance education. **American Journal of Distance Education**, v. 15, n. 1, p. 7-23, sep. 2001.

GARRISON, D. R.; VAUGHAN, N. D. **Blended Learning in Higher Education: Framework, Principles, and Guidelines**. 2. ed. Abingdon: Routledge, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2010.

HOLANDA, R. R.; LAVOR FILHO, T. L.; CHAVES, I. T.; MELO, I. R. de C.; RIBEIRO, A. A. Educação em tempos de COVID-19: a emergência do EAD nos processos escolares da rede básica de educação. **Holos**, Rio Grande do Norte, v. 37, n. 3, p. 1-15, 2021.

KELSEN, H. **Teoria pura do direito**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LASNEAUX, M. V. **Inovação no ensino médio: metodologias ativas e ensino híbrido mediados por tecnologia**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

LURIA, A. R. **Desenvolvimento cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais**. 8. ed. São Paulo: Ícone, 2017.

MACEDO, R. M. Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 73, maio/ago. 2021.

MACEDO, T. E. **As tecnologias da informação e comunicação como ferramenta de enriquecimento para a educação**. [2010?]. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/61-4.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MANTOAN, M. T. E. **Educação inclusiva**. São Paulo: Editora Moderna, 2003.

MARQUES, S. L.; BARBOSA, N. M. Sala de aula invertida adaptada ao ensino remoto: uma proposta de ensino híbrido aplicado à Análise Combinatória. **Boletim Online de Educação Matemática**, Florianópolis, v. 9, n. 18, p. 122-142, out. 2021.

MARTINS, R. O ensino de língua inglesa na rede federal de ensino técnico e tecnológico: práticas pedagógicas ativas baseadas na pedagogia por projetos e no ensino híbrido com abordagem para fins específicos no Instituto Federal Do Paraná - Campus Jaguariaíva. **LínguaTec**, Bento Gonçalves, v. 5, n. 1, p. 295-310, jun. 2020.

MEDEIROS, F. *et al.* Iramuteq como ferramenta no processamento de dados em pesquisa qualitativa. **Revista Diálogos**, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2022. Disponível em: <https://revistadiálogos.saude.rn.gov.br/index.php/EPS/article/view/26>. Acesso em: 1 dez. 2023.

MENDES, G. F.; BRANCO, G. G. **Curso de direito constitucional**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MORAN, J. M. Mudando a educação com Metodologias Ativas. In: SOUZA, C. A.; MORALES, O. E. T. (orgs.). **Convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens**. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2015. v. II Disponível em: <http://rh.unis.edu.br/wpcontent/uploads/sites/67/2016/06/Mudando-a-Educacao-com-MetodologiasAtivas.pdf>. Acesso em: março 2023.

NASCIMENTO, A. N. **Invertendo a aula de história:** sequências didáticas com propostas de ensino híbrido utilizando o google sala de aula para turmas do ensino médio. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão - SE, 2020.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. **OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus.** 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/30-1-2020-who-declares-public-health-emergency-novel-coronavirus>. Acesso em: 23 nov. 2023.

PEREIRA, E. G.; SILVA, L. D. Relato de experiência no ensino híbrido: como estudantes de química em nível médio encaram a indicação de videoaulas? **Revista EDaPECI**, São Cristóvão, v. 21. n. 1, p. 72-84, jan./abr. 2021.

PINHEIRO, A. P.; SENA, L. S.; SERRA, I. M.R.S. Ensino híbrido na educação de surdos durante a pandemia: desafios da formação. **Revista Educação e Formação**, v. 7, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/8312>. Acesso em: 23 nov. 2023.

ROCHA, S. L.; **A educação estatística na perspectiva do ensino híbrido:** uma experiência para o desenvolvimento do letramento estatístico com estudantes do ensino médio. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal - RN, 2022.

SANTOS, A. R. S.; MACHADO, V. R. Proposta de estudo literário a partir da perspectiva da pedagogia dos multiletramentos e de reflexões acerca do ensino híbrido. **Revista Nova Paideia** - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa, Brasília, v. 2, n. 1. p. 64 – 86, 2020.

SANTOS, A. R. A formação de professores para a educação a distância: desafios e perspectivas. **Educação e Sociedade**, v. 31, n. 112, p. 497-514, 2010.

SANTOS, G. O. R.; CAVALCANTE, R. P. Proposta didática para o ensino híbrido da comunicação oral-argumentativa no ensino médio integrado. **Revista Metodologias e Aprendizagem**, v. 4, n. 1, p. 34-56, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/2256>. Acesso em: 23 nov. 2023.

SANTOS, V. F.; SANTOS, E. N.; OLIVEIRA, T. C. G.; ROCHA, J. E. Ensino da fotossíntese através de uma prática pedagógica: uma metodologia imprescindível durante o ensino híbrido. **Diversitas Journal**, v. 8, n. 1, p. 172-181, jan./mar., 2023.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 16.279, de 08 de julho de 2016.** Aprova o Plano Estadual de Educação de São Paulo e dá outras providências. São Paulo: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16279-08.07.2016.html>. Acesso em: 23 nov. 2023.

SOARES JUNIOR, R. S.; MARTINS, J. L. Aprendizagem humanizada por meio do ensino híbrido. **EaD em Foco**, v. 10, n. 2, p. e1110, 2020.

SCHLÜNZEN, E. T. M.; SCHLÜNZEN JUNIOR, K.; FERREIRA, C. A. B. A Abordagem Construcionista, Contextualizada e Significativa (CCS) e suas implicações para a formação de professores. **Revista Educação e Formação**, v. 32, n. 1, p. 43-55, 2020.

SILVA, R. C.; MISSAGIA, E. V. Avaliações docentes sobre o ensino remoto na pandemia à luz da linguística sistêmico-funcional: recursos tecnológicos, materiais didáticos e avaliatividade em foco. **Organon**, Porto Alegre, v. 36, n. 71, p. 116-139, jan./jun. 2021.

SIQUEIRA, L. M. Modificando a atuação docente utilizando a colaboração. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 4, n. 8, p. 57-69, jan/abr. 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321279989_modificando_a_atuacao_docente_utilizando_a_colaboracao. Acesso em: 23 nov. 2023.

SCHLEMMER, E. O trabalho do professor e as novas tecnologias. In: FUHR, Marcos Julio. (org.). **Sob a espada de Dâmocles**: relação dos professores com a docência e ambiente de trabalho no ensino privado. 1. ed. Porto Alegre: Carta Editora, 2013, v. 1, p. 98-115.

TOLEDO JUNIOR, L. F. **Tratamento do movimento oscilatório utilizando o ensino híbrido**: uma proposta para o ensino médio. Dissertação (Mestrado em Ensino de Física) - Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba - SP, 2021.

TOLEDO, M. **Direito educacional**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2015.

VALENTE, J. A. Blended learning e as mudanças no ensino superior: a proposta da sala de aula invertida. **Revista Educar**, Curitiba, esp., n. 4, p. 79 - 97. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/38645>. Acesso em: fev. 2023.

VALENTE, J. A. Prefácio. In: BACICH, L.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. M. **Ensino Híbrido**: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015. p. 13-17.

VAUGHAN, N. D.; CLEVELAND-INNES, M.; GARRISON, D. R. **Teaching in Blended Learning Environments**: creating and sustaining communities of inquiry. 2. ed. New York: Routledge, 2013.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. São Paulo: Penso Editora, 2016.

TUZZO, S. A.; BRAGA, C. F. Pesquisa qualitativa: uma possibilidade de triangulação por métodos, fenômenos e sujeitos. In: 4º CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA. 4., 2015. Aracajú. **Anais [...]**. Aracajú: Universidade Tiradentes, 2015. Disponível em: <https://ludomedia.org/publicacoes/livro-de-atas-ciaiq2015-vol-4-engenharia-tecnologia/>. Acesso em: 10 mar. 2023.